

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aul

Contabilidade Avançada e de Custos p/ ICMS-SC (Auditoria e Fiscalização) Com Videoaulas - Pós-Edital

Professor: Gabriel Rabelo, Júlio Cardozo, Luciano Rosa

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL, MENSURAÇÃO, REGISTRO CONTÁBIL, REVERSÃO.

1 - APRESENTAÇÃO.....	2
2 - EDITAL E PROVA!.....	3
3 - COMO FUNCIONARÁ O CURSO DE CONTABILIDADE?	4
4 - MAPA DA MINA – FCC (PRINCIPAIS ASSUNTOS)	10
4.1 - TEMA MAIS COBRADO: CPC 18 – INVESTIMENTOS.....	10
4.2 - SEGUNDO TEMA MAIS COBRADO: CPC 16 – ESTOQUES.....	10
4.3 - TERCEIRO TEMA MAIS COBRADO: CPC 03 – DFC	10
4.4 - QUARTO TEMA MAIS COBRADO: CPC 25 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	11
4.5 - QUINTO TEMA MAIS COBRADO: CPC 01 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS.....	11
4.6 - SEXTO TEMA MAIS COBRADO: CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO	11
4.7 - SÉTIMO TEMA CPC 48 (38) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	11
4.8 - OITAVO TEMA: CPC 08 - CUSTOS DE TRANSAÇÃO E PRÊMIOS NA EMISSÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	12
4.9 - NONO TEMA: BALANÇO PATRIMONIAL	12
4.10 - DÉCIMO TEMA: CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE.....	12
4.11 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS	13
5 - PERGUNTAS FREQUENTES NO CURSO	13
6 - 10 DICAS PARA QUE VOCÊ POSSA APRENDER CONTABILIDADE E EVOLUIR NA DISCIPLINA	14
7 - COMEÇANDO...	16
8 - TESTE DE RECUPERABILIDADE NA LEI 6.404/76	16
9 - CPC 01 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	17
9.1 - OBJETIVO.....	17
9.2 - ALCANCE.....	18
9.3 - DEFINIÇÕES	20
10 - PASSOS DETALHADOS PARA O CÁLCULO DA VALOR RECUPERÁVEL.....	23
11 - PERIODICIDADE DE REALIZAÇÃO DO IMPAIRMENT TEST	26
12 - O QUE EU TENHO QUE SABER ATÉ AQUI?.....	28
13 - IDENTIFICAÇÃO DE QUE UM ATIVO PODE ESTAR DESVALORIZADO	29
14 - MENSURAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL	31
15 - VALOR JUSTO LÍQUIDO DE DESPESAS DE VENDA.....	32
16 - VALOR DE USO	32
17 - BASE PARA ESTIMATIVAS DE FLUXOS DE CAIXA FUTUROS	33
18 - RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DE UMA PERDA POR DESVALORIZAÇÃO	34
19 - PERDA POR RECUPERABILIDADE DE ATIVOS REAVALIADOS	35
20 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE GERADORA DE CAIXA À QUAL UM ATIVO PERTENCE	38
21 - VALOR RECUPERÁVEL E VALOR CONTÁBIL DE UMA UNIDADE GERADORA DE CAIXA	39
22 - REVERSÃO DA PERDA POR DESVALORIZAÇÃO	40
23 - DIVULGAÇÃO.....	45
24 - RESUMO DOS PONTOS ABORDADOS NESTA AULA	46
25 - MAPAS MENTAIS DESTA AULA (*ELABORADOS PELO PROFESSOR JULIO CARDOZO)	48
26 - QUESTÕES COMENTADAS.....	50
26.1 - FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS.....	50
26.2 - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.....	71
26.3 - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA.....	84
26.4 - CESPE.....	88
26.5 - OUTRAS BANCAS	92
27 - LISTA DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA	98
28 - GABARITO DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA	118



1 - APRESENTAÇÃO



Olá, meus amigos. Como estão?

Sejam bem-vindos ao **Estratégia Concursos**, simplesmente o **melhor curso preparatório para concursos deste país!**

É com grande satisfação que estamos aqui para ministrar para vocês o curso de **Contabilidade Avançada e de Custos para ICMS SC!**

Antes de começarmos nosso curso, permita que nos apresentemos:

Meu nome é **Gabriel Rabelo**, sou **Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro** e **professor de direito empresarial e contabilidade** no site do **Estratégia**.

Autor dos livros **1.001 Questões Comentadas de Direito Empresarial – FCC** e **1.001 Questões Comentadas de Direito Administrativo – ESAF**, este último em coautoria com a professora Elaine Marsula, ambos publicados pela Editora Método.

Meu nome é **Luciano Rosa**, sou **Agente Fiscal de Rendas da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo**, e **professor de contabilidade para concursos** no site do **Estratégia**.

Lançamos juntos, pela **Editora Método**, o livro **Contabilidade Avançada Facilitada para Concursos – Teoria e questões** e mais de 200 questões comentadas. Este livro é baseado nos Pronunciamentos Contábeis emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e está disponível para venda no site da editora e nas diversas livrarias.

Contaremos também neste curso com o apoio do professor **Julio Cardozo**, **Auditor Fiscal da Receita Estadual do Estado do Espírito Santo**. O **fórum de dúvida deste curso e os mapas mentais estarão, principalmente, a cargo dele**.

Vejam que somos três professores totalmente dedicados à sua aprovação.



2 - EDITAL E PROVA!

Editais na praça! Excelente! Até agora, a melhor oportunidade da área fiscal em 2018!

O edital foi publicado nessa segunda-feira, (03) de setembro, as provas serão realizadas em novembro deste ano. A banca examinadora é a Fundação Carlos Chagas (FCC) e ao todo são ofertadas 90 vagas para Auditor-Fiscal da Receita Estadual Nível I, sendo distribuídas em três áreas de conhecimento: Auditoria e Fiscalização, Gestão Tributária e Tecnologia da Informação.

A distribuição das vagas oferecidas é a seguinte:

Código de Opção	Cargo/ área de conhecimento	Total de Vagas	Nº total de Vagas Ampla Concorrência	Nº de Vagas reservadas a Candidatos com Deficiência ⁽²⁾
A01	Auditor-Fiscal da Receita Estadual Nível I/ Auditoria e Fiscalização	60	57 ⁽¹⁾	03 ⁽²⁾
B02	Auditor-Fiscal da Receita Estadual- Nível I/ Gestão Tributária	15	14 ⁽¹⁾	01 ⁽²⁾
C03	Auditor-Fiscal da Receita Estadual- Nível I/ Tecnologia da Informação	15	14 ⁽¹⁾	01 ⁽²⁾

⁽¹⁾ Número de vagas ampla concorrência.

⁽²⁾ Reserva de vagas para candidatos com deficiência, nos termos dos dispositivos legais mencionados no Capítulo 5 deste Edital.

Para se candidatar a uma das vagas para Auditor Fiscal da Receita Estadual da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina o requisito para ingresso no cargo é curso superior em nível de graduação, em qualquer área de formação, a ser comprovada no ato da posse com a apresentação de diploma devidamente registrado no Ministério da Educação.

Sobre a remuneração, grande interesse de todos, falamos que é de R\$ 22.853,33 (inicial), por mês como Auditor-Fiscal da Receita Estadual, regime de trabalho é de 40 horas semanais.

Trata-se de excelente salário se comparado à média de trabalhadores da iniciativa privada.

Façamos uma pequena análise do edital.

Ao todo, o certame será composto por três etapas. Sendo estas:

1ª Etapa: Provas objetivas, P1 com 100 questões (peso 1) de caráter eliminatório e classificatório;

2ª Etapa: Provas objetivas, P2 com 80 questões (peso 2) de caráter eliminatório e classificatório;

3ª Etapa: Provas objetivas, P3 com 80 questões (peso 3) de caráter eliminatório e classificatório.

Durante as provas objetivas, os candidatos terão entre 4 e 5 horas (dependendo de cada fase) para responder entre 80 e 100 questões de múltipla escolha.

A aplicação das provas objetivas 1, 2 e 3 está prevista para os dias:

- 17/11 – período da tarde – Prova Objetiva 1;
- 18/11 – período da manhã – Prova Objetiva 2 e período da tarde Prova Objetiva 3.



Destacamos que a nossa disciplina está prevista na Prova 3 – Conhecimentos Específicos para áreas de conhecimento Auditoria e Fiscalização.

Prova Objetiva P3 – Conhecimentos Específicos		Número de Questões Disciplina/Conjunto de Disciplinas (*)	Número de Questões da Prova	Peso	Caráter	Duração da Prova
Prova 3 Conhecimentos Específicos Área de Conhecimento Auditoria e Fiscalização (A01)	Auditoria Tributária	15	80	3	Eliminatório e Classificatório	4 horas
	Contabilidade Avançada e de Custos (*)	25				
	Legislação Tributária de Santa Catarina II	20				
	Tecnologia da Informação aplicada à Auditoria Tributária	20				

A Contabilidade Avançada e de Custo está prevista, portanto, na prova Objetiva P3 – Conhecimentos Específicos, **representando 25 questões (Peso 3) de um total de 80 questões. Ou melhor, representa 31,25% da prova Objetiva (P3).**

Portanto, ofereceremos aqui uma preparação completa nesta disciplina, com foco total na **Fundação Carlos Chagas**.

E como combateremos o examinador?!

Simple, faremos uma carga adequada de teoria e questões comentadas!

Venha estudar conosco e saia à frente da concorrência!

3 - COMO FUNCIONARÁ O CURSO DE CONTABILIDADE?

A ementa de Contabilidade Avançada e de Custos é a seguinte:

Contabilidade Avançada: Conteúdo integral da disciplina Contabilidade Geral Contabilidade Geral (Prova 2 – Conhecimentos Básicos), prevista neste Edital. Provisões Ativas e Passivas, tratamento das Contingências Ativas e Passivas. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Tratamento das Participações Societárias, conceito de coligadas e controladas, definição de influência significativa, métodos de avaliação, cálculos, apuração do resultado de equivalência patrimonial, tratamento dos lucros não realizados, recebimento de lucros ou dividendos de coligadas e controladas, contabilização. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: Objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos. Conceitos e procedimentos: Filiais, agências, sucursais ou dependências no exterior. Conversão das demonstrações de uma entidade no exterior. Reorganização e reestruturação de empresas: Incorporação, fusão, cisão e extinção de empresas - Aspectos contábeis, fiscais, legais e societários da reestruturação social. Apuração e tratamento contábil da mais valia, do goodwill e do deságio: cálculos, amortizações e forma de evidenciação. Redução ao valor recuperável, mensuração, registro contábil, reversão. Debêntures, conceito, avaliação e tratamento contábil. Tratamento das partes beneficiárias. Tratamento de operações de arrendamento mercantil. Ativo Não Circulante Mantido para Venda, Operação Descontinuada e Propriedade para Investimento, conceitos e tratamento contábil. Ativos Intangíveis, conceito, apropriação, forma de avaliação e



registros contábeis. Tratamento dos saldos existentes do ativo diferido e das Reservas de Reavaliação. Mensuração a Valor justo e apuração dos ativos líquidos – conceitos envolvidos, cálculos e apuração e tratamento contábil. Ajuste a valor presente: Objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos. Subvenção e Assistência governamentais – conceitos, tratamento contábil, avaliação e evidenciação.

Contabilidade de Custos: Custo: conceito, nomenclaturas aplicáveis à contabilidade de custos, classificação dos custos e despesas, sistemas de custeio, formas de produção, métodos de custeio e sistemas de controle de custo. Custeio por absorção e custeio variável. Custeio e controle dos materiais diretos. Custeio, controle, tratamento contábil da mão de obra direta e indireta. Custeio, tratamento contábil e custos indiretos de fabricação. Critérios de rateio. Custeio por ordem e por processo. Custos e custeio da produção conjunta. Coprodutos, subprodutos e sucatas: conceito, cálculo e tratamento contábil. Margem de contribuição. Análise das relações custo/volume/lucro. O ponto de equilíbrio contábil, econômico e financeiro. Custeio baseado em atividades. ABC - Activity Based Costing.

Assim como ISS São Luís e ICMS Goiás a banca organizadora é a **Fundação Carlos Chagas (FCC)**. Em contabilidade, a **banca é conhecida por repetir o tipo de questão**. Assim, faremos aqui um **curso voltado eminentemente para a FCC**, incluindo, também, **se necessário**, algumas **questões de outras bancas**, caso a resolução seja de boa valia **para agregar conhecimento**.

Apesar de repetir, a **FCC não é uma banca tão fácil**. Vamos dizer que ela repete muito questões de nível médio e difícil. **A parte inicial, por exemplo, da contabilidade, a banca quase não tem explorado**.

É importante destacar que as aulas de Contabilidade Avançada e de Custos para ICMS SC serão disponibilizadas de forma intercalada. Além disso, Contabilidade de Custos é uma disciplina com ÓTIMO CUSTO BENEFÍCIO, pois é tranquila e deverá somar muitos pontos na prova.

Venha estudar conosco e saia à frente da concorrência!

Podemos notar uma evolução no nível de dificuldade das questões da banca ao longo dos anos, e, particularmente, considero que a FCC prepara uma das melhores provas de Contabilidade do Brasil, com questões atualizadas, bem escritas e praticamente sem erros. Estamos sempre resolvendo provas dessa banca e quase não encontramos possibilidades de recursos.

Uma característica bem importante em provas de Contabilidade da banca é que a **FCC faz provas bem mapeáveis**, isto é, a banca repete muito o padrão das questões (que os examinadores não leiam isso). Isso favorece e muito o candidato que está bem preparado e já resolveu muitas questões de provas anteriores.

Analisamos os temas abordados em aproximadamente 270 questões dos seguintes concursos realizados pela banca:

- **Analista Judiciário Contabilidade – Defensoria Pública do estado do Amazonas - 2018;**
- **Contador – SABESP – 2018;**



- Contador – Assembleia Legislativa do estado de Sergipe – 2018;
- Analista Judiciário Contabilidade – Tribunal Superior do Trabalho – 2017;
- Contador – Defensoria Pública do estado do Rio Grande do Sul – 2017;
- Contador – ARTESP – 2017;
- Auditor Fiscal da Receita Estadual (Fiscal de Rendas) do Estado de São Paulo-2013;
- Auditor Fiscal da Receita Estadual do estado do Rio de Janeiro – 2014;
- Auditor Fiscal do Tesouro Estadual do Estado de Pernambuco – 2014;
- Julgador Tributário do Tesouro Estadual de Pernambuco – 2015;
- Auditor Fiscal da Fazenda Estadual e Analista do Tesouro Estadual – SEFAZ PI – 2015;
- Auditor Governamental de Controle Externo do Tribunal de Contas do Ceará – 2015;
- Auditor de Controle Externo dos Municípios do Estado de Goiás;
- Auditor Substituto do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro;

Com esses dados percebemos a seguinte distribuição de assuntos:

Análise das Questões FCC Contabilidade Geral e Avançada

Assunto	Questões	%
CPC 18 - Investimentos – MEP	27	10,2%
CPC 16 – Custos dos Estoques e Operações com Estoques	24	9,0%
CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC	23	8,6%
CPC 25 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes	20	7,5%
CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos	16	6,0%
Depreciação, Exaustão, Amortização	15	5,6%
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	15	5,6%
CPC 08 – Custos de empréstimos Emissão de Ações – PL	14	5,3%
Balanco Patrimonial	14	5,3%
Dividendos e Reserva Legal	13	4,9%
CPC 12- Ajuste a valor presente	13	4,9%
Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	11	4,1%
Variações no Patrimônio Líquido (DMPL, DRA, Reservas)	10	3,8%
CPC 27 – Ativo Imobilizado	9	3,4%
CPC 04 - Ativo Intangível	9	3,4%
CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado - DVA	7	2,6%
CPC 02 – Efeitos da Taxa de Câmbio	5	1,9%
Estimativa para perdas com créditos de Liquidação Duvidosa	5	1,9%
CPC 06 – Arrendamento Mercantil	4	1,5%
Princípios Contábeis - CPC 00	4	1,5%
Fatos Contábeis	3	1,1%
CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamental	2	0,8%
Reconhecimento de Receitas	2	0,8%
Notas Explicativas	1	0,4%
TOTAL	266	100,00%



Como você está nos estudos da Contabilidade Geral?

Basicamente, temos três níveis de alunos:

- 1 - Os que nunca viram ou não estudam contabilidade há muito tempo.
- 2 – Os intermediários, que sabem fazer lançamentos, montar as demonstrações contábeis de modo geral e têm consciência de como funciona a disciplina.
- 3 – Os que estão “voando baixo”, ou seja, aquelas que já conhecem, dominam e estão precisando dar apenas um pente fino para praticamente gabaritar a matéria.

Nosso curso aqui do Estratégia atende perfeitamente os três tipos de concurseiros! Vamos explicar.

Como será o curso?

- a) As aulas terão PDF + Vídeos. Se você tem facilidade para aprender lendo, ganhará tempo ao ler o material escrito e poderá fazê-lo ao seu modo, sua velocidade. Se você tem um pouco mais de dificuldade é preferível assistir aos vídeos, sem problemas. Gravamos uma série de aulas com muitas e muitas questões resolvidas para que vocês possam fixar o conteúdo.
- b) Serão muitas questões atualizadas, sempre com foco na banca examinadora, exceto quando a quantidade de questões for reduzida.
- c) As aulas serão esquematizadas, apresentaremos muitas tabelas e recursos visuais para a melhor compreensão da matéria.
- d) Ao final de cada aula teremos um resumo e mapas mentais para ajudar a memorização.
- e) Fórum de dúvidas. Temos um professor exclusivamente para responder as dúvidas do curso, o nosso amigo Julio Cardozo.
- f) As aulas são montadas para que possamos evoluir no ensino da contabilidade, aos poucos. Portanto, os primeiros encontros são básicos, depois iremos aprofundando gradativamente.
- g) Sempre que estiver presente no edital ou necessário para a prova, falaremos sobre os chamados Pronunciamentos Contábeis, sobre aquilo que você precisa saber, mesmo que esse seja um curso de Contabilidade Geral e não de Contabilidade Avançada.



AULA	CONTEÚDO
Aula 0	Redução ao valor recuperável, mensuração, registro contábil, reversão.
Aula 1	Provisões Ativas e Passivas, tratamento das Contingências Ativas e Passivas.
Aula 2	Ativos Intangíveis, conceito, apropriação, forma de avaliação e registros contábeis.



AULA	CONTEÚDO
Aula 3	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: Objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos. Conceitos e procedimentos: Filiais, agências, sucursais ou dependências no exterior. Conversão das demonstrações de uma entidade no exterior.
Aula 4	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
Aula 5	Subvenção e Assistência governamentais – conceitos, tratamento contábil, avaliação e evidenciação.
Aula 6	Ajuste a valor presente: Objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos.
Aula 7	Ativo Não Circulante Mantido para Venda, Operação Descontinuada e Propriedade para Investimento, conceitos e tratamento contábil.
Aula 8	Tratamento de operações de arrendamento mercantil.
Aula 9	Reorganização e reestruturação de empresas: Incorporação, fusão, cisão e extinção de empresas - Aspectos contábeis, fiscais, legais e societários da reestruturação social.
Aula 10	Tratamento das Participações Societárias, conceito de coligadas e controladas, definição de influência significativa, métodos de avaliação, cálculos, apuração do resultado de equivalência patrimonial, tratamento dos lucros não realizados, recebimento de lucros ou dividendos de coligadas e controladas, contabilização. Apuração e tratamento contábil da mais valia, do goodwill e do deságio: cálculos, amortizações e forma de evidenciação.
Aula 11	Debêntures, conceito, avaliação e tratamento contábil. Tratamento das partes beneficiárias. Tratamento dos saldos existentes do ativo diferido e das Reservas de Reavaliação. Mensuração a Valor justo e apuração dos ativos líquidos – conceitos envolvidos, cálculos e apuração e tratamento contábil.
Aula 12	Contabilidade de Custos: Custo: conceito, nomenclaturas aplicáveis à contabilidade de custos, classificação dos custos e despesas, sistemas de custeio, formas de produção, métodos de custeio e sistemas de controle de custo.
Aula 13	Custeio por absorção e custeio variável. Custeio e controle dos materiais diretos. Custeio, controle, tratamento contábil da mão de obra direta e indireta. Custeio, tratamento contábil e custos indiretos de fabricação. Critérios de rateio.
Aula 14	Custeio por ordem e por processo. Custos e custeio da produção conjunta. Coprodutos, subprodutos e sucatas: conceito, cálculo e tratamento contábil.
Aula 15	Margem de contribuição. Análise das relações custo/volume/lucro. O ponto de equilíbrio contábil, econômico e financeiro. Custeio baseado em atividades. ABC - Activity Based Costing.
Aula 16	Resumo Reta Final – Prof. Julio Cardozo
Aula 17	Questões adicionais comentadas – Prof. Julio Cardozo
Aula 18	Questões adicionais comentadas – Prof. Julio Cardozo

É isso, pessoal! Esperamos encontrar vocês nos próximos encontros.

Gabriel Rabelo/Luciano Rosa/Julio Cardozo

Se ainda está em dúvida do nosso comprometimento em fazer o melhor material possível para vocês, vejam alguns comentários sobre o nosso no site do Estratégia:

MUITO BOM E ATUALIZADO!! PARABÉNS!!!
Parabéns!! Os PDF's e os vídeos estão com uma linguagem bem acessível e objetiva!
EXCELENTE!
Ótimo professor, ótima didática! Super satisfeita!
<i>O curso é excelente, professores de Parabéns!!</i>

Sigam as nossas redes sociais para muitas e muitas dicas de contabilidade para concursos:

Facebook: Contabilidade para Concursos – Grupo de Estudos

Instagram: @contabilidedefacilitada

Quaisquer dúvidas:



Temos o destino que merecemos! O nosso destino está de acordo com os nossos méritos!
(Albert Einstein)

4 - MAPA DA MINA – FCC (PRINCIPAIS ASSUNTOS)

4.1 - TEMA MAIS COBRADO: CPC 18 – INVESTIMENTOS

Percebemos que o **tema mais explorado pela FCC** (em praticamente todos os concursos tivemos pelo menos uma questão) **foi o CPC 18 – Investimentos**. Foram cobrados os aspectos de apuração de resultados pelo MEP, lucros não realizados, consolidação de demonstrações contábeis. É um tema bastante abrangente e mais complexo, e não restam dúvidas que precisamos estar bem familiarizados com ele.

Os seguintes tópicos têm aparecido com mais frequência:

- Método da Equivalência Patrimonial (Ganhos e Perdas com MEP no Resultado do Exercício e em Outros Resultados Abrangentes);
- Avaliação pelo Método do Custo;
- Contabilização e tratamento do Goodwill e Mais – Valia;

4.2 - SEGUNDO TEMA MAIS COBRADO: CPC 16 – ESTOQUES

Praticamente impossível aparecer uma prova da Fundação Carlos Chagas sem que tenhamos questões de Estoques! O que você precisa saber:

- Inventário Permanente - PEPS, MPM e UEPS;
- Custo do Estoques de acordo com o CPC 16;
- Contabilização e tratamento dos tributos incidentes na compra e venda de estoques, especialmente ICMS e IPI;

4.3 - TERCEIRO TEMA MAIS COBRADO: CPC 03 – DFC

Com menos questões, mas, de maneira alguma menos importante, temos as questões de **Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC**. Uma das demonstrações mais “amadas” dos alunos.

E como aparece? Geralmente a FCC coloca um Balanço Patrimonial, uma DRE e várias informações que afetam ou não o fluxo de caixa da empresa. Nessas questões não podemos nos assustar, pois geralmente são questões que podem tomar uma página inteira da prova, mas, **se estivermos bem treinados**, teremos condições de resolvê-las. O fluxo operacional é o mais exigido, pois é o mais trabalhoso, mas veremos alguns macetes para resolvermos essas questões mais facilmente.



4.4 - QUARTO TEMA MAIS COBRADO: CPC 25 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Esse tema também está **caindo demais**, pessoal. Especialmente nos anos de 2018 e 2017. A FCC geralmente cria situações, geralmente, processos judiciais, onde a perda é classificada como Provável ou Possível, e devemos saber se devem ser constituídas provisões ou não. **O que pode dificultar um pouco a resolução das questões é fazer a reversão de provisões constituídas, com alteração de classificação da probabilidade de perdas.**

4.5 - QUINTO TEMA MAIS COBRADO: CPC 01 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Esse é figurinha carimbada, pessoal! O objetivo da maioria das questões é chegar às perdas por recuperabilidade, passando pelo cálculo do Valor Recuperável, com a comparação do Valor Líquido de Venda e Valor em uso. **As questões mais difíceis podem envolver a reversão de uma perda reconhecida em exercícios anteriores, inclusive de ativos reavaliados.**

4.6 - SEXTO TEMA MAIS COBRADO: CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO

Nesse ponto, nossa banca segue uma tendência nacional de cobrança; é difícil encontramos uma prova de concursos sem que uma questão sobre o Ativo Imobilizado. Percebemos que a FCC está cobrando os seguintes temas relacionados com Ativo Imobilizado:

- Custo do Ativo Imobilizado – previsão no CPC 27;
- Depreciação – especialmente o método das cotas constantes.
- Alienação, baixa e suspensão de depreciação de Ativos (também previsto no CPC 27;)

4.7 - SÉTIMO TEMA CPC 48 (38) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Importantíssimo! O antigo CPC 38 sempre foi muito cobrado pela banca e, com a sua revogação e substituição pelo CPC 48, a tendência parece se manter. A banca já cobrou uma questão com as novas classificações para instrumentos financeiros em 2018, conforme veremos nesta aula.

Nas questões sobre o tema, a FCC coloca instrumentos com classificações diferentes, informa a taxa de juros e o valor justo dos mesmos. Não podemos ter dúvida de como se comporta cada um desses instrumentos; se há contabilização da receita financeira, se há Ajustes Patrimoniais, ajuste a valor justo etc, o efeito no resultado e em Outros Resultados Abrangentes.



4.8 - OITAVO TEMA: CPC 08 - CUSTOS DE TRANSAÇÃO E PRÊMIOS NA EMISSÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Pessoal, esse assunto é um dos pontos mais peculiares da banca FCC e também está entre os mais cobrados e, também considero que seja um que apresentam o maior grau de dificuldade para quem não está acostumado com assunto.

A contabilização de empréstimos envolve **conhecimentos de Matemática Financeira**, como valor presente, valor futuro, taxa de juros, série de pagamentos. Sem essa base, é praticamente impossível resolver as questões, mas veremos muitas questões no curso e vamos matar esse leão.

Precisamos estar atentos com:

- Diferença entre custos de transação, despesas financeiras e encargos financeiros;
- Taxa Nominal e Taxa Efetiva de Juros.
- Apropriação dos encargos financeiros ao resultado.

4.9 - NONO TEMA: BALANÇO PATRIMONIAL

Não tem faltado questões da principal demonstração contábil: **balanço patrimonial**, mas, professor, o que especificamente a banca tem exigido em suas provas, vejam:

- Funcionamento das contas do Patrimônio Líquido: Reservas de Lucros (funcionamento de todas), Reservas de Capital, Ações em Tesouraria e Ajuste de Avaliação Patrimonial;
- Distribuição de Dividendos; (dividendo mínimo obrigatório, dividendos previstos no estatuto);
- Dividendos e Reserva Legal;

Também tem sido muito comum a apresentação de um balancete de verificação com diversas contas e fatos contábeis e a questão solicita o valor de elementos com Ativo Circulante, Imobilizado, Passivo Exigível e etc. O que mais tem aparecido é o Ativo.

4.10 - DÉCIMO TEMA: CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE

Pessoal, o ajuste a valor presente é, também, um aspecto muito particular da FCC. Temos muitas questões sobre o tema, sejam questões específicas do pronunciamento ou abordadas dentro de outros assuntos, como por exemplo, Demonstração do Resultado do Exercício. Destacamos mais uma vez o conhecimento de pontos específicos da Matemática Financeira, como, Valor Presente e Valor Futuro.

Temos que saber contabilizar vendas e compras de longo prazo, efetuando o ajuste a valor presente e apropriação das receitas e despesas financeiras.



Existem duas formas de contabilização do AVP sobre vendas, uma de acordo com o CPC 12 e outra de acordo com a legislação tributária. Quer saber qual a FCC adota? Nos próximos capítulos do curso saberemos!

4.11 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Se você olhar com atenção, verá que **temas mais básicos, como princípios, lançamentos, teoria das contas, balancete, estão sendo menos cobrados. Mas são imprescindíveis para o perfeito entendimento da disciplina.** Inclusive, a Estrutura Conceitual Básica – CPC 00 não pode deixar de fazer parte dos seus estudos.

5 - PERGUNTAS FREQUENTES NO CURSO

1 – Professores, devo começar pelo PDF ou pelos vídeos?

Resposta: Faça o teste na aula 00 e veja o que melhor funciona para você. Muitas vezes é recomendável assistir aos vídeos primeiro, já que contêm as informações gerais do curso e depois ir para o PDF. Mas, para contabilidade, geralmente é interessante estudar pelas duas mídias.

2 – Professores, há necessidade de utilizar um livro para complementar?

Resposta: Não. O nosso curso é completo. Para isso disponibilizamos PDF + Vídeos + Fórum de dúvidas.

3 – Professores, há necessidade de imprimir os Pronunciamentos Contábeis - CPCs para leitura seca?

Resposta: Não. E nem é recomendável. As normas em geral são muito grandes e técnicas. O concurseiro dificilmente terá o *feeling* para entender aquilo que realmente será cobrado e quais os temas pelos quais a banca tem predileção. Portanto, tudo o que você precisa saber sobre os CPCs está no curso.

4 – Professores, em que parte termina a contabilidade geral e começa a avançada?

Resposta: Hoje, não há mais rigor nessa distinção. As bancas entendem que contabilidade geral já contém os chamados Pronunciamentos Contábeis (que seriam a parte de Contabilidade Avançada).



6 - 10 DICAS PARA QUE VOCÊ POSSA APRENDER CONTABILIDADE E EVOLUIR NA DISCIPLINA



TOME NOTA!

Antes de começar a aula propriamente dita, vamos deixar aqui **10 dicas para que vocês possam melhorar/iniciar os estudos de contabilidade**. Leia com atenção!

Dica 1: Saiba o que cai na sua prova e qual a extensão.

A Contabilidade é uma ciência unificada. Para concursos, basicamente temos:

- Contabilidade Geral: cobra os conceitos iniciais até a parte de demonstrações contábeis (incluindo DFC e DVA). Pode cair CPCs aqui, mas apenas questões mais genéricas (e não textos minuciosos das normas).
- Custos: cai a parte relacionada ao tratamento dos custos de produção.
- Análise: a questão dá demonstrações contábeis e o candidato utiliza índices para responder as questões.
- Avançada: Pronunciamentos Contábeis do CPC (48 ao todo, há necessidade de ver quais os mais importantes para a sua prova)
- Pública: mais presente em concursos da área de controle e gestão governamental.

Parece óbvio, mas já vi muita gente estudando o que não deve e muita gente não estudando o que deve.

Dica 2: Tenha em mente que a disciplina por vezes é complexa (não há como negar isso) e a perfeita compreensão para concursos demanda tempo e paciência.

No começo do curso, muita gente se queixa que não entende o funcionamento das contas, das demonstrações. Acreditem, é perfeitamente normal. Estudar contabilidade exige amadurecimento na disciplina, paciência e dedicação! Afinal, estabilidade e uma excelente remuneração mensal não poderiam ser tão fácil, não é?

Dica 3: Saiba que a contabilidade é uma ciência com convenções próprias.

Débito não significa necessariamente coisa ruim e crédito não significa coisa boa. Quando começar os estudos da contabilidade, saiba que essas palavras são utilizadas na disciplina com sentido contábil e não jurídico.

Dica 4: Leia a disciplina pela primeira vez por completo.

Possivelmente, irá aos trancos e barrancos, mas numa segunda ou terceira leitura (sim, será necessário), você terá um conhecimento muito melhor. Leia, tenha um entendimento completo. Depois, comece novamente. Por quê? A disciplina é demasiadamente



interligada. Os assuntos são totalmente dependentes. Há coisas que você verá na aula 00 que só serão tratadas com profundidade na aula 03, por exemplo.

Dica 5: Conheça a banca que fará a sua prova. Cada uma das bancas tem um estilo peculiar de cobrança.

Hoje, podemos dizer seguramente que cada uma das principais bancas cobra a matéria de seu modo. Então, é imperativo conhecer os principais temas cobrados por cada uma e as peculiaridades.

Dica 6: Faça questões e simulados rotineiramente.

Assim como é importante treinar em outras matérias, na contabilidade não é diferente. Para ganhar tempo, agilidade e conhecimento, faça muitas e muitas questões.

Dica 7: Estude por um ou dois materiais, no máximo.

Evite estudar por uma quantidade muito grande de materiais. Escolha um professor que te agrade. Se você está lendo essa aula é por que tem a possibilidade de nos escolher! Saiba que será uma grande satisfação ser seu professor e fazer parte da sua preparação. Mas, mesmo que opte por escolher outro, fique com este professor como principal e talvez somente mais um para apoio.

Dica 8: Dedique pelo menos três dias na semana para estudar contabilidade.

Estudar em ciclos é uma ótima ferramenta. Dentro do ciclo, dedique pelo menos umas 5 ou 6 horas semanais para contabilidade.

Dica 9: Utilize o fórum de dúvidas (dos cursos) ou nosso grupo de estudo no Facebook para sanar suas dúvidas.

Dica 10: Tenha paciência e saiba que essa é uma etapa necessária na vida e, depois da aprovação, a vida melhora E MUITO!

Vamos ao curso?



7 - COMEÇANDO...

Olá, meus amigos. Como estão?!

Sejam bem-vindos a primeira aula de **Contabilidade Avançada e de Custos para ICMS SC!**

Hoje, falaremos sobre o CPC 01, que é um Pronunciamento **muito** cobrado em provas.

Estamos à disposição. Portanto, não hesitem, quaisquer dúvidas:



Gabriel Rabelo/Luciano Rosa

Instagram: @contabilidadefacilitada

Fórum de dúvidas e mapas mentais: Professor Julio Cardozo

8 - TESTE DE RECUPERABILIDADE NA LEI 6.404/76

O teste de recuperabilidade (ou impairment test), para **ativos imobilizados e intangíveis**, foi uma novidade trazida pela Lei 11.638/2007, que alterou a Lei 6.404/76. Segundo este diploma legal:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam: [\(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou [\(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. [\(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)

Portanto, o artigo 183, parágrafo terceiro, prega que há necessidade de se analisar a capacidade de recuperação de valores registrados **no imobilizado e no intangível**.

Em síntese, é **requisito para o reconhecimento de um ativo que ele traga benefícios econômicos futuros**. Quando os benefícios econômicos futuros que esse ativo vai trazer são menores do que o valor pelo qual ele está registrado na contabilidade, devemos, então, fazer a redução do valor (isso ficará claro a seguir).



Portanto, segundo a Lei 6.404/76:

Recuperação	Registra	Quando	Adicionalmente
Imobilizados e Intangíveis	Perda do valor do capital aplicado	Houver interrupção do empreendimento	Revisa a vida útil
		Os ativos não puderem produzir resultados suficientes para recuperar o valor	Ajusta depreciação, amortização, exaustão

Uma questão da ESAF indagou o seguinte (item incorreto):

(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016) Todos os ativos estão sujeitos ao impairment test.

Comentário:

O impairment test aplica-se basicamente aos ativos imobilizados e intangíveis.

Gabarito Errado.

9 - CPC 01 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

A redução ao valor recuperável de ativos, ou teste de recuperabilidade, está prevista no CPC 01 e é, indubitavelmente, um dos Pronunciamentos Contábeis mais cobrados em concursos. Estudemos seus aspectos mais importantes para concursos.

9.1 - OBJETIVO

1. O objetivo deste Pronunciamento Técnico é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. **Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo.** Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, e o Pronunciamento Técnico requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização. O Pronunciamento Técnico também especifica quando a entidade deve reverter um ajuste para perdas por desvalorização e estabelece as divulgações requeridas.

O teste de recuperabilidade tem como finalidade principal apresentar o **valor real pelo qual um ativo será realizado**. Essa realização poderá ser feita tanto pela venda do bem, quanto pela sua utilização nas atividades empresariais. Vejam que a norma fala em: **assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação**.

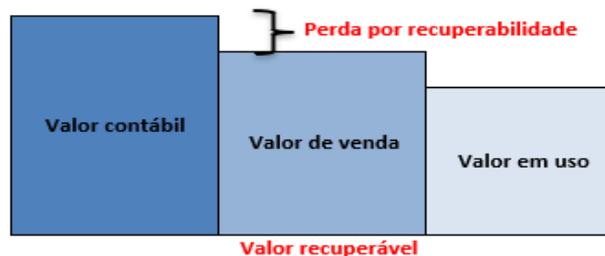
Vamos exemplificar. É simples!





Dissemos que o ativo não pode ficar registrado por valores superiores ao de recuperação. A recuperação dos valores de um ativo pode se dar se nós decidirmos vender esse ativo ou então se produzirmos mercadorias, por exemplo, e vendermos. Então, **é só comparar o valor contábil com o maior desses valores (esse será o chamado valor recuperável)**.

Esquematizemos:



9.2 - ALCANCE

2. Este Pronunciamento Técnico deve ser aplicado na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de todos os ativos, exceto:

- (a) estoques (ver Pronunciamento Técnico CPC 16(R1) – Estoques);
- (b) ativos de contrato e ativos resultantes de custos para obter ou cumprir contratos que devem ser reconhecidos de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente;
- (c) ativos fiscais diferidos (ver Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro);
- (d) ativos advindos de planos de benefícios a empregados (ver Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados);
- (e) ativos financeiros que estejam dentro do alcance do CPC 48 – Instrumentos Financeiros;
- (f) propriedade para investimento que seja mensurada ao valor justo (ver Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento);
- (g) ativos biológicos relacionados à atividade agrícola dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola que sejam mensurados ao valor justo líquido de despesas de vender; **(Alterada pela Revisão CPC 08)**
- (h) custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis advindos de direitos contratuais de companhia de seguros contidos em contrato de seguro dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguro; e

(i) ativos não circulantes (ou grupos de ativos disponíveis para venda) classificados como mantidos para venda em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Portanto, infelizmente, é necessário que vocês saibam o seguinte: o CPC 01 não se aplica a:

CPC 01 - Não se aplica a:
Estoques
Ativos de Receitas de Contratos de Clientes
Ativos fiscais diferidos
Benefícios a empregados
Instrumentos financeiros
Propriedade para investimento mensurada ao valor justo
Ativos biológicos ao valor justo
Contratos de seguro
Ativos não circulantes mantido para venda



(ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016) O Teste de Recuperabilidade ou impairment test tem por objetivo principal assegurar que os Ativos da companhia estejam registrados contabilmente por um valor que não exceda os seus valores recuperáveis. Avalie as proposições a seguir, acerca do impairment test.

- I. Ativos Fiscais Diferidos não estão sujeitos ao impairment test.
- II. Todos os ativos estão sujeitos ao impairment test.
- III. O ativo intangível decorrente do direito de outorga da concessão de um aeroporto não está sujeito ao impairment test.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas a proposição I está correta.
- b) Apenas a proposição II está correta.
- c) As proposições II e III estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Nenhuma proposição está correta.

Comentários:

- I. Ativos Fiscais Diferidos não estão sujeitos ao impairment test.**



Item correto. Segundo o CPC 01, item 2, c:

2. Este Pronunciamento Técnico deve ser aplicado na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de todos os ativos, exceto:

(c) **ativos fiscais diferidos** (ver Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro);

II. Todos os ativos estão sujeitos ao impairment test.

O item está incorreto. O teste de recuperabilidade é realizado para bens do imobilizado e do intangível. E não para todos os ativos.

III. O ativo intangível decorrente do direito de outorga da concessão de um aeroporto não está sujeito ao impairment test.

O item está incorreto. Trata-se de um ativo intangível, portanto, sujeito ao teste de recuperabilidade.

O gabarito e, portanto, letra a.

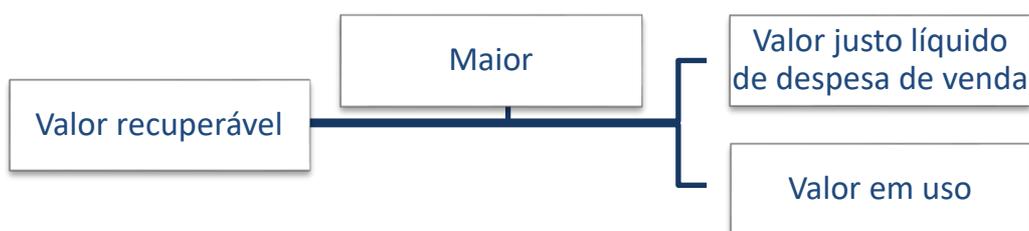
Gabarito → A.

9.3 - DEFINIÇÕES

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **maior (repita-se: maior)** valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

É simples! Inicialmente faremos alguns cálculos e análises para achar o valor líquido de venda de um ativo e, também, o seu valor em uso. Após o maior, dentre esses dois valores, será utilizado como valor recuperável.

Esquematizemos:



Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

Para achar o valor em uso, **temos de conhecer as receitas que serão esperadas pela utilização do ativo. Desse valor subtraímos todos os custos que estejam relacionados às receitas.**

Por exemplo, uma máquina gerará, em sua vida útil, receitas de R\$ 1.000.000,00, com custos esperados de R\$ 400.000,00. O seu valor em uso será, grosso modo, no montante de R\$ 600.000,00 (1 milhão – 400.000,00).



Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. **(Ver CPC 46 – Mensuração do Valor Justo). (Alterada pela Revisão CPC 03)**

Em suma: é o valor acertado pelas partes para a negociação do bem. Para fins de teste de recuperabilidade, o valor justo deve ser diminuído de gastos como frete, montagem, etc.

Como exemplo, se a mesma máquina citada acima pudesse ser vendida pelo valor de R\$ 600.000,00, com despesas de venda no valor de R\$ 200.000,00. O valor líquido de venda seria neste caso de R\$ 400.000,00 (600.000 – 200.000).

Voltando ao conceito de valor recuperável, podemos dizer que, após realizado os passos acima, devemos proceder da seguinte forma para encontrá-lo:

- 1) Qual o valor de uso? R\$ 600.000,00.
- 2) Qual o valor líquido de venda? R\$ 400.000,00.
- 3) Conhecidos os dois dados indagamos: Qual o valor recuperável?

Exato! R\$ 600.000,00, que é o **maior** entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

Entenderam?

Esses conceitos são importantíssimos para a prova.

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Veja que o conceito diz que o **valor contábil excede o valor recuperável**. Valor Contábil é o valor pelo qual um ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e provisão para perdas.

Podemos inferir dessa leitura que **temos de comparar os dois valores, o contábil e o recuperável, para achar a perda**. No exemplo acima, se o valor contábil do bem fosse R\$ 800.000,00, qual seria a perda por desvalorização?

Basta subtrairmos dos R\$ 800.000,00 o valor recuperável, de R\$ 600.000,00. Achamos o valor de R\$ 200.000,00. É essa a nossa perda!

Essa perda será registrada da seguinte forma:

D – Despesa com perda com desvalorização de ativo	200.000,00
C – Ajuste ao valor recuperável	200.000,00

No balanço, fica assim:

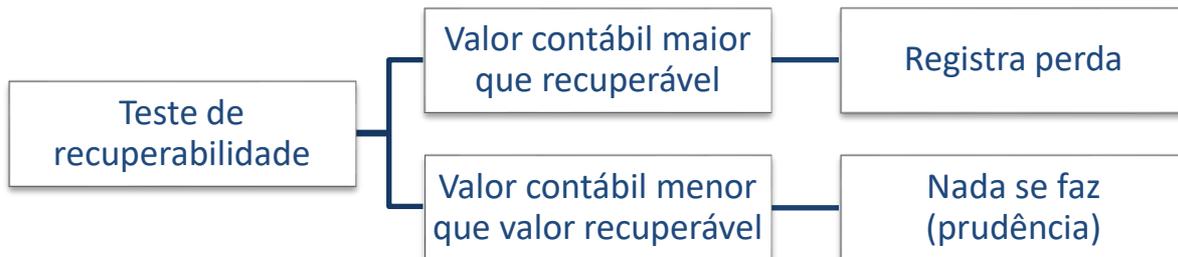
Balanco patrimonial:	
Ativo imobilizado	800.000,00



(-) Ajuste ao valor recuperável	(200.000,00)
Valor contábil	600.000,00

Do contrário, se o valor de realização do ativo é maior que o seu valor contábil, nenhum registro há que ser feito.

Esquematizemos:



O conjunto de conceitos acima são os mais importantes para a prova, porém, a norma traz outros, que podem igualmente ser objeto de cobrança, a saber:

Vida útil é:

O período de tempo no qual a entidade espera usar um ativo; ou

O número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter do ativo.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera as entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos.

Um exemplo, citado pela norma, que esclarece a situação, é o seguinte: uma entidade de mineração tem uma estrada de ferro utilizada em suas atividades, que não gera entradas de caixa independentes, provenientes de uso contínuo.

Não é possível estimar o valor recuperável da estrada de ferro, portanto, estima-se o valor recuperável da mina como um todo.



HORA DE
PRATICAR!

(FUNDATEC/Auditor Fiscal/SEFAZ/RS/2014) Para fins de identificação de um ativo que pode estar desvalorizado, devemos considerar seu valor

- de uso excedente ao seu valor contábil.
- reavaliado excedente ao seu valor recuperável.
- contábil excedente ao seu valor reavaliado.
- recuperável excedente ao seu valor contábil.

e) contábil excedente ao seu valor recuperável.

Gabarito → E.

10 - PASSOS DETALHADOS PARA O CÁLCULO DA VALOR RECUPERÁVEL

Vamos ver a maneira como deve ser feito o teste de recuperabilidade?

1) Encontramos o valor contábil na data em que será feita a comparação.

O valor contábil será encontrado do seguinte modo:

- Pegamos o valor de aquisição
- Retiramos a depreciação, amortização, exaustão existentes
- Subtraímos de (a) o valor de (b)

2) Encontramos o valor recuperável: **maior** entre valor justo e valor em uso.

2.1) Valor justo líquido de despesa de venda: Encontramos o valor pelo qual o ativo poderia ser vendido no mercado e retiramos as despesas de venda.

2.2) Valor em uso: Pegamos o valor que podemos obter com a venda de produtos oriundos deste ativo, trazendo a valor presente (a questão dará uma taxa de desconto). Somamos a isso o valor pelo qual podemos vender o ativo no final do período.

Valor de uso: $\Sigma (\text{Receita Esperada em } n / (1+i)^n$.



PEGADINHA

Pegadinha!

Pessoal, precisamos ter um cuidado especial quando se tratar do cálculo do valor em uso.

Dissemos que o valor pelo qual o ativo pode ser vendido no final de sua vida útil deve ser incluído no cálculo do valor em uso.

Contudo, se a questão disser o seguinte:

- | | |
|---|------------|
| - Valor de venda do ativo ao final da vida útil (31.12.X1): | 20.000,00 |
| - Valor em uso em 31.12.X1 | 100.000,00 |

Neste caso, o valor de venda do ativo já está incluído no valor em uso e não precisamos incluir novamente. Você utilizará diretamente o dado do valor em uso. Repetimos, nesta hipótese, o valor em uso será de R\$ 100.000,00, e não de R\$ 120.000,00 (100.000 + 20.000). Fiquem de olho!

3) Comparamos o valor recuperável com o valor contábil:

3.1) Valor contábil maior que valor recuperável: fazemos a redução do valor.



3.2) Valor contábil menor que valor recuperável: nada há que ser feito, em homenagem ao princípio da prudência.

Então, vamos praticar?



((FCC/Auditor Fiscal/SEFAZ PI/2015)) Em 30/09/2012, uma empresa adquiriu veículos pelo valor de R\$ 180.000,00. Todos os veículos têm vida útil econômica de 5 anos para a empresa e o valor residual estimado para todos os veículos, em conjunto, no final do 5º ano é R\$ 30.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2012, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo (*"impairment"*) para os bens do ativo imobilizado e identificou os valores disponíveis, conforme a tabela a seguir, referentes aos veículos adquiridos em 30/09/2012:

Data	Valor Justo	Valor em uso
31/12/2012	R\$ 155.000,00	R\$ 170.000,00

O valor contábil dos veículos, considerados em conjunto, evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2012 foi, em reais:

- a) 172.500,00
- b) 180.000,00
- c) 155.000,00
- d) 170.000,00
- e) 171.000,00

Comentário:

1) Encontramos o valor contábil na data em que será feita a comparação.

Vamos calcular a depreciação acumulada e depois o valor contábil dos veículos, para comparar com o valor recuperável.

Vamos aos cálculos:

Valor original R\$ 180.000,00
(-) Valor residual -R\$ 30.000,00
= Valor depreciável R\$ 150.000,00

A vida útil é de 5 anos, ou seja, 60 meses.

A depreciação mensal é de: $\$150.000,00 / 60 \text{ meses} = \$ 2.500,00$ por mês.



A depreciação acumulada será de 3 meses (de 30/09/2012 ao final de 2012):

Depreciação acumulada = \$2.500 x 3 meses = \$7.500,00

Valor original R\$ 180.000,00

(-) Depreciação Acumulada -R\$ 7.500,00

= Valor contábil R\$ 172.500,00

2) Encontramos o valor recuperável: maior entre valor justo e valor em uso.

O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido realizável de venda.

Entre o “valor justo” e o “valor em uso”, o maior é o valor em uso de \$ 170.000,00.

3) Comparamos o valor recuperável com o valor contábil:

3.1) Valor contábil maior que valor recuperável: fazemos a redução do valor.

3.2) Valor contábil menor que valor recuperável: nada há que ser feito, em homenagem ao princípio da prudência.

Agora é só comparar:

Valor contábil = \$172.500,00

Valor Recuperável = \$ 170.000,00

Como o Valor Recuperável é menor, a empresa contabiliza um Ajuste para perdas com Impairment:

D – Perdas com teste de Recuperabilidade (resultado) 2.500,00

C – Ajuste para perda com Recuperabilidade (Ret. Ativo) 2.500,00

E o valor contábil (que é o valor evidenciado no Balanço Patrimonial) fica assim:

Valor original R\$ 180.000,00

(-) Depreciação Acumulada -R\$ 7.500,00

(-) Ajuste para perda com recuperabilidade -R\$ 2.500,00

=Valor contábil

Gabarito → D

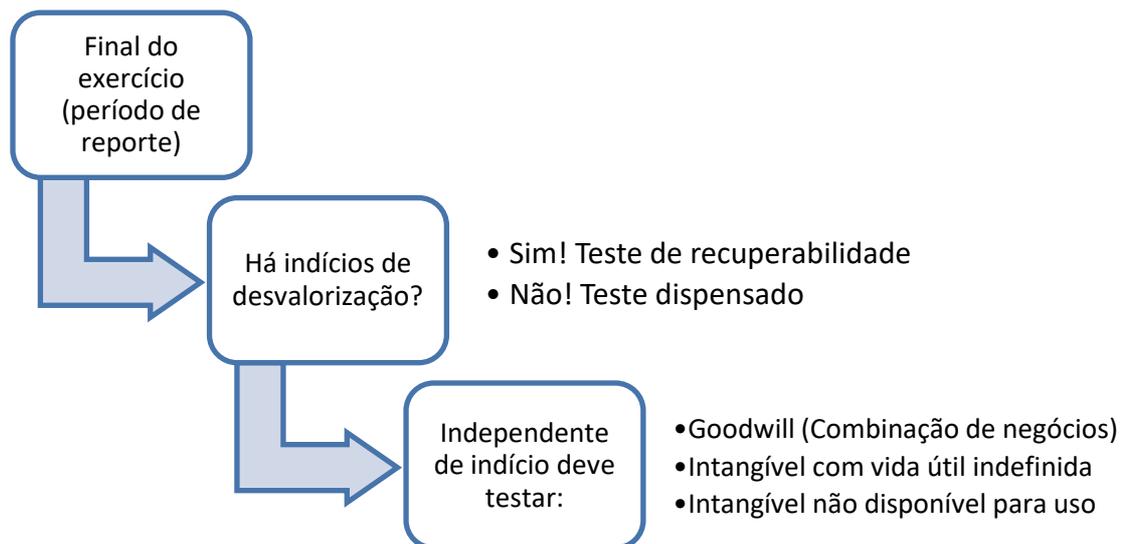
11 - PERIODICIDADE DE REALIZAÇÃO DO IMPAIRMENT TEST

9. A entidade deve avaliar **ao fim de cada período de reporte** se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. **Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.**

Em síntese, funciona assim: Para os **ativos em geral** (como os imobilizados), a empresa deve verificar se **há indícios de desvalorização** no final do período de reporte (exercício social). Havendo indícios, a empresa faz uma estimativa formal da recuperabilidade. Não havendo, esta estimativa formal está dispensada.

Todavia, existem três ativos que devem ser avaliados formalmente, ainda que não haja indícios de perda. São eles:

- Goodwill
- Intangível com vida indefinida
- Intangível que ainda não está em uso.



Mas, professores, por que essas exceções à regra? A explicação é simples.

Os ativos em geral, como os imobilizados, por exemplo, têm reduções em seus valores ao longo do tempo (depreciação, amortização, exaustão). Então, mesmo que um ativo imobilizado esteja avaliado contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável, a redução em seu valor com o decurso de sua vida útil, gerada, por exemplo, pela depreciação, vai acabar por diminuir o seu valor contábil, o que atenua esse registro contábil por valor superior ao recuperável.



Ao revés, **o goodwill, o intangível com vida útil indefinida e o ativo intangível são ativos que têm a característica comum de não sofrer amortização**. Isto é, os seus valores não diminuem com o curso do tempo, como ocorre com os outros ativos que têm amortização, depreciação, exaustão, etc.

Com efeito, caso o registro destes três tipos de ativos estejam por valores superiores aos seus valores recuperáveis, permaneceriam assim caso nenhuma providência fosse tomada.

Por este motivo o CPC dispensou atenção maior a estes ativos, dispondo:

10. Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve:

(a) testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Esse teste de redução ao valor recuperável pode ser executado a qualquer momento no período de um ano, desde que seja executado, todo ano, no mesmo período. Ativos intangíveis diferentes podem ter o valor recuperável testado em períodos diferentes. Entretanto, se tais ativos intangíveis foram inicialmente reconhecidos durante o ano corrente, devem ter a redução ao valor recuperável testada antes do fim do ano corrente; e

(b) testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios, de acordo com os itens 80 a 99.

Esta aula não visa a tratar sobre intangíveis, porém, faz-se necessária uma breve abordagem sobre o tema. São ativos intangíveis os direitos que tenham por objeto bens **incorpóreos** destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. Para que uma entidade reconheça um ativo intangível ele deve atender conjuntamente a três critérios:

- 1) Ser separável;
- 2) Ser proveniente de direitos contratuais ou legais;
- 3) Ter o seu valor determinado com segurança. Atendendo-se aos critérios de reconhecimento pode-se passar a mensuração do ativo intangível.

Existem dois métodos distintos para a mensuração do ativo intangível trazidos pelo CPC 04, Método de Custo e Método de Reavaliação, a saber:

Método de Custo: Posteriormente ao reconhecimento inicial o ativo intangível deve ser apresentado ao custo, menos a amortização acumulada e a perda acumulada (se houver).

Método de reavaliação: Após o reconhecimento, se permitido legalmente, um ativo intangível pode ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao valor justo na data da reavaliação.

Apesar do CPC 04 trazer as duas definições, ressaltamos que a contabilização pela reavaliação não mais existe no ordenamento pátrio, portanto, não deve ser aplicada nas demonstrações contábeis.



Após a mensuração, a Cia deverá avaliar se se trata de um ativo intangível de **vida útil indefinida ou definida**. Para os ativos intangíveis de vida útil indefinida a amortização torna-se proibida, afinal, não temos um prazo para calcular, não saberemos apurar a amortização senão de forma arbitrária (como utilizamos para achar o valor de depreciação no imobilizado, exemplo: 10 anos de depreciação sem valor residual = 10% ao ano).

Contudo, **falar que um ativo intangível tem vida útil indefinida não significa dizer que ele tenha vida útil infinita, eterna. Esses ativos estarão sujeitos à análise de impairment anual.**

Já para os intangíveis de vida útil determinada mantém-se a prática de alocar seu custo de aquisição ao resultado com base no período determinado e se houver meios de determinar o valor residual para fins de amortização este deverá ser utilizado. Além da sujeição ao teste de recuperabilidade (ao final do período de reporte, havendo indícios de desvalorização).



HORA DE
PRATICAR!

(CESPE/Contabilidade/ANATEL/2014) Acerca dos ativos intangíveis e do teste de impairment, julgue o item a seguir.

Caso determinado ativo intangível tenha vida útil finita delimitada com precisão, é dispensável o teste de impairment

Comentários:

Para os ativos intangíveis com vida útil definida, é dispensável o teste de recuperabilidade, caso não haja indício de desvalorização.

Gabarito → Correto.

12 - O QUE EU TENHO QUE SABER ATÉ AQUI?

- 1) O que é o teste de recuperabilidade? Um procedimento aplicados a ativos imobilizados e intangíveis que tem o fito de assegurar que ativos não estejam avaliados por valores superiores ao de recuperação.
- 2) Saber o artigo 183, parágrafo 3º.
- 3) Saber o conceito de valor recuperável, valor justo líquido de despesa de venda e valor em uso.
- 4) Valor recuperável é o maior entre valor justo e valor em uso.
- 5) Saber a periodicidade de realização do teste de recuperabilidade: se houver indícios, no término do período de reporte. Mas, independente disso, anualmente, para: goodwill, ativo intangível com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso.



13 - IDENTIFICAÇÃO DE QUE UM ATIVO PODE ESTAR DESVALORIZADO

Como dito, **a desvalorização se dá quando o valor contábil excede o valor recuperável**. A entidade deve avaliar **ao fim de cada período de reporte** se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve fazer uma estimativa **formal** do valor recuperável do ativo. Não havendo indícios dessa desvalorização, dispensada está essa estimativa **formal**.

Mas **como as empresas avaliam se o ativo está ou não desvalorizado**? Quais seriam os fatores que indicam? Bem, o CPC 01 trouxe alguns indicadores, **não exaustivos**, ou seja, sem prejuízo de outros apurados, que podem ser tanto internos quanto externos. São eles:

Indicadores Externos:

- (a) há indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; **(Alterada pela Revisão CPC 03)**
- (b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- (c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo;
- (d) o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;

Fontes internas de informação:

- (e) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- (f) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo ou ocioso, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de ativo como finita ao invés de indefinida;
- (g) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado;
Dividendo de controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada
- (h) para um investimento em controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada, a investidora reconhece dividendo advindo desse investimento e existe evidência disponível de que:



- (i) o valor contábil do investimento nas demonstrações contábeis separadas excede os valores contábeis dos ativos líquidos da investida reconhecidos nas demonstrações consolidadas, incluindo eventual ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill);
ou
- (ii) o dividendo excede o total de lucro abrangente da controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada no período em que o dividendo é declarado.



ESQUEMATIZANDO

Principais indicadores de desvalorização	
Indicadores externos	Indicadores internos
Valor do ativo diminuiu mais do que o normal	Obsolescência ou dano físico do ativo
Mudanças tecnológicas	Mudanças dentro da estrutura da sociedade
Taxas de juros aumentaram	Desempenho pior que o esperado
Valor contábil do PL é maior que o valor de mercado	

Se, depois de feita a estimativa formal para um ativo intangível, mantiver-se razoável certeza de que o valor recuperável é maior do que o valor contábil, não há necessidade de se proceder à nova avaliação nos períodos que se seguem, se não houver vestígios de mudança neste cenário ou se o valor recuperável deste ativo for pouco elástico em relação a mudanças no ambiente.

Se houver uma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, isso pode indicar que a vida útil remanescente, o método de depreciação, amortização e exaustão ou o valor residual para o ativo necessitem ser revisados e ajustados, mesmo que os cálculos posteriormente indiquem não ser necessário reconhecer uma desvalorização para o ativo.

14 - MENSURAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL

Lembremo-nos:

Valor Recuperável → **Maior** valor entre:

- a) valor líquido de despesas de venda;
- b) valor de uso.

Uma questão de prova pode conter o seguinte questionamento: Para a análise do valor recuperável, será sempre necessário calcular-se o valor líquido de despesas de venda e o valor de uso. A resposta deve ser assinalada como falsa.

O Pronunciamento 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) diz que se qualquer desses valores excederem o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor. Lembrem-se de que só serão feitos ajustes quando o valor contábil for maior que o recuperável.

19. Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses montantes exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor.

Exemplificando, rapidamente:

Valor contábil 100.000,00

Valor justo líquido de despesa de venda 130.000,00

Não haverá necessidade de se calcular o valor em uso, já que o valor justo líquido de despesa de venda já superou o valor contábil.

Pode ocorrer, também, de não ser possível determinar qual o valor justo líquido de despesa de venda a se obter, hipótese em que não será necessário calculá-lo. Neste caso, o valor de uso será considerado como o valor recuperável.

21. Se não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor justo líquido de despesa de venda, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor recuperável. Esse será frequentemente o caso para um **ativo** que é **mantido para alienação**. Isso ocorre porque o valor em uso de um ativo mantido para alienação corresponderá principalmente às receitas líquidas da baixa, uma vez que os futuros fluxos de caixa do uso contínuo do ativo, até sua baixa, provavelmente serão irrisórios.

Como regra, o valor recuperável deve ser determinado para ativos individualmente.



15 - VALOR JUSTO LÍQUIDO DE DESPESAS DE VENDA

28. As despesas com a baixa, exceto as que já foram reconhecidas como passivo, devem ser deduzidas ao se mensurar o valor justo líquido de despesas de alienação. Exemplos desses tipos de despesas são as despesas legais, tributos, despesas com a remoção do ativo e gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda. Entretanto, as despesas com demissão de empregados e as associadas à redução ou reorganização de um negócio em seguida à baixa de um ativo não são despesas incrementais para baixa do ativo. (Alterado pela Revisão CPC 03).

16 - VALOR DE USO

O valor de uso de um ativo é o valor de caixa gerado – na verdade, é o valor que se espera gerar - pela utilização do bem em sua vida útil ajustado a valor presente por uma taxa de desconto.

Se o uso de um ativo em separado não criar, por si só, entradas de caixa independentes de outros ativos, o procedimento deve ser realizado em relação ao grupo de ativos (ao qual o ativo em comento pertença), cujo uso gere caixa, de forma independente dos demais ativos, esse grupo de ativos é denominado **unidade geradora de caixa**.

31. A estimativa do valor em uso de um ativo envolve os seguintes passos:

- (a) estimar futuras entradas e saídas de caixa decorrentes de uso contínuo do ativo e de sua baixa final; e
- (b) aplicar taxa de desconto adequada a esses fluxos de caixa futuros.

Exemplo: Supondo que estamos no ano de X0 e que se espera que um ativo gere receitas para os anos de X1 e X2 no valor de \$ 100.000,00, ao final de cada ano. Qual será o valor de uso, supondo uma taxa de desconto de 10%?

Resposta: O valor de uso será encontrado através da seguinte fórmula:

$$\text{Valor de uso: } \Sigma (\text{Receita Esperada em } n / (1+i)^n.)$$

Logo, o nosso valor de uso na questão será:

$$100.000/1,1^1 + 100.000/1,1^2 = 90.909,10 + 82644,60 = \$ 173.553,70.$$



17 - BASE PARA ESTIMATIVAS DE FLUXOS DE CAIXA FUTUROS

As estimativas de fluxos de caixa para se achar o valor de uso devem ser razoáveis, com análise econômica mais profunda sobre o ambiente externo. A análise do fluxo de caixa também deve se basear em políticas mais recentes adotadas pela empresa e abranger um **período máximo de 5 anos adiante** (salvo se se justificar período mais longo). Todavia, deve-se excluir qualquer estimativa de fluxo de caixa que se espera surgir das reestruturações futuras ou da melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo.

35. Geralmente, orçamentos e previsões financeiras de fluxos de caixa futuros para períodos superiores a cinco anos, detalhados, explícitos e confiáveis, não estão disponíveis. Por essa razão, as estimativas da administração de fluxos de caixa futuros devem ser baseadas nos mais recentes orçamentos e previsões para um período máximo de cinco anos. A administração pode utilizar projeções de fluxo de caixa baseadas em orçamentos e previsões financeiras para um período superior a cinco anos se estiver convicta de que essas projeções são confiáveis e se puder demonstrar sua capacidade, baseada na experiência passada, de fazer previsão acurada de fluxo de caixa para esse período mais longo.

As estimativas de fluxos de caixa futuros devem ser estimadas para o ativo no estado em que se encontrarem, em suas condições atuais (**atenção:** não devemos considerar eventuais futuras melhorias no ativo) e incluir:

- (1) projeções de entradas de caixa a partir do uso contínuo do ativo;
- (2) projeções de saídas de caixa, necessárias para gerar as entradas de caixa; e
- (3) fluxos de caixa, a serem recebidos ou pagos pela baixa do ativo.

Se a taxa de desconto considerar o aumento de preços, como no caso da inflação, os fluxos de caixa projetados devem estar em valores nominais; ao contrário, se os fluxos de caixa estiverem projetados em moeda de valor constante, a taxa de desconto não deve conter embutida a inflação do período.

Se uma questão pedir para calcularmos o fluxo de caixa e der valores a serem recebidos, como clientes, e valores a pagar, como salários a pagar, não devemos incluí-los para cálculo do valor de uso.

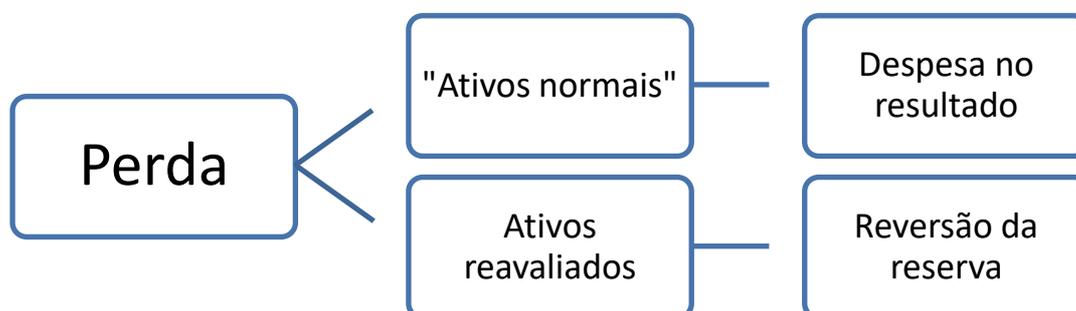
A estimativa de fluxos de caixa líquidos a serem recebidos ou pagos pela alienação de um ativo no fim de sua vida útil deve ser o montante que a entidade espera obter da alienação do ativo, em uma transação com isenção de interesses entre partes conhecedoras e interessadas, após deduzir as despesas estimadas da alienação.



18 - RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DE UMA PERDA POR DESVALORIZAÇÃO

Se, e somente se, o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo.

Segundo a norma, essa **perda deve ser reconhecida no resultado do exercício (outras despesas), exceto se o ativo tiver sido reavaliado; neste caso a perda será lançada como reversão da reserva de reavaliação.**



62. Quando o montante estimado da perda por desvalorização for maior do que o valor contábil do ativo ao qual se relaciona, a entidade deve reconhecer um passivo se, e somente se, isso for exigido por outro Pronunciamento Técnico.

Imaginemos agora uma situação: Um ativo vale, contabilmente, R\$ 1.000. A perda estimada, todavia, foi avaliada em R\$ 1.500. O que fazer nesta situação? O CPC manda que se constitua uma conta no Passivo (obrigação), no valor da diferença, no caso concreto de R\$ 500, **se outra norma mandar que assim se faça.**

A situação acima pode ser exemplificada da seguinte forma: uma empresa possui uma mina com valor de \$100 milhões. Repentinamente, o minério se esgota. A mina passa a valor zero. Mas, além disso, a empresa deve recompor o ambiente (fechar a entrada da mina, reflorestar, etc.), e, para isso, vai gastar \$ 2 milhões. Assim, a empresa zera o ativo (reconhece uma perda por recuperabilidade no valor da mina, no imobilizado) e reconhece um passivo de 2 milhões.

Depois de calculada a perda por desvalorização de um ativo, já devidamente lançada no ativo, devemos proceder ao reajuste dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão. Por exemplo, um ativo no valor de R\$ 1.000, depreciado em 10 anos (10% ao ano, R\$ 100 por ano), já utilizado por 5 anos, sem valor residual, teve registrada uma perda por desvalorização no valor de R\$ 250.



O valor contábil é de R\$ 1.000 – R\$ 500 (depreciação de 5 anos) = R\$ 500.

Com a perda, fica assim: R\$ 1.000 – R\$ 500 – R\$250 = R\$ 250

Vejam que faltam 5 anos para que o ativo seja depreciado totalmente. Porém, houve uma desvalorização, para R\$ 250 (R\$ 500 – R\$ 250). Assim, não mais deveremos calcular a depreciação no valor de R\$ 100, por ano, mas devemos reajustá-la. R\$ 250/5 anos = R\$ 50/ano.

19 - PERDA POR RECUPERABILIDADE DE ATIVOS REAVALIADOS

Segundo o CPC 01:

59. Se, e somente se, o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo.

Diz, ainda, a norma referida que:

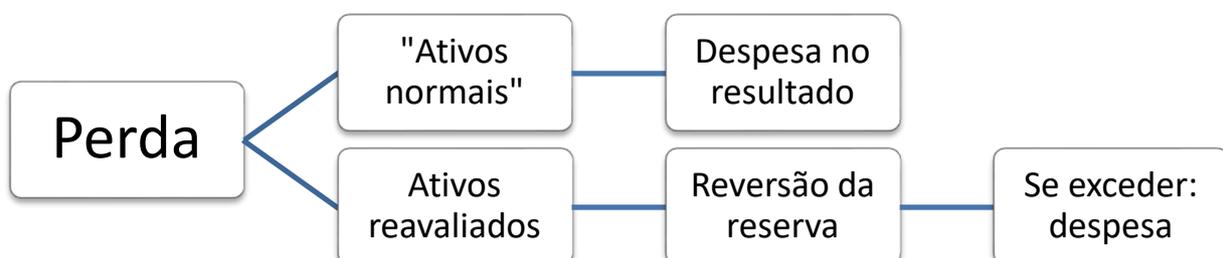
60. A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, a menos que o ativo tenha sido reavaliado. Qualquer desvalorização de ativo reavaliado deve ser tratada como diminuição do saldo da reavaliação.

Todavia, o dispositivo não pode ser interpretado por si só. Devemos fazer uma leitura conjugada com o dispositivo seguinte do Pronunciamento Contábil:

61. A perda por desvalorização de ativo não reavaliado deve ser reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Entretanto, a perda por desvalorização de ativo reavaliado deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes (na reserva de reavaliação) na extensão em que a perda por desvalorização não exceder o saldo da reavaliação reconhecida para o mesmo ativo. Essa perda por desvalorização sobre o ativo reavaliado reduz a reavaliação reconhecida para o ativo.

Com efeito, a perda por desvalorização de ativo reavaliado só é reconhecida como diminuição do saldo da reavaliação à medida que haja saldo para tanto na reavaliação. Excedendo-se este montante, o valor deverá ser reconhecido como despesa, no resultado do exercício.

Esquematizemos:





(FCC/Analista Judiciário/TRE/CE/2012) Considere os dados abaixo:

Dados	
Valor histórico da máquina	R\$ 1.300.000,00
Reavaliação da máquina	R\$ 200.000,00
Perda de valor recuperável do ativo contabilizada	R\$ 130.000,00
Novo valor da perda de valor recuperável calculada	R\$ 230.000,00

O registro contábil complementar que deverá ser efetuado com relação a perda do valor recuperável é:

- (A) Débito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00
Crédito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00.
- (B) Débito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00
Crédito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00.
- (C) Débito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 70.000,00
Débito: Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação – Perda de Valor Recuperável – R\$ 30.000,00
Crédito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00.
- (D) Débito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 30.000,00
Débito: Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação – Perda de Valor Recuperável – R\$ 70.000,00
Crédito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 100.000,00.
- (E) Débito: Despesa – Perda de valor recuperável – R\$ 230.000,00
Crédito: Ativo – Perda de valor recuperável – R\$ 230.000,00.

Comentários:

O ativo tem valor de R\$ 1.300.000,00, sendo que há uma reserva de reavaliação reconhecida no PL no valor de R\$ 200.000,00.

Ativo		Patrimônio líquido	
Máquina	R\$ 1.300.000,00	Reserva de reavaliação	R\$ 200.000,00

A primeira perda registrada monta a R\$ 130.000,00 e deverá ser lançada do seguinte modo:

D – Reserva de reavaliação	130.000,00
C – Ativo – Perda de valor recuperável	130.000,00

Razonetes:

Reserva de reav. (PL)		Ajuste ao valor recuperável	
R\$ 130.000,00	R\$ 200.000,00		R\$ 130.000,00



Ficará assim:

Ativo		Patrimônio Líquido	
Máquina	R\$ 1.300.000,00	Reserva de reavaliação	R\$ 70.000,00
(-) Ajuste - Valor recuper.	-R\$ 130.000,00		

Contudo, após nova avaliação, tem-se que o valor da perda por teste de recuperabilidade não será de R\$ 130.000,00, mas, sim, de R\$ 230.000,00, ou seja, teremos mais R\$ 100.000,00 “perdidos”.

Desta maneira, teremos de complementar o lançamento. Inicialmente, devemos consumir todo o saldo existente na reserva de reavaliação, isto é, o valor de R\$ 70.000,00.

O restante, no valor de R\$ 30.000,00, deverá ser lançado no resultado.

Tudo em contrapartida contra a redução ao valor recuperável de ativos – conta credora, redutora do ativo não circulante imobilizado.

Lançamentos:

D – Despesa - Perda por ajuste ao valor recuperável	30.000,00
D – Reserva de reavaliação	70.000,00
C - Redução ao valor recuperável de ativos	100.000,00

Razonetes:

Reserva de reav. (PL)		Ajuste ao valor recuperável		Despesa - Perda V. Recup.	
R\$ 130.000,00	R\$ 200.000,00		R\$ 130.000,00	R\$ 30.000,00	
R\$ 70.000,00			R\$ 100.000,00		
R\$ -	R\$ -		R\$ 230.000,00	R\$ 30.000,00	

Fica assim:

Ativo		Patrimônio Líquido	
Máquina	R\$ 1.300.000,00	Reserva de reavaliação	R\$ -
(-) Ajuste - Valor recuper.	-R\$ 230.000,00		

Observação: para fins didáticos, vamos desconsiderar o total do ativo = passivo + PL, bem como as contas de resultado.

Gabarito → D.



20 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE GERADORA DE CAIXA À QUAL UM ATIVO PERTENCE



Se houver qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado, o valor recuperável deve ser estimado individualmente para cada ativo. Se não for possível estimar o valor recuperável individualmente, a entidade deve determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence (a unidade geradora de caixa do ativo).

Portanto, para a prova:

1. Estima-se o valor recuperável do ativo individualmente! Impossível?
2. Estima-se o valor recuperável da unidade geradora de caixa! Veja o exemplo que se segue...

Exemplo 1: Uma entidade de mineração tem uma estrada de ferro particular para dar suporte às suas atividades de mineração. Essa estrada pode ser vendida somente pelo valor (residual) de sucata e ela não gera entradas de caixa provenientes de uso contínuo que sejam em grande parte independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos da mina.

Não é possível estimar o valor recuperável da estrada de ferro porque seu valor em uso não pode ser determinado e é provavelmente diferente do valor de sucata. Portanto, a entidade estima o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual a estrada de ferro pertence, isto é, a mina como um todo.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo de ativos que gera entradas de caixa que são em grande parte independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos. A identificação de uma unidade geradora de caixa requer julgamento. Se o valor recuperável não puder ser determinado para cada ativo, a entidade identifica o menor grupo de ativos que geram entradas de caixa, em grande parte independentes.

Exemplo 2: Uma entidade de ônibus fornece serviços, sob contrato, a um município que exige serviço mínimo em cada um de cinco percursos. Os ativos dedicados a cada percurso e os fluxos de caixa provenientes de cada percurso podem ser identificados separadamente. Um dos percursos opera com prejuízo significativo.

Como a entidade não tem a possibilidade de eliminar nenhum dos percursos, o nível mais baixo de entradas de caixa identificáveis, que são substancialmente independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos, são as entradas de caixa geradas pelos cinco percursos juntos. A unidade geradora de caixa para cada percurso é a entidade de ônibus como um todo.



Para se identificar unidades geradoras de caixa de uma entidade, o CPC 01 propõe os seguintes critérios: 1) existência de mercado ativo para o produto resultante da atividade da unidade geradora de caixa – mesmo que sua produção seja consumida internamente (por outra unidade geradora de caixa da entidade).

As unidades geradoras de caixa devem ser identificadas de maneira consistente de período para período para o mesmo ativo ou tipos de ativos, a menos que haja justificativa para uma mudança.

21 - VALOR RECUPERÁVEL E VALOR CONTÁBIL DE UMA UNIDADE GERADORA DE CAIXA

O valor recuperável de uma unidade geradora de caixa é o valor mais alto entre o valor líquido de venda e o valor em uso.

O valor contábil de uma unidade geradora de caixa deve ser determinado de maneira consistente com o modo pelo qual é determinado o valor recuperável de uma unidade geradora de caixa.

Para determinarmos o valor contábil de uma unidade geradora de caixa, incluímos apenas os ativos que gerem entradas de caixa ou participem para a sua futura geração.

Se houver uma compra com ágio ou deságio de determinado ativo, o valor contábil da unidade geradora de caixa deve incluir, também, esta condição.

Se uma questão de prova, prática, der um valor **passivo** da empresa e pedir para calcularmos o valor contábil de uma unidade geradora de caixa, não devemos incluir esta obrigação, a menos que seja parte indispensável do ativo.

Pode ser necessário considerar determinados passivos reconhecidos para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa. Isso pode ocorrer se na alienação de uma unidade geradora de caixa há exigência de que o comprador assuma um passivo. Nesse caso, o valor justo líquido de despesa de venda, ou o fluxo de caixa estimado da baixa final da unidade geradora de caixa, é o preço de venda estimado para os ativos da unidade geradora de caixa e o passivo em conjunto, menos as despesas da baixa. A fim de efetuar uma comparação significativa entre o valor contábil da unidade geradora de caixa e seu valor recuperável, o saldo do passivo deve ser deduzido ao se determinar tanto o valor em uso da unidade geradora de caixa quanto seu valor contábil.

Entendamos esse trecho por um exemplo trazido pela norma. As questões podem vir nestes moldes:

Exemplo 1: Uma entidade opera uma mina em um local no qual a legislação exige que o proprietário restaure o local ao encerrar suas operações de mineração. O gasto de restauração inclui a reposição da superfície ambiental, que precisou ser removida antes que as operações da mina se iniciassem. Uma provisão para os gastos de reposição da superfície ambiental foi reconhecida tão logo ela foi removida. Esse valor foi reconhecido como parte do custo da mina e está sendo depreciado durante a sua vida útil. O valor contábil da provisão para os gastos de restauração é \$500, que é igual ao valor presente desses gastos.



A entidade está testando a capacidade de recuperação do valor investido na mina. A unidade geradora de caixa da mina é ela, como um todo. A entidade recebeu várias ofertas de compra da mina, a um preço em torno de \$800. Esse preço considera o fato de que o comprador assume a obrigação de restaurar o que é necessário. As despesas de baixa da mina são ínfimas. Seu valor em uso é de aproximadamente \$1.200, excluindo os gastos de restauração. O valor contábil da mina é \$1.000.

O valor líquido de venda da unidade geradora de caixa é \$800. Esse valor considera os gastos de restauração que já foram provisionados. Como consequência, o valor em uso da unidade geradora de caixa é determinado depois de considerar os gastos de restauração, e é estimado em \$700 (\$1.200 menos \$500). O valor contábil da unidade geradora de caixa é \$500, que é o valor contábil da mina (\$1.000), menos o valor contábil da provisão para gastos de restauração (\$500). Portanto, o valor recuperável da unidade geradora de caixa supera seu valor contábil. Nada haverá que ser feito.

22 - REVERSÃO DA PERDA POR DESVALORIZAÇÃO

110. A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, **se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo**, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.

Ou seja, **haverá uma suspeita de que após a avaliação da perda, noutro exercício, ela deixou de existir ou possa ter diminuído**. Procederemos, neste caso, à estimação do valor recuperável do ativo.

Ao avaliar se há alguma indicação de que uma perda por desvalorização, reconhecida em períodos anteriores para um ativo, possa ter diminuído ou possa não mais existir, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação

- (a) há indicação observáveis de que o valor de mercado do ativo tenha aumentado significativamente durante o período;
- (b) mudanças significativas, com efeito favorável sobre a entidade, tenham ocorrido durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual ela opera ou no mercado para o qual o ativo é destinado;
- (c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos tenham diminuído durante o período, e essas diminuições possivelmente tenham afetado a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso do ativo e aumentado seu valor recuperável materialmente;



Continuando...

Fontes internas de informação

(d) mudanças significativas, com efeito favorável sobre a entidade, tenham ocorrido durante o período, ou se espera que ocorram em futuro próximo, na extensão ou na maneira por meio da qual o ativo é utilizado ou se espera que seja utilizado. Essas mudanças incluem custos incorridos durante o período para melhorar ou aprimorar o desempenho do ativo ou para reestruturar a operação à qual o ativo pertence;

(e) há evidência disponível advinda dos relatórios internos que indica que o desempenho econômico do ativo é ou será melhor do que o esperado.

Vejam que são todos **indicadores contrários àqueles que utilizamos para apreciar a desvalorização do ativo**. Lá, falávamos que a taxa de juros subiu, aqui, falamos que ela caiu. Lá, falávamos que o relatório indicava desempenho pior que o esperado. Aqui, o desempenho se saiu melhor que o esperado, e assim por diante.

113. Se houver indicação de que a perda por desvalorização reconhecida para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), pode vir a não mais existir ou tenha diminuído, isso pode indicar que a vida útil remanescente, o método de depreciação, amortização ou exaustão ou o valor residual necessitem ser revisados ou ajustados conforme Pronunciamentos aplicáveis ao ativo, **mesmo se nenhuma perda por desvalorização for revertida para o ativo**.

Segundo a norma, a perda por desvalorização reconhecida em anos anteriores para um ativo, exceto o ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, só será revertida se existiu uma mudança nas estimativas usadas para determinar o seu valor recuperável após a data em que a última desvalorização foi reconhecida. Se esse for o caso, procederemos à **reversão da perda por desvalorização (exceto para o ágio decorrente de rentabilidade futura – goodwill)**.



ESQUEMATIZANDO



Exemplificando.

Um ativo tinha valor contábil de R\$ 100.000,00.



Em 31.12.X1 ficou claro que a entidade não conseguiria recuperar o valor, pois o valor em uso estimado era de R\$ 80.000,00, e o valor justo líquido de despesa de venda era de R\$ 70.000,00.

Faremos uma redução para R\$ 80.000,00 (valor recuperável, o maior dos dois).

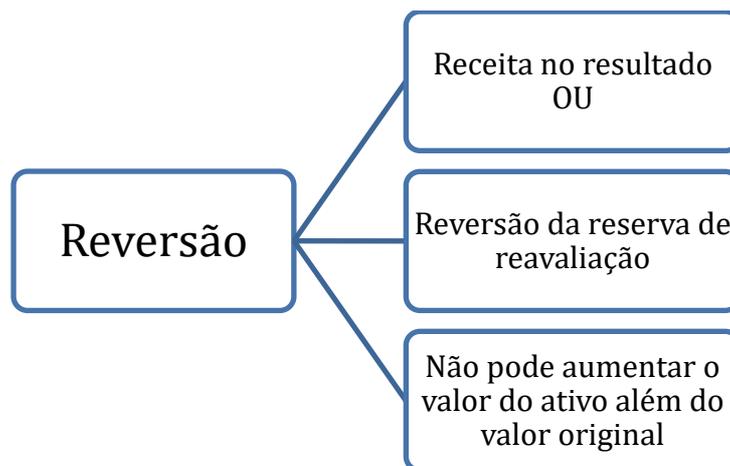
O motivo da desvalorização foi a entrada de um novo concorrente no mercado. Esperava-se que a nova tecnologia tornasse obsoleta os produtos fabricados pelo ativo. Todavia, passado um ano, a nova tecnologia não teve confirmação do mercado e estimou-se que a empresa conseguiria recuperar R\$ 90.000,00.

Deste modo, procederemos à reversão do valor recuperável.

Observação: Desconsideramos a depreciação, somente para fins didáticos.

A **reversão da perda por desvalorização não pode resultar em elevação do valor contábil do ativo acima do valor original.**

Qualquer aumento no valor contábil de um ativo acima do seu valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação, amortização ou exaustão, caso não tivesse sido reconhecida, em anos anteriores, a perda por sua desvalorização, seria considerado uma reavaliação, procedimento extinto pela Lei 11.638/2007.



Atenção!

A reversão será reconhecida no resultado (como receita) ou como reversão da reserva de reavaliação, se o ativo tiver sido reavaliado.

Após reconhecer a reversão da perda com desvalorização, a despesa de depreciação, amortização ou exaustão para o ativo deve ser ajustada em períodos futuros, para apropriar o valor contábil revisado do ativo menos, se aplicável, seu valor residual, em base sistemática sobre sua vida útil remanescente.

Exemplo.

Ativo X

Valor contábil em X1:	100.000,00
Valor recuperável em X1:	80.000,00
Redução em X1:	20.000,00 (ficará no balanço com valor de R\$ 80.000,00)
Balanco patrimonial	

Ativo X	100.000,00
(-) Ajuste ao valor recuperável	(20.000,00)
Valor contábil	80.000,00

O lançamento para registrar a perda foi:

D – Despesa com ajuste ao valor recuperável de ativos (despesa)	20.000
C – Ajuste ao valor recuperável – ativo x (reduzora do ativo)	20.000

Razonetes:

Despesa - Valor recup.		Ajuste Valor Recup.	
R\$ 20.000,00			R\$ 20.000,00

Em X2, houve reversão parcial (de R\$ 10.000,00) desta desvalorização, pois as causas que ensejaram a diminuição deixaram de existir. O ativo deverá ficar com o valor contábil de R\$ 90.000,00.

O lançamento será:

D – Ajuste ao valor recuperável – ativo x (reduzora do ativo)	10.000
C – Reversão do ajuste ao valor recuperável (receita)	10.000

Razonetes:

Ajuste Valor Recup.		Reversão - Valor recuperável	
R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00		R\$ 10.000,00

No balanço, ficará assim:

Ativo X	100.000,00
----------------	------------



(-) Ajuste ao valor recuperável	(10.000,00)
Valor contábil	90.000,00

Se o ativo era **reavaliado**, isto é, tinha uma reserva de reavaliação anterior reconhecida, a reversão da perda será feita contra a reversão da reserva de reavaliação.

D – Ajuste ao valor recuperável – ativo x (reduzida do ativo)	10.000
C – Reversão da reserva de reavaliação (PL)	10.000

Vamos ver como isso é cobrado?



(FCC/Auditor/TCE/CE/2015) Em 10/10/2009, uma empresa adquiriu uma marca pelo valor de R\$ 14.000.000,00. Em 31/12/2011, registrou para esta marca uma perda por desvalorização (“impairment”) no valor de R\$ 4.000.000,00. Em 31/12/2014, a empresa realizou novamente o teste de recuperabilidade (“impairment”) para a mesma marca e obteve as seguintes informações:

Valor em uso da marca: R\$ 10.800.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda da marca: R\$ 9.400.000,00.

Como a marca apresenta naturalmente uma vida útil indefinida, a empresa, nas Demonstrações Contábeis do ano de 2014, deveria

- A) reconhecer, no resultado do ano de 2014, um ganho no valor de R\$ 800.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.
- B) manter o valor contábil de R\$ 10.000.000,00 no balanço patrimonial de 31/12/2014.
- C) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 600.000,00 no resultado do ano de 2014.
- D) reconhecer, no resultado do ano de 2014, um ganho no valor de R\$ 4.000.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.
- E) reconhecer, no resultado do ano de 2014, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.200.000,00.

Comentários:

Vamos lá!

O ativo intangível de vida útil indefinida não é amortizado.

O valor contábil da marca em 31/12/2014 era:

$$\$ 14.000.000 - \text{perda de } \$4.000.000 = \$10.000.000$$

O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda:

Valor em uso da marca: R\$ 10.800.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 9.400.000,00.

Assim, o valor recuperável é \$ 10.800.000. Como é maior que o valor contábil e a empresa reconheceu uma perda por impairment de \$4.000.000, a empresa deve reverter parcialmente a perda reconhecida, no valor de R\$ 800.000.

A reversão da perda anterior é contabilizada como uma receita na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Com isso, a marca fica avaliada pelo valor recuperável, de \$10.800.000.

Atenção para o fato de que a FCC não diz que os motivos que ensejaram a perda anterior deixaram de existir. Ela simplesmente dá um valor recuperável maior do que o contábil e o candidato deve subentender.

Gabarito → A.

23 - DIVULGAÇÃO

A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos:

- (a) o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas;
- (b) o montante das reversões de perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas reversões foram incluídas;
- (c) o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período; e
- (d) o montante das reversões das perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período.

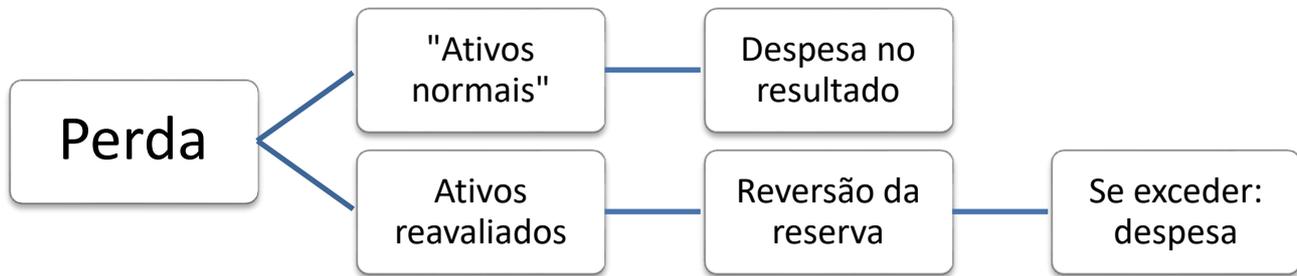


24 - RESUMO DOS PONTOS ABORDADOS NESTA AULA

- 1) O que é o teste de recuperabilidade? Um procedimento aplicados a ativos imobilizados e intangíveis que tem o fito de assegurar que ativos não estejam avaliados por valores superiores ao de recuperação.
- 2) Saber o artigo 183, parágrafo 3º.
- 3) Saber o conceito de valor recuperável, valor justo líquido de despesa de venda e valor em uso.
- 4) Valor recuperável é o maior entre valor justo e valor em uso.
- 5) Saber a periodicidade de realização do teste de recuperabilidade: se houver indícios, no término do período de reporte. Mas, independente disso, anualmente, para: goodwill, ativo intangível com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso.
- 6) Saber os passos para calcular o teste de recuperabilidade:
 - a) Encontramos o valor contábil na data em que será feita a comparação.
 - b) Encontramos o valor recuperável: **maior** entre valor justo e valor em uso.
 - b.1) Valor justo líquido de despesa de venda: Encontramos o valor pelo qual o ativo poderia ser vendido no mercado e retiramos as despesas de venda.
 - b.2) Valor em uso: Pegamos o valor que podemos obter com a venda de produtos oriundos deste ativo, trazendo a valor presente (a questão dará uma taxa de desconto). Somamos a isso o valor pelo qual podemos vender o ativo no final do período.

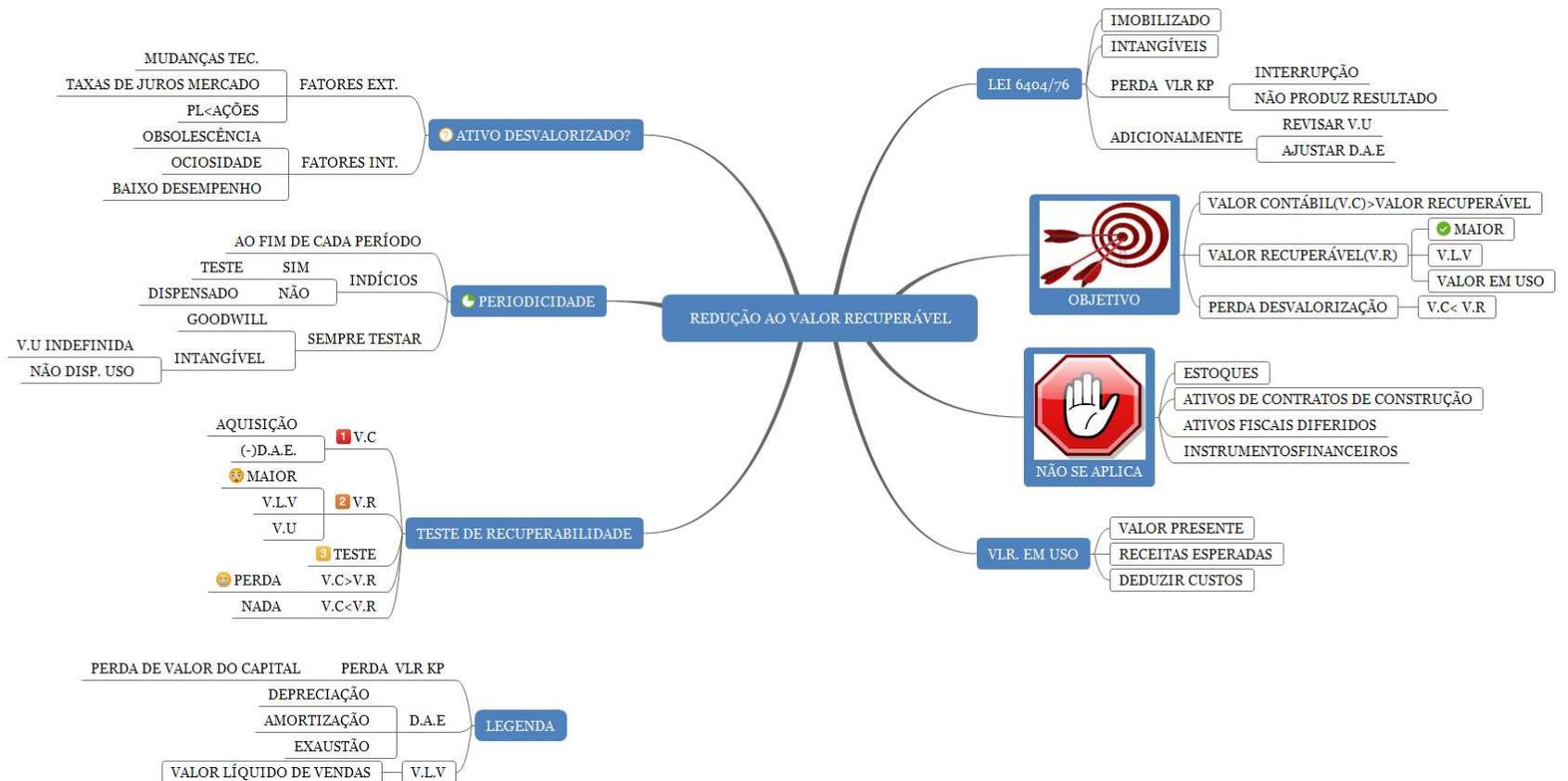
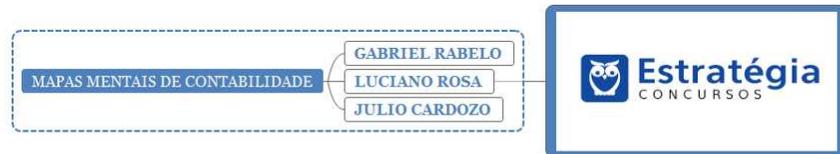
Valor de uso: $\Sigma (\text{Receita Esperada em } n / (1+i)^n$.
 - c) Comparamos o valor recuperável com o valor contábil:
 - c.1) Valor contábil maior que valor recuperável: fazemos a redução do valor.
 - c.2) Valor contábil menor que valor recuperável: nada há que ser feito, em homenagem ao princípio da prudência.

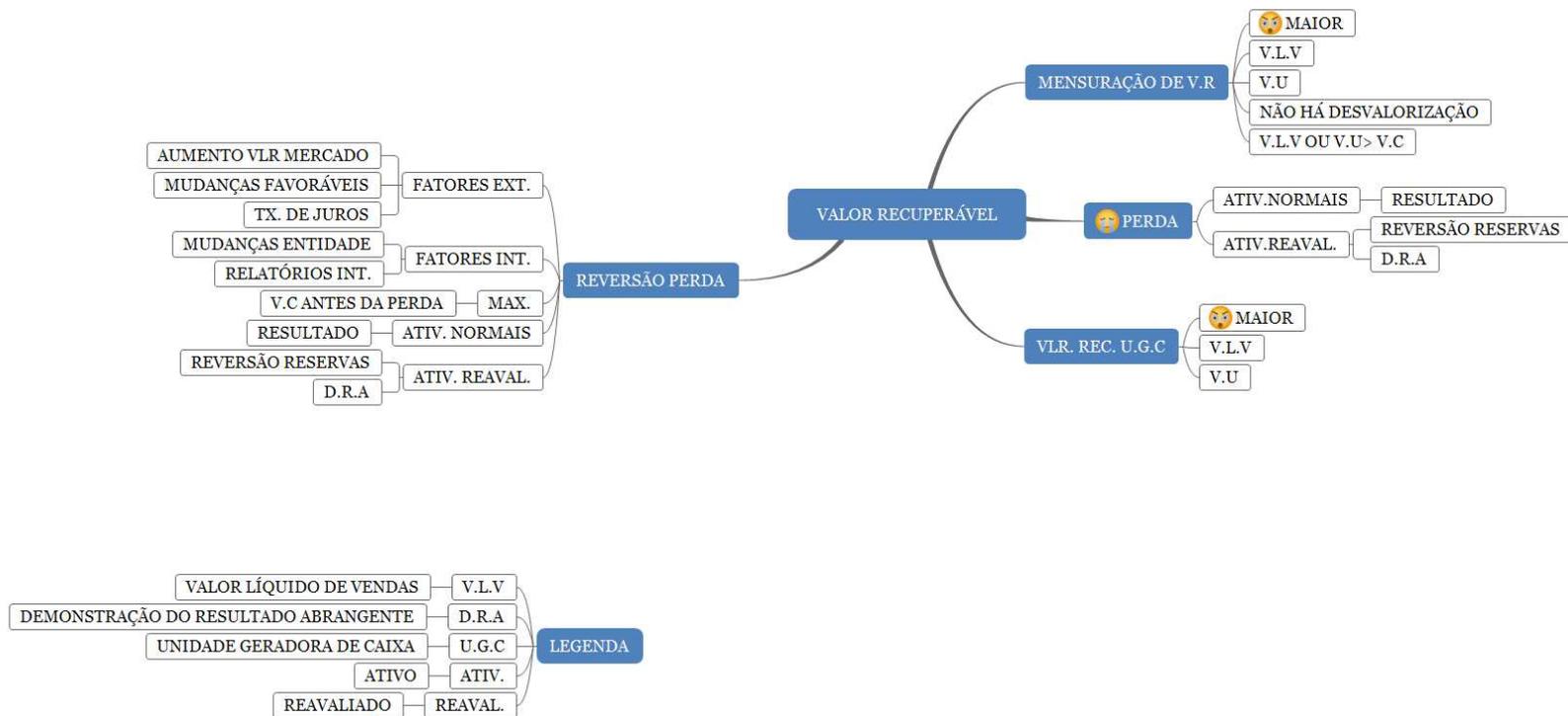
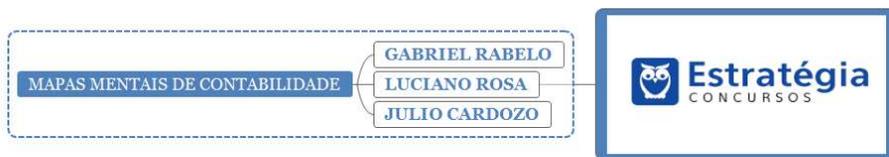
Principais indicadores de desvalorização	
Indicadores externos	Indicadores internos
Valor do ativo diminuiu mais do que o normal	Obsolescência ou dano físico do ativo
Mudanças tecnológicas	Mudanças dentro da estrutura da sociedade
Taxas de juros aumentaram	Desempenho pior que o esperado
Valor contábil do PL é maior que o valor de mercado	



- d) A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.
- e) A reversão da perda por desvalorização não pode resultar em elevação do valor contábil do ativo acima do valor original.
- f) A reversão será reconhecida no resultado (como receita) ou como reversão da reserva de reavaliação, se o ativo tiver sido reavaliado.

25 - MAPAS MENTAIS DESTA AULA (*ELABORADOS PELO PROFESSOR JULIO CARDOZO)





26 - QUESTÕES COMENTADAS

26.1 - FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

1. (FCC/Prefeitura de São Luís /Auditor de Tributos Municipais/2018)

Uma empresa adquiriu o direito sobre uma tecnologia e definiu que a vida útil esperada pela sua utilização será de 15 anos. O valor pago foi R\$ 30.000.000,00 e, quando terminar o prazo de vida útil, o ativo não apresentará valor para negociação. O início de utilização do direito foi em 31/12/2014 e no final de 2015 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de “impairment”), utilizando-se das seguintes informações:

- Valor em uso da tecnologia R\$ 25.700.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da tecnologia R\$ 24.000.000,00.

Na demonstração do resultado do ano de 2015 a empresa

(A) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 2.300.000,00.

(B) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.000.000,00.

(C) não reconheceu nenhuma despesa de amortização e reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.700.000,00.

(D) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00, apenas.

(E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.300.000,00, apenas.

Comentários:

Aplicação direta do Teste de Recuperabilidade – CPC 01:

Valor Contábil $_{31/12/2015} = 30.000.000 - \text{Amortização Acumulada}$

Despesa de Amortização $_{2015} = 30.000.000/15 = \text{R\$ } 2.000.000$

Valor Contábil $_{31/12/2015} = 30.000.000 - 2.000.000 = \text{R\$ } 28.000.000$

Agora vamos aplicar o Teste de Recuperabilidade:

- Valor em uso da tecnologia R\$ 25.700.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da tecnologia R\$ 24.000.000,00.
- **Valor Recuperável (MAIOR) R\$ 25.700.000,00.**

Percebam que o valor contábil da tecnologia é R\$ 28.000.000, mas o valor Recuperável é R\$ 25.700.000,00, portanto, a empresa deverá reconhecer uma perda por recuperabilidade de $28.000.000 - 25.700.000 = \text{R\$ } 2.300.000$

Gabarito → A



2. (FCC/AL-SE/Analista Legislativo/Contabilidade/2018)

A Cia. Papa Legus possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida, cujo valor contábil de R\$ 1.200.000,00 era composto dos seguintes valores em reais:

Custo de Aquisição	1.500.000,00
Perda por Desvalorização	(300.000,00)

Em dezembro de 2017, a Cia. realizou novamente o teste de recuperabilidade do ativo (Teste de Impairment) e obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Valor em uso	1.100.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	1.600.000,00

As evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida.

Com base nestas informações, a Cia. Papa Legus, em dezembro de 2017,

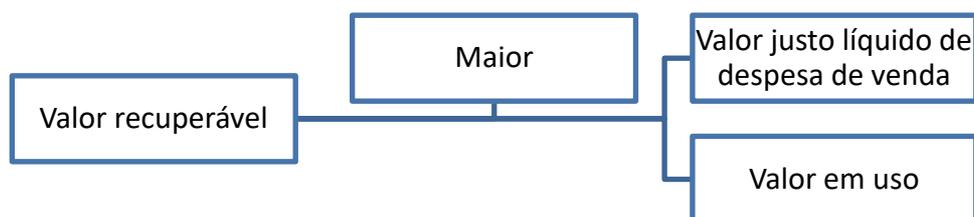
- (A) não fez nenhum registro.
- (B) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 100.000,00.
- (C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 400.000,00.
- (D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 300.000,00.
- (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 100.000,00

Comentários:

Definições IMPORTANTES SOBRE TESTE DE RECUPERABILIDADE

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **maior (repita-se: maior)** valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Esquematemizemos:



Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

Para achar o valor em uso, **temos de conhecer as receitas que serão esperadas pela utilização do ativo. Desse valor subtraímos todos os custos que estejam relacionados às receitas.**

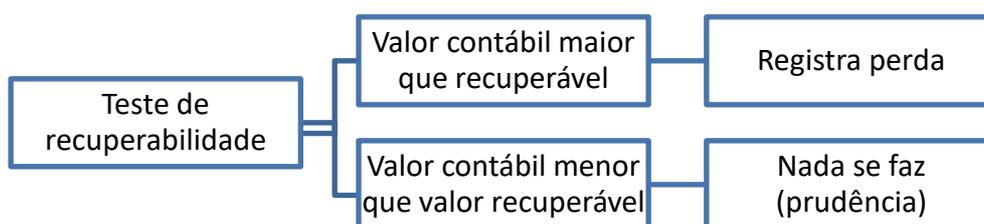


Por exemplo, uma máquina gerará, em sua vida útil, receitas de R\$ 1.000.000,00, com custos esperados de R\$ 400.000,00. O seu valor em uso será, grosso modo, no montante de R\$ 600.000,00 (1 milhão – 400.000,00).

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. **(Ver CPC 46 – Mensuração do Valor Justo). (Alterada pela Revisão CPC 03)**

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Esquematemizemos:



A questão nos forneceu os seguintes dados:

Valor em uso	1.100.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	1.600.000,00
Valor Recuperável	1.600.000,00
Custo de Aquisição	1.500.000,00
Perda por Desvalorização	(300.000,00)
Valor Contábil	1.200.000,00

Percebam que o valor recuperável é maior do que o valor contábil, assim, por prudência, nenhum ajuste deveria ser feito! Mas, a questão tem um detalhe muito importante. O ativo já possui perda por recuperabilidade registrada, e como houve aumento do valor recuperável, a entidade deverá reverter a perda já registrada, conforme determina o CPC 01:

110. A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, **exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)**, possa não mais existir ou ter diminuído. **Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.**

Assim sendo, na nossa questão, devemos fazer a Reversão da perda por recuperabilidade, mas o limite é o valor contábil que o bem possuía antes da perda ter sido reconhecida, isto é, 1.500.000,00:

D – Perda Por Desvalorização	300.000
C – Reversão de Perda por Recuperabilidade (receita)	300.000

Gabarito → D**3. (FCC/SABESP/Analista Contabilidade/2018)**

A Cia. de Águas Marítimas adquiriu um estoque de mercadorias para revenda no valor de R\$ 500.000,00. A compra foi realizada no dia 30/12/2017, o prazo para pagamento concedido pelo fornecedor foi de 300 dias e sabe-se que o preço das mercadorias seria R\$ 453.000,00 se a compra fosse efetuada à vista. A Cia. de Águas Marítimas pagou, adicionalmente, R\$ 7.000,00 referente a frete e seguro para retirada das mercadorias junto ao fornecedor. A Cia. possui um estudo estatístico confiável e auditado por empresa independente e avalia, por este modelo, que as perdas de estoque, em função do seu processo de armazenagem e distribuição, representa 2% do valor total de cada compra. Com base nestas informações, os valores líquidos reconhecidos pela Cia. de Águas Marítimas nas demonstrações contábeis de 2017 foram:

(A) Estoque = 453.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00; Despesa com Frete = 7.000,00; Despesa Financeira = 47.000,00.

(B) Estoque = 443.940,00; Fornecedores a Pagar = 453.000,00; Despesa com Frete = 7.000,00; Despesa com Impairment = 9.060,00.

(C) Estoque = 507.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00.

(D) Estoque = 450.800,00; Fornecedores a Pagar = 453.000,00; Despesa com Impairment = 9.200,00.

(E) Estoque = 460.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00; Despesa Financeira = 47.000,00.

Comentários:

A mercadoria tem que ser registrada pelo preço à vista. Os juros são registrados como encargos a transcorrer.

Valor aquisição	453.000,00
Frete	7.000,00
Valor contábil	460.000,00
Perda (2%)	9.200,00

Portanto, “parte” da contabilização inicial é a que se segue:

D – Mercadorias	460.000,00
D – Encargos a transcorrer	47.000,00
C – Fornecedores	500.000,00



C – Caixa	7.000,00
-----------	----------

Por sua vez, o Manual das SAs afirma que quando nos estoques estiverem incluídos itens danificados ou obsoletos e uma baixa direta em seus valores não for praticável, deve-se, então, reconhecer a perda estimada em conta própria: **Perdas em Estoques, conta retificadora do ativo.**

O FIPECAFI ainda afirma que essa prática de reduzir o custo dos estoques (write-off) ao valor realizável líquido é coerente com o **“conceito geral de impairment”**, isto é, não se deve ter registrado valores ao que se espera realizar quando da ocorrência da venda ou do uso. Assim, vamos reconhecer a perda com impairment no resultado da empresa com o seguinte lançamento!!!! Isso mesmo, despesas com recuperabilidade! Mas como assim, professores?? Teste de Recuperabilidade em Estoques? Isso mesmo, pessoal.

Vejam a contabilização:

D – Despesa com Impairment	9.200,00.
C – Perdas com estoque (retificadora do ativo)	9.200,00

Assim, os valores líquidos apurados em 2017 serão:

Estoque = $460.000 - 9.200 = 450.800,00$
Fornecedores a Pagar = $500.000 - 47.000 = 453.000,00$
Despesa com Impairment = $9.200,00$.

Gabarito → D

4. (FCC/Analista/TRT 2ª/2018)

A Cia. dos Direitos possuía, em 31/12/16, um ativo intangível com vida útil indefinida correspondente a ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 730.000,00 composto por:

- Custo de aquisição: R\$ 880.000,00
- Perda por desvalorização reconhecida em 2016: R\$ 150.000,00

Em 31/12/17, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 900.000,00
- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 700.000,00

Com base nas informações acima, a Cia. dos Direitos, em 31/12/17,

- (A) manteve o valor contábil de R\$ 730.000,00.
- (B) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.
- (C) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 30.000,00.
- (D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 170.000,00.



(E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 20.000,00.

Comentários:

Vejam que há uma perda por recuperabilidade registrada no montante de R\$ 150.000,00.

Ocorre que, ao reavaliar o ativo, percebe-se que o valor recuperável aumentou novamente. A FCC entende que quando isso ocorre, os motivos que ensejaram a perda por recuperabilidade anterior deixou de existir.

Assim, teríamos de fazer a reversão, limitado ao montante original do ativo. Ocorre que se trata de goodwill. Para o goodwill, não há reversão de valores anteriormente registrados como perda por recuperabilidade.

Este é o comando do CPC 01:

124. A perda por desvalorização reconhecida para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) não deve ser revertida em período subsequente.

Com efeito, nenhuma reversão há que ser feita, o ativo é mantido pelo valor de R\$ 730.000,00.

Gabarito → A.

5. (FCC/SABESP/Analista Contabilidade/2018)

Em 31/12/2015 uma empresa adquiriu uma patente por R\$ 10.000.000,00 e poderá explorá-la pelo prazo de 20 anos. No final do prazo de exploração a patente passa a ser de domínio público e, portanto, não terá valor residual para a empresa. No final do ano de 2016 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de “impairment”) e obteve as seguintes informações sobre a patente:

- Valor em uso da patente R\$ 8.750.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da patente R\$ 8.000.000,00.

Na demonstração do resultado do ano de 2016, a empresa deveria

- (A) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00, apenas.
- (B) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.250.000,00, apenas.
- (C) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 750.000,00.
- (D) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.500.000,00.
- (E) não reconhecer nenhuma despesa por se tratar de ativo intangível que não deve ser amortizado.

Comentários:

31.12.2015 → Valor aquisição: 10.000.000,00

Vida útil: 20 anos



Amortização anual = $10.000.000/20 = 500.000,00/\text{ano}$

31.12.2016 → Valor contábil = $10.000.000 - 500.000 = 9.500.000,00$

Fazendo o teste de recuperabilidade, temos:

Valor em uso: 8.750.000,00 X Valor justo: 8.000.000,00

Logo, o valor recuperável é 8.750.000,00.

Como esse montante é menor do que o valor contábil, faremos a redução, no montante de R\$ 750.000,00 ($9.500.000 - 8.750.000$).

Portanto, temos:

Despesa de amortização: 500.000,00

Perda por recuperabilidade: 750.000,00

Gabarito → C

6. (FCC/DRE-RS/Analista Judiciário – Contabilidade/2017)

A Cia. Industrial possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida. Os valores evidenciados para este ativo, nesta data, são apresentados a seguir:

Custo de aquisição	R\$ 800.000,00
(-) Ajuste por "impairment" (calculada em 2015)	(R\$ 300.000,00)
(=) Valor contábil do ativo	R\$ 500.000,00

Ao realizar o teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de "impairment"), a Cia. obteve as seguintes informações a respeito desse ativo em 31/12/2016:

Valor em uso	R\$ 650.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	R\$ 550.000,00

O valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 para este ativo foi, em reais,

- a) 600.000,00
- b) 650.000,00
- c) 550.000,00
- d) 500.000,00
- e) 800.000,00

Comentários:

O valor recuperável de um ativo é o MAIOR entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na nossa questão, o valor recuperável é de 650.000, isto é, maior do que o valor contábil líquido, R\$ 500.000.



Se não houvesse perda por recuperabilidade já registrada, não seria necessário ajuste algum. Porém, como há perda por recuperabilidade reconhecida, a empresa DEVE FAZER A REVERSÃO, isto é, temos que efetuar a seguinte contabilização:

D – Ajustes por “impairment”	150.000
C – Reversão de perda por recuperabilidade (receita)	150.000

O ativo ficará registrado assim:

Custo de aquisição	R\$ 800.000
(-) Ajuste por impairment	R\$ 150.000
(=) Valor contábil do ativo	R\$ 650.000

Gabarito → B

7. (FCC/Analista/TRF 5ª/2017)

A Cia. Investidora possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida – ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 550.000,00, o qual era composto por:

Custo de aquisição: R\$ 740.000,00

Perda por desvalorização reconhecida (em 2015): R\$ 190.000,00

Em 31/12/16, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ágio (teste de impairment) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso: R\$ 580.000,00.

Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 480.000,00.

O valor que a Cia. Investidora apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016, para este ativo (ágio) foi, em reais,

- (A) 450.000,00.
- (B) 580.000,00.
- (C) 550.000,00.
- (D) 480.000,00.
- (E) 740.000,00.

Comentários:

Valor contábil → $740.000 - 190.000 = 550.000$

Valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo. No caso em tela, será de R\$ 580.000,00.

Como este valor é superior ao valor contábil, nada há que ser feito.



A perda anterior existente em um ágio por expectativa de rentabilidade futura não é revertida.

Gabarito → C.

8. (FCC/Especialista/ARTESP/2017)

A Cia. Débito e Crédito S.A. possuía um imobilizado para suas atividades operacionais. Os saldos das contas referentes ao ativo, em 31/12/2016, estão demonstrados abaixo.

Imobilizado (custo total de aquisição):	R\$ 400.000,00
(-) Depreciação acumulada:	R\$ 100.000,00
(=) Valor do ativo:	R\$ 300.000,00

Em 31/12/2016 foi realizado o teste de impairment, obtendo os seguintes valores:

Valor em uso do ativo:	R\$ 350.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda:	R\$ 320.000,00

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2016, a empresa

- (A) reconheceu um ganho por valorização no valor de R\$ 20.000,00.
- (B) reconheceu um ganho por valorização no valor de R\$ 50.000,00.
- (C) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 80.000,00.
- (D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
- (E) não reconheceu perda ou ganho por impairment.

Comentários:

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **maior (repita-se: maior)** valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Na questão apresentada temos a seguinte situação:

Valor em uso do ativo:	R\$ 350.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda:	R\$ 320.000,00

Portanto, o valor recuperável é R\$ 350.000. Como o valor contábil do ativo é de 300.000, isto é, menor do que o valor recuperável, a empresa não reconheceu perda ou ganho por impairment.

Gabarito → E

9. (FCC/Contador/AL MS/2016)

A Cia. Só Ativos possuía, em 30/06/2016, uma patente classificada como ativo Intangível com vida útil indefinida cujo valor contábil era R\$ 1.300.000,00, o qual era composto por:

Custo de aquisição	R\$ 1.500.000,00.
Perda por desvalorização (reconhecida em junho 2015)	R\$ 200.000,00.



Em junho de 2016, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

Valor em uso	R\$ 1.550.000,00.
Valor justo líquido das despesas de venda	R\$ 1.280.000,00.

Complementarmente, as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continuava indefinida. Com base nestas informações, a Cia. Só Ativos, em junho de 2016,

- a) não fez qualquer registro.
- b) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 20.000,00.
- c) reconheceu uma receita no valor de R\$ 250.000,00.
- d) reconheceu uma receita no valor de R\$ 200.000,00.
- e) reconheceu uma receita no valor de R\$ 50.000,00.

Comentários:

O ativo estava registrado no balanço patrimonial do seguinte modo:

Custo de aquisição	1.500.000
(-) Perda desvalorização	(200.000)
Valor contábil	1.300.000

Como o valor recuperável aumentou, os motivos que ensejaram a perda deixaram de existir. Devemos, portanto, fazer uma reversão, reconhecendo uma receita, no resultado, no valor de R\$ 200.000,00.

O limite máximo para a reversão é o montante original.

Anote-se que o ativo intangível tem vida útil indefinida, então, não é amortizado.

Gabarito → D.

10. (FCC/Auditor Tributário/SEFAZ PI/2015)

Em 30/09/2012, uma empresa adquiriu veículos pelo valor de R\$ 180.000,00. Todos os veículos têm vida útil econômica de 5 anos para a empresa e o valor residual estimado para todos os veículos, em conjunto, no final do 5º ano é R\$ 30.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2012, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo (“*impairment*”) para os bens do ativo imobilizado e identificou os valores disponíveis, conforme a tabela a seguir, referentes aos veículos adquiridos em 30/09/2012:

Data	Valor Justo	Valor em uso
31/12/2012	R\$ 155.000,00	R\$ 170.000,00

O valor contábil dos veículos, considerados em conjunto, evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2012 foi, em reais:



- a) 172.500,00
- b) 180.000,00
- c) 155.000,00
- d) 170.000,00
- e) 171.000,00

Comentários:

Vamos calcular a depreciação acumulada e depois o valor contábil dos veículos, para comparar com o valor recuperável.

Lembramos que, se o valor recuperável for maior que o valor contábil, não há necessidade de nenhum ajuste.

Por outro lado, se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a empresa contabiliza uma perda com impairment (perda com teste de recuperabilidade).

Vamos aos cálculos:

Valor original	R\$ 180.000,00
(-) Valor residual	-R\$ 30.000,00
= valor depreciável	R\$ 150.000,00

A vida útil é de 5 anos, ou seja, 60 meses.

A depreciação mensal é de $\$150.000,00 / 60 \text{ meses} = \$2.500,00$ por mês.

A depreciação acumulada será de 3 meses (de 30/09/2012 ao final de 2012):

Depreciação acumulada = $\$2.500 \times 3 \text{ meses} = \$7.500,00$

Valor original	R\$ 180.000,00
(-) Depreciação Acumulada	-R\$ 7.500,00
= Valor contábil	R\$ 172.500,00

O Valor Recuperável é o maior entre o Valor em Uso e o Valor Justo Líquido Realizável de Venda.

Entre o "Valor Justo" e o "Valor em Uso", o maior é o Valor em Uso de \$ 170.000,00.

Agora é só comparar:

Valor contábil = \$172.500,00 X Valor Recuperável = \$ 170.000,00

Como o Valor Recuperável é menor, a empresa contabiliza um Ajuste para perdas com Impairment:

D – Perdas com teste de Recuperabilidade (resultado).....	2.500,00
C – Ajuste para perda com Recuperabilidade (Ret. Ativo)...	2.500,00

E o valor contábil (que é o valor evidenciado no Balanço Patrimonial) fica assim:



Valor original	R\$ 180.000,00
(-) Depreciação Acumulada	-R\$ 7.500,00
(-) Ajuste para perda com recuperabilidade	-R\$ 2.500,00
=Valor contábil	R\$ 170.000,00

Gabarito → D

11. (FCC/Auditor de Controle Externo/TCM – GO/2015)

A Cia. PAR possuía, em 31/12/2013, um ativo imobilizado para o qual as seguintes informações, após o reconhecimento da despesa de depreciação para o ano de 2013, eram conhecidas:

Custo de aquisição	R\$ 700.000,00
(-) Depreciação acumulada	-R\$ 300.000,00
(=) Valor contábil do ativo	R\$ 400.000,00

Nesta mesma data (31/12/2013) a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo (teste de impairment) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso do ativo	R\$ 380.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	R\$ 350.000,00

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2013, o valor contábil deste ativo que a Cia. PAR evidenciou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- a) 400.000,00.
- b) 380.000,00.
- c) 350.000,00.
- d) 700.000,00.
- e) 370.000,00.

Comentários:

Essa é para resolver de cabeça. Veja as informações da questão:

Valor contábil = \$ 400.000

Valor Recuperável = o maior entre o Valor em uso e o Valor justo líquido das despesas de vendas

Valor Recuperável = \$380.000

Como o valor recuperável é menor que o valor contábil, a empresa reconhece uma perda e o ativo ficará evidenciado, no Balanço Patrimonial, pelo valor recuperável de \$380.000.

Gabarito → B

12. (FCC/CNMP/Controle Interno/2015)

Um equipamento foi adquirido por uma empresa pelo valor de R\$ 1.000.000,00 e o pagamento foi realizado à vista. A aquisição ocorreu em 30/06/2013, a empresa definiu sua



vida útil em 5 anos e o valor líquido de venda do equipamento no final do 5º ano foi estimado em R\$ 400.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação, tendo em vista que o equipamento é utilizado 24 horas por dia, ininterruptamente. Sabe-se, ainda, que para fins fiscais a vida útil é definida em 10 anos. No final de 2013 a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo (impairment) para o equipamento, utilizando-se dos seguintes valores disponíveis em 31/12/2013:

– Valor justo líquido das despesas de venda = R\$ 930.000,00

– Valor em uso = R\$ 945.000,00

O valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- a) 950.000,00.
- b) 940.000,00.
- c) 945.000,00.
- d) 930.000,00.
- e) 970.000,00.

Comentários:

A questão tenta confundir, citando aspectos que devem ser considerados exclusivamente para o Imposto de Renda (“tendo em vista que o equipamento é utilizado 24 horas por dia, ininterruptamente”, “para fins fiscais a vida útil é definida em 10 anos”)

Não caia nessa. Para a contabilidade, vale a melhor estimativa técnica (“a empresa definiu sua vida útil em 5 anos”).

Vamos aos cálculos contábeis:

Valor original	R\$ 1.000.000,00
(-) Valor residual	-R\$ 400.000,00
= valor depreciável	R\$ 600.000,00

Depreciação mensal = $\$600.000,00 / 60 \text{ meses} = \10.000 por mês.

Depreciação acumulada = $\$ 10.000 \times 6 \text{ meses} = \$ 60.000$.

Valor original	R\$ 1.000.000,00
(-) Depreciação Acumulada	-R\$ 60.000,00
=Valor contábil	R\$ 940.000,00

Vamos comparar o Valor Contábil com o Valor Recuperável

O Valor recuperável é o maior entre os dois valores abaixo:

Valor justo líquido das despesas de venda	R\$ 930.000,00
Valor em uso	R\$ 945.000,00



Assim, o Valor Recuperável é \$945.000,00. Como o Valor Contábil é menor (\$ 940.000) não há perda por Impairment (não há perda com teste de recuperabilidade).

Nesse caso, o valor evidenciado no Balanço Patrimonial é o Valor Contábil de \$ 940.000,00.

Gabarito → B

13. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT/16/2014)

A empresa Marcas & Patentes S.A. possuía, em 31/12/12, um ativo intangível com vida útil indefinida (correspondente ao ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura), cujo valor contábil de R\$ 280.000,00 era composto por:

- Custo de aquisição: R\$ 320.000,00.
- Perda por desvalorização (impairment) reconhecida em 2012: R\$ 40.000,00.

Em 31/12/13, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo (impairment) e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 240.000,00.
- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 330.000,00.

Com base nas informações acima, a empresa Marcas & Patentes, em 31/12/13,

- a) não fez nenhum registro contábil.
- b) reconheceu um ganho no valor de R\$ 50.000,00.
- c) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 40.000,00.
- d) reverteu a perda por desvalorização reconhecida no valor de R\$ 40.000,00.
- e) reverteu a perda por desvalorização reconhecida no valor de R\$ 40.000,00 e reconheceu um ganho no valor de R\$ 10.000,00.

Comentários:

Valor contábil 280.000,00

Devemos comparar o valor contábil com:

Valor em uso 240.000,00

Valor justo líquido de despesas de venda 330.000,00

O valor recuperável será, portanto, de R\$ 330.000,00.

Em alguns casos, quando as causas que originaram a perda por desvalorização deixam de existir ou são diminuídas, procedemos à reversão da perda por desvalorização. As hipóteses (a serem estudadas na aula 01) são válidas para os casos de ativos individuais ou unidades geradoras de caixa.



Assim, **se** estivéssemos perante um ativo individual e a questão fosse pouco mais clara a respeito de que o aumento se deu por que os fatores que geraram a desvalorização em períodos anteriores deixaram de existir, reverteríamos o valor, até determinado limite (o valor contábil sem qualquer perda).

Para o ágio derivado por expectativa de rentabilidade futura, porém, vigem regras diferentes.

O CPC 01 é claro a esse respeito.

124. A perda por desvalorização reconhecida para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) não deve ser revertida em período subsequente.

125. O Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível proíbe o reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente. Qualquer aumento no valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) nos períodos subsequentes ao reconhecimento de perda por desvalorização para esse ativo é equivalente ao reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado internamente (goodwill gerado internamente) e não reversão de perda por desvalorização reconhecida para o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

Portanto, uma vez que a questão trata de ágio por expectativa de rentabilidade futura, nenhum ajuste há que ser feito.

Gabarito → A.

14. (FCC/Analista Judiciário/STJ/2012)

Uma determinada empresa apresentava, em 31/12/2011, as seguintes informações a respeito de um imobilizado:

Custo de aquisição: R\$ 200.000,00

Depreciação acumulada: R\$ 50.000,00

Perda por Impairment: R\$ 40.000,00

A empresa decidiu vender este imobilizado, em 31/12/2011, por R\$ 100.000,00 à vista. Com base nestas informações, o resultado obtido com a venda do imobilizado foi, em reais,

- a) 100.000 de lucro.
- b) 50.000 de prejuízo.
- c) 60.000 de prejuízo.
- d) 10.000 de prejuízo.
- e) 0 (zero).

Comentários:

Valor contábil: $200 - 50 - 40 = 110.000,00$

Valor de venda: 100.000,00



Prejuízo de R\$ 10.000,00.

Gabarito → D.

15. (FCC/TCE – CE/Auditor/2015)

Em 10/10/2009, uma empresa adquiriu uma marca pelo valor de R\$ 14.000.000,00. Em 31/12/2011, registrou para esta marca uma perda por desvalorização (“impairment”) no valor de R\$ 4.000.000,00. Em 31/12/2014, a empresa realizou novamente o teste de recuperabilidade (“impairment”) para a mesma marca e obteve as seguintes informações:

Valor em uso da marca: R\$ 10.800.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda da marca: R\$ 9.400.000,00.

Como a marca apresenta naturalmente uma vida útil indefinida, a empresa, nas Demonstrações Contábeis do ano de 2014, deveria

A) reconhecer, no resultado do ano de 2014, um ganho no valor de R\$ 800.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.

B) manter o valor contábil de R\$ 10.000.000,00 no balanço patrimonial de 31/12/2014.

C) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 600.000,00 no resultado do ano de 2014.

D) reconhecer, no resultado do ano de 2014, um ganho no valor de R\$ 4.000.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.

E) reconhecer, no resultado do ano de 2014, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.200.000,00.

Comentários:

O ativo intangível de vida útil indefinida não é amortizado.

O valor contábil da marca em 31/12/2014 era

$\$14.000.000 - \text{perda de } \$4.000.000 = \$10.000.000$

O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda:

Valor em uso da marca: R\$ 10.800.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 9.400.000,00.

Assim, o valor recuperável é \$ 10.800.000. Como é maior que o valor contábil e a empresa reconheceu uma perda por impairment de \$4.000.000, a empresa deve reverter parcialmente a perda reconhecida, no valor de \$800.000.

A reversão da perda anterior é contabilizada como uma receita na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).



Com isso, a marca fica avaliada pelo valor recuperável, de \$10.800.000.

Gabarito → A

16. (FCC/MANAUSPREV/Contabilidade/2015)

A Cia. Sofitel possuía, em 31/12/2014, em seu ativo intangível, uma patente com vida útil indefinida, com as seguintes informações em reais:

Custo de aquisição.....	1.200.000,00
(-) Perda por <i>impairment</i>	200.000,00
(=) Valor contábil do ativo.....	1.000.000,00

Ao realizar o Teste de Recuperabilidade do Ativo (teste de *impairment*) em 31/12/2014, a Cia. obteve as seguintes informações em reais:

Valor em uso do Ativo	1.050.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	900.000,00

Com base nestas informações, em 31/12/2014, a Cia. Sofitel reconheceu

- A) um ganho por reavaliação de R\$ 50.000,00.
- B) uma perda por *impairment* de R\$ 150.000,00.
- C) uma reversão da perda por *impairment* de R\$ 50.000,00.
- D) uma perda por *impairment* de R\$ 100.000,00.
- e) uma reversão da perda por *impairment* de R\$ 200.000,00.

Comentários:

O valor recuperável é de \$ 1.050.000 (lembramos que é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de vendas).

O valor contábil do ativo é de \$1.000.000.

Quando o valor recuperável é maior que o valor contábil, normalmente não precisa efetuar nenhuma contabilização.

Mas, quando a empresa reconheceu uma perda por *impairment* anteriormente, é necessário reverter a perda anteriormente contabilizada, de forma total ou parcial.

A perda já reconhecida é de \$200.000. Assim, a empresa deve reverter parcialmente a perda por *impairment*, no valor de \$50.000,00.

Gabarito → C.

17. (FCC/SABESP/Contabilidade/2014)

Atenção: Para responder à questão, considere as informações abaixo.



A empresa Boas Ideias adquiriu, em 02/01/2013, uma Marca por R\$ 300.000 à vista. Adicionalmente, a empresa incorreu em gastos de R\$ 50.000 para registro dessa Marca. Na data da aquisição, a empresa Boas Ideias estimou que a vida útil da Marca era indefinida.

Em 31/12/2013, ao realizar o teste de recuperabilidade do ativo (impairment), a empresa Boas Ideias obteve as seguintes informações:

Valor em uso da Marca: R\$ 320.000.

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 290.000.

Pela análise do teste de impairment, a empresa Boas Ideias

- A) não fez nenhum ajuste.
- B) reconheceu uma perda de R\$ 10.000.
- C) reconheceu um ganho de R\$ 20.000.
- D) reconheceu uma perda de R\$ 60.000.
- E) reconheceu uma perda de R\$ 30.000.

Comentário:

O valor contábil da marca inclui os gastos com o registro.

Assim, temos:

Marca \$ 300.000 + registro \$50.000 = \$350.0000

O valor recuperável é o maior entre os seguintes valores:

Valor em uso da Marca: R\$ 320.000.

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 290.000.

Portanto, o valor recuperável é \$320.000. Como o valor contábil menor, a empresa deve reconhecer uma perda com impairment de: \$350.000 - \$ 320.000 = \$30.000.

Gabarito → E

18. (FCC/Agente Fiscal de Rendas/ICMS/SP/2013)

O Balanço Patrimonial da Cia. Conservadora, apurado em 31/12/2012, após o reconhecimento da depreciação do exercício social de 2012 e antes de proceder aos testes de recuperabilidade de seus ativos, apresentou:

Ativo Imobilizado	R\$
Máquina	45.000,00
Depreciação Acumulada	(25.000,00)
Valor Contábil	20.000,00

Para realizar o teste de recuperabilidade da máquina, foram identificados:

- Valor justo da máquina em 31/12/2012: R\$ 19.000,00



- Gastos estimados para a retirada e venda da máquina (despesa de venda em 31/12/2012: R\$ 2.000,00)
- Tempo de vida útil remanescente estimado para a máquina em 31/12/2012: 3 anos
- Valor em uso em 31/12/2012: R\$ 18.000,00
- Valor de venda estimado da máquina, no final de sua vida útil: R\$ 1.500,00
- Gastos estimados para a retirada e venda da máquina (despesa de venda), no final de sua vida útil: R\$ 500,00. - Taxa de desconto: 10% a.a.

Nessas condições, o valor registrado como perda por redução ao valor recuperável foi, em 31/12/2012, em R\$,

- A) 0,00
- B) 1000,00
- C) 1.248,69
- D) 2.000,00
- E) 3.000,00

Comentário:

A pegadinha da questão é informar o Valor em Uso e o valor de venda estimado para a máquina, ao final da vida útil.

Ocorre que esse valor já está incluindo no valor em uso.

Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa. Os fluxos de caixa futuros incluem o valor residual.

Vamos calcular o valor recuperável e comparar com o valor contábil.

O Valor Recuperável é o maior entre o valor líquido de vendas e o valor em uso.

Valor líquido de venda: $19.000 - 2.000 = 17.000$

Valor em uso: 18.000

Assim, o valor recuperável é o valor em uso, de 18.000. O valor contábil é de 20.000.

A empresa deve reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável de $20.000 - 18.000 = 2.000$

Gabarito → D

19. (FCC/Analista Contábil/DPE/RS/2013)

A Cia. Inoxidável possuía, em 31/12/2012, em seu ativo imobilizado, um Auto Forno utilizado na produção de aço, com as seguintes informações, após o reconhecimento da despesa de depreciação referente ao exercício de 2012:

Custo de aquisição: R\$ 1.000.000,00



(-) Depreciação acumulada: R\$ 200.000,00

(=) Valor contábil do ativo: R\$ 800.000,00

Ao realizar o teste de impairment, a Cia. obteve as seguintes informações:

Valor em uso do Auto Forno: R\$ 720.000,00.

Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 500.000,00.

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício financeiro de 2012, a Cia. Inoxidável:

(A) não fez nenhum ajuste (não reconheceu perda por impairment).

(B) reconheceu uma perda por impairment no valor de R\$ 80.000,00.

(C) reconheceu uma perda por impairment no valor de R\$ 280.000,00.

(D) reconheceu uma perda por impairment no valor de R\$ 300.000,00.

(E) reconheceu uma perda por impairment no valor de R\$ 500.000,00.

Comentários

Valor contábil 800.000,00

Valor recuperável 720.000,00

Perda com ajuste ao valor recuperável 80.000,00

Gabarito → B.

20. (FCC/TRT 19/Contabilidade/2014)

Determinada empresa adquiriu, em 31/12/2010, um equipamento por R\$ 300.000,00, à vista. A vida útil econômica estimada do equipamento, na data da aquisição, foi de 10 anos e o valor residual esperado era R\$ 20.000,00. Em 01/01/2012, a empresa reavaliou a vida útil do equipamento e determinou que a vida útil remanescente era de 6 anos e o valor residual reestimado de R\$ 41.000,00. Em 31/12/2012, antes de encerrar o exercício social, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

– Valor em uso: R\$ 230.000,00.

– Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 225.000,00.

Com base nestas informações, o valor da Perda por Desvalorização (*impairment*) reconhecida em 2012 e o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2012, foram, respectivamente, em reais,

A) zero; 233.500,00.

B) 3.500,00; 230.000,00.

C) 8.500,00; 225.000,00.

D) zero; 226.000,00.



E) zero; 192.500,00.

Comentário:

Esta questão mistura reestimativa da vida útil e do valor residual com o Teste de Recuperabilidade. Vamos lá:

Valor depreciável = valor original – valor residual

Valor depreciável = \$300.000 – \$20.000 = \$280.000

Vida útil = 10 anos

Depreciação anual = \$280.000 / 10 anos = \$28.000

Portanto, a depreciação do ano de 2011 foi de \$28.000. Em 31.12.2011, o ativo estava registrado assim:

Valor original	300.000
(-) Depreciação acumulada	(28.000)
Valor contábil	272.000

A empresa reavaliou que a vida útil seria de 6 anos e o valor residual de \$41.000.

Devemos calcular de forma prospectiva, ou seja, daqui para a frente, sem alterar a depreciação de anos anteriores.

Valor contábil 272.000 – novo valor residual 41.000 = 231.000

Este é o novo valor depreciável (\$231.000). Como a vida útil foi reestimada em 6 anos, a depreciação anual será:

\$231.000 / 6 anos = \$38.500 (depreciação anual).

Ao final de 2012, a contabilização será a seguinte:

Valor original	300.000
(-) Depreciação ano 2011	(28.000)
(-) Depreciação ano 2012	(38.500)
Valor contábil	233.500

Valor recuperável: é o maior entre

– Valor em uso: R\$ 230.000,00.

– Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 225.000,00.

Assim, o valor recuperável é de R\$230.000. Como é menor que o Valor Contábil, devemos reconhecer uma perda:

Valor contábil \$233.500 – Valor recuperável \$230.000 = 3.500 Perda

Já podemos apontar a resposta: letra B.

O valor contábil:



Valor original	300.000
(-) Depreciação ano 2011	(28.000)
(-) Depreciação ano 2012	(38.500)
(-) perda por impairment	(3.500)
Valor contábil	230.000

Gabarito → B

26.2 - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

21. (FGV/Auditor Fiscal/SEFIN RO/2018)

Em 01/01/2013, a Cia. K iniciou a pesquisa e o desenvolvimento do projeto de um sistema capaz de gerar maior controle sobre as suas atividades. O projeto durou três anos, tendo os seguintes gastos:

2013- R\$ 200.000.

2014- R\$ 300.000.

2015- R\$ 500.000.

Além disso, sabe-se que:

- Em 2013, o projeto ainda estava na fase inicial da pesquisa e a empresa considerava a possibilidade de não ter sucesso com ele.

- Em 2014, a empresa iniciou a fase de desenvolvimento. Ao efetuar uma pesquisa de mercado, percebeu que não haveria demanda para o sistema, devido ao preço. No entanto, decidiu manter o projeto em curso normal, esperando que mudanças pudessem ocorrer.

- Em 2015, há repercussão mundial e a empresa consegue projetar uma demanda suficiente para justificar a produção em larga escala. Além disso, todos os critérios de reconhecimento dos gastos com desenvolvimento do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível foram atendidos. No final do ano o projeto é concluído.

- Em 2016, o projeto é lançado ao mercado. Na data, a empresa estima que o sistema irá trazer benefícios econômicos durante os cinco anos seguintes, a partir de 01/01/2016. Em 31/12/2016, a empresa efetua um teste de recuperabilidade e constata que o valor recuperável na data é de R\$ 550.000.

- Em 2017, as vendas melhoraram e no teste de recuperabilidade, de 31/12/2017, a empresa considera que terá retorno de R\$ 600.000 nos anos remanescentes de venda.

Assinale a opção que indica o valor contábil do sistema, em 01/01/2018.

(A) R\$ 200.000.

(B) R\$ 300.000.

(C) R\$ 412.500.



(D) R\$ 440.000.

(E) R\$ 600.000.

Comentários:

Um ativo intangível gerado internamente passar por diversas fases (isso é estudado no CPC 04).

Quando não há convicção de que aquele ativo irá realmente prosperar e gerar benefícios econômicos futuros para a empresa, estamos diante do que chamamos fase de pesquisa. Nenhum ativo em fase de pesquisa é reconhecido! Lançamos tudo como despesa.

Essa é a exegese do Pronunciamento Técnico 04:

54. Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. Os gastos com pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.

Todavia, na fase de desenvolvimento, quando o ativo demonstra ser viável e quando requisitos mais sólidos são alcançados, este ativo pode ser reconhecido.

Vamos lá!

2013 → Fase de Pesquisa → R\$ 200.000,00 (despesa)

2014 → Fase de Desenvolvimento → Não há demanda pelo projeto → Ainda não é possível reconhecer o gasto como Intangível → vai para despesa.

2015 → Fase de Desenvolvimento → Critério de reconhecimento atingidos → reconhece R\$ 500.000,00 no custo do Intangível

2016 → O Ativo Intangível deve ser amortizado, usando a vida útil de 5 anos.

Amortização em 2016 = $500.000/5 = R\$ 100.000,00$

Valor Contábil Líquido = $500.000 - 100.000 = R\$ 400.000,00$

Valor Recuperável = 500.000,00

Conforme determinação do CPC 01, **não precisamos efetuar nenhum ajuste**, pois o valor recuperável é maior do que o valor contábil líquido.

2017 → Amortização em 2017 = $500.000/5 = R\$ 100.000,00$

Valor Contábil Líquido = $500.000 - 200.000 = R\$ 300.000,00$

Valor Recuperável = 600.000,00



Não precisamos efetuar nenhum ajuste, pois o valor recuperável é maior do que o valor contábil líquido.

Portanto, em 01.01.2018, o valor contábil do sistema será $500.000 - 200.000 = R\$ 300.000,00$

Gabarito → B

22. (FGV/SEFIN-RO/Contador/2018)

Em 01/07/2014, um clube de futebol adquiriu os direitos federativos de um jogador por R\$ 200 milhões, assinando um contrato de 4 anos.

Em 31/12/2014, o clube recebeu uma oferta de R\$ 400 milhões pelo jogador. O clube, no entanto, recusou a oferta.

Em 2015, o jogador sofreu uma contusão. Em 31/12/2015 os diretores do clube se reuniram e constataram que não havia certeza sobre uma transferência. No entanto, o clube poderia ganhar R\$ 100 milhões até o final do contrato com publicidade, caso o jogador permanecesse no clube.

Em 2016, o jogador se recuperou. Em 31/12/2016, o clube recebeu uma proposta formal, pela compra dos direitos federativos do jogador, de R\$150 milhões.

Assinale a opção que indica o valor contábil do jogador, em 01/01/2017.

- a) R\$ 60 milhões.
- b) R\$ 75 milhões.
- c) R\$ 90 milhões.
- d) R\$ 100 milhões.
- e) R\$ 150 milhões.

Comentários:

Vejam que questão legal! Valor Contábil de um jogador de Futebol? “Pode isso, Arnaldo? ”. Não só é possível, mas essa situação ocorre diariamente no mercado bilionário do Futebol.

Por exemplo, a transferência de Neymar para o clube francês Paris Saint-Germain foi concretizada por míseros 222 milhões de euros (cerca de R\$ 822 milhões) por um contrato de 5 anos.

Á época da transferência, analistas previam que o clube francês poderia recuperar esse investimento em **mais ou menos 1 ano!** Venda de camisas, produtos licenciados, ingressos para jogos, valorização de sua marca, aumento do valor das transmissões de televisão e novos patrocínios!!

Além disso, investidas de outros clubes podem gerar valorização dos jogadores, afetando positivamente sua recuperabilidade. Muito já tem se falado de uma possível transferência de Neymar para o poderoso Real Madrid, arquirrival do antigo clube de Neymar, Barcelona.



Essa transferência poderia ser concretizada por 400 milhões de euros (aproximadamente R\$ 1,2 bilhão!!!!).

Mas sabemos que imprevistos podem ocorrer, mesmo com os melhores atletas. Lesões, eliminações precoces em campeonatos importantes, maus desempenhos podem comprometer o valor recuperável do jogador.

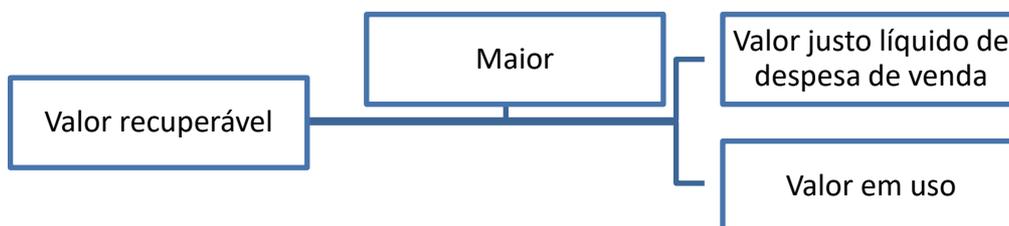
Por fim, como determina o CPC 04 – Ativo Intangível, a entidade deverá amortizar o valor contábil dos seus jogadores usando como vida útil o tempo que ela prevê obter benefícios como o jogador, ou seja, o tempo de duração de seu contrato.

Dito isso, a questão se torna uma questão padrão de CPC 01 – Teste de Recuperabilidade.

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **maior (repita-se: maior)** valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

É simples! Inicialmente faremos alguns cálculos e análises para achar o valor líquido de venda de um ativo e, também, o seu valor em uso. Após, o maior, dentre esses dois valores, será utilizado como valor recuperável.

Esquematizemos:



Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. **(Ver CPC 46 – Mensuração do Valor Justo). (Alterada pela Revisão CPC 03)**

A questão nos fornece as seguintes informações:

Em 01/07/2014, um clube de futebol adquiriu os direitos federativos de um jogador por R\$ 200 milhões, assinando um contrato de 4 anos.

Valor Contábil R\$ 200 milhões

Vida Útil 4 anos (48 meses)

Em 31/12/2014, o clube recebeu uma oferta de R\$ 400 milhões pelo jogador. O clube, no entanto, recusou a oferta.

Podemos considerar esse valor como o valor justo do jogador e também o valor recuperável. Por sua vez, temos que reconhecer a amortização do período, 6 meses, para encontramos o valor contábil líquido:

$$\text{Amortização}_{2014} = 200.000/48 \times 6 = 25.000$$

Valor Contábil	R\$ 200 milhões
(-) Amortização Acumulada	(R\$ 25 milhões)
= Valor Contábil Líquido	R\$ 175 milhões

Como o valor recuperável é R\$ 400.000, ou seja, maior do que o valor contábil líquido, não há ajuste algum a fazer.

Em 2015, o jogador sofreu uma contusão. Em 31/12/2015 os diretores do clube se reuniram e constataram que não havia certeza sobre uma transferência. No entanto, o clube poderia ganhar R\$ 100 milhões até o final do contrato com publicidade, caso o jogador permanecesse no clube.

Nesse exercício temos que o valor em uso do jogador é de R\$ 100 milhões e como não há transferência prevista, não temos informação sobre o valor justo líquido de venda. Assim, podemos considerar que o valor recuperável do jogador é de R\$ 100 milhões.

Vamos calcular o valor contábil líquido:

$$\text{Amortização}_{2015} = 200.000/4 = 50.000$$

Valor Contábil	R\$ 200 milhões
(-) Amortização Acumulada	[R\$ 75 (25 + 50)]
= Valor Contábil Líquido	R\$ 125 milhões

O valor recuperável é **menor** do que o valor contábil líquido, temos que registrar uma perda por recuperabilidade de R\$ 25 milhões.

Valor Contábil	R\$ 200 milhões
(-) Amortização Acumulada	(R\$ 75 milhões)
(-) Perda por Recuperabilidade	(R\$ 25 milhões)
= Valor Contábil Líquido	R\$ 100 milhões

Em 2016, o jogador se recuperou. Em 31/12/2016, o clube recebeu uma proposta formal, pela compra dos direitos federativos do jogador, de R\$150 milhões.

O valor justo, que nesse caso também é o valor recuperável do jogador, passou para R\$ 150 milhões. Vamos calcular o valor contábil líquido:

$$\text{Amortização}_{2016} = 200.000/4 = 50.000$$

Valor Contábil	R\$ 200 milhões
(-) Amortização Acumulada	(R\$ 125 milhões)
(-) Perda por Recuperabilidade	(R\$ 25 milhões)



= Valor Contábil Líquido R\$ 50 milhões

O valor recuperável aumentou para R\$ 150 milhões e por prudência, vamos manter o valor contábil de R\$ milhões, não é mesmo? **ERRADOOOO!!** Pessoal, muito cuidado com isso, pois já temos perda por recuperabilidade registrada e, como houve aumento do valor recuperável, devemos fazer a reversão da perda registrada.

Veja o que diz o CPC 01:

110. A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, **se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo**, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.

Portanto, efetuando, a reversão da perda, o valor contábil do jogador será:

Valor Contábil	R\$ 200 milhões
(-) Amortização Acumulada	(R\$ 125 milhões)
= Valor Contábil Líquido	R\$ 75 milhões.

Gabarito → B

23. (FGV/Contador/Caruaru/2015)

Em 01 de janeiro de 2012, um restaurante adquiriu uma moto, no valor de R\$ 22.000,00, para otimizar o serviço de entregas.

O restaurante pretendia utilizar a moto durante cinco anos e depois vendê-la por R\$ 2.000,00. No momento da compra, o sócio do restaurante estimava que, por meio das entregas, a moto poderia trazer retorno de R\$ 4.500,00 (a valor presente) em cada ano de uso.

Em 31 de dezembro de 2012, o restaurante refez suas projeções, estimando que, em cada um dos anos seguintes, os retornos trazidos pela moto seriam de R\$ 2.750,00. Além disso, o valor da moto no mercado era de R\$ 9.000,00. Após os anos de uso, o restaurante não mais pretendia ter retorno com a moto.

Considerando que, em 31 de dezembro de 2013, não havia indícios de perdas adicionais, o valor contábil da moto era de:

- a) R\$ 7.000,00.
- b) R\$ 8.250,00.
- c) R\$ 11.250,00.
- d) R\$ 14.000,00.
- e) R\$ 15.250,00.



Comentários:

No momento da aquisição (01 de janeiro de 2012):

- Aquisição: 22.000,00.
- Vida útil: 5 anos.
- Valor residual: 2.000,00.
- Valor em uso: $4.500,00 \times 5 = 22.500,00$
- Valor depreciável: $22.000,00 - 2.000,00 = 20.000,00$
- Depreciação anual = $20.000,00/5 = 4.000,00$ por ano.

Em 31 de dezembro de 2012:

- Vida útil restante: 4 anos.
- Valor contábil atual: $22.000,00 - 4.000,00 = 18.000,00$.
- Valor em uso: $2.750 \times 4 = 11.000,00$
- Valor justo líquido de despesa de venda = 9.000,00

Portanto, deveremos fazer uma redução ao valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre 11.000,00 e 9.000,00, ou seja, 11.000,00.

Portanto, teremos um novo valor contábil.

Refazendo os cálculos após a redução ao valor recuperável:

- Novo valor contábil: 11.000,00
- Valor residual: 0,00 (o restaurante não mais pretendia ter retorno com a moto).
- Depreciação nova: $11.000,00/4 = 2.750,00$.

Portanto, em 31.12.2013, o valor contábil será de $11.000,00 - 2.750,00 = 8.250,00$.

Gabarito → B.

24. (FGV/Contador/Caruaru/2015)

Em 01/01/2011, um banco comprou, por R\$ 180.000,00, o direito de processar a folha de pagamentos de uma empresa por seis anos. Em 31/12/2012, o banco constatou que os funcionários da empresa não estavam utilizando os serviços do banco e verificou que poderia ter retorno total de R\$ 100.000,00 com a folha de pagamento nos anos remanescentes. Já em 31/12/2013, o banco realizou um novo estudo e verificou que, nos anos seguintes, poderia obter retorno total de R\$ 80.000,00. Em 31/12/2014, o valor contábil do direito era de

- (A) R\$ 50.000,00.
- (B) R\$ 53.333,00.
- (C) R\$ 60.000,00.



(D) R\$ 75.000,00.

(E) R\$ 83.333,00

Comentários:

Nesse tipo de questão, podemos resolver do modo mais demorado:

Valor original = 180.000

Prazo = 6 anos

Amortização anual = 30.000 por ano.

Em 31/12/2012, a empresa já amortizou dois anos, no valor total de 60.000.

Valor contábil em 31/12/2012 = $180.000 - 60.000 = 120.000$.

Mas o banco constatou que poderia ter retorno de 100.000, nos próximos 4 anos que faltavam para encerrar o prazo. Assim, deve reconhecer uma perda de recuperabilidade no valor de 20.000, ficando com o valor contábil de 100.000.

Amortização de 2013 = $100.000 / 4 \text{ anos} = 25.000$.

Valor contábil em 31/12/2013 = $100.000 - 25.000 = 75.000$

Como o valor recuperável aumentou para 80.000, a empresa reverte parcialmente a perda.

Assim, valor contábil passa para 80.000, para os 3 anos restantes.

Amortização: $80.000,00 / 3 \text{ anos} = 26.667$

Valor contábil em 31/12/2014 = $80.000 - 26.667 = 53.333$

Atenção! Resolução rápida!

Compare o valor contábil sem reconhecer nenhuma perda, até 31/12/2013, com o valor recuperável de 80.000:

Valor original 180.000

Amortização anual = $180.000 / 6 = 30.000$ por ano.

Amortização acumulada até 31/12/2013 = $30.000 \times 3 \text{ anos} = 90.000$

Valor contábil em 31.12.2013 = $180.000 - 90.000 = 90.000$

Como o valor recuperável é menor, o ativo fica com o valor de 80.000, e com 3 anos de prazo.

Amortização em 2014: $80.000 / 3 \text{ anos} = 26.667$

Valor contábil em 31/12/2014 = $80.000 - 26.667 = 53.333$

Gabarito → B

25. (FGV/Analista/DPE MT/2015)

Para mensurar o valor em uso no teste de impairment, uma entidade deve fazer estimativas de fluxos de caixa futuros.



De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, as estimativas de fluxos de caixa futuros devem incluir:

- a) os recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda.
- b) as entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento
- c) as saídas de caixa que se referem a obrigações que já foram reconhecidas como passivos, como contas a pagar.
- d) as entradas de caixa advindas de ativos que geram outras entradas de caixa que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa do ativo sob revisão.
- e) as projeções de saídas de caixa que são necessariamente incorridas para gerar as entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo e que podem ser diretamente alocadas, em base consistente e razoável, ao ativo.

Comentários:

Vamos para a nossa questão...

a) os recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda.

Item incorreto. Segundo o CPC 01:

50. Estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir:
(a) entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento; ou
(b) recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda.

b) as entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento.

Item incorreto. Segundo o CPC 01:

50. Estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir:
(a) entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento; ou
(b) recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda.

c) as saídas de caixa que se referem a obrigações que já foram reconhecidas como passivos, como contas a pagar.

Item incorreto. Segundo o CPC 01:

43. Para evitar dupla contagem, as estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir:
(a) entradas de caixa advindas de ativos que geram outras entradas de caixa que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa do ativo sob revisão (por exemplo, ativos financeiros como contas a receber); e
(b) saídas de caixa que se referem a obrigações que já foram reconhecidas como passivos (por exemplo, contas a pagar, passivos de planos de pensão e provisões).

d) as entradas de caixa advindas de ativos que geram outras entradas de caixa que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa do ativo sob revisão.

43. Para evitar dupla contagem, as estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir:

- (a) entradas de caixa advindas de ativos que geram outras entradas de caixa que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa do ativo sob revisão (por exemplo, ativos financeiros como contas a receber); e
- (b) saídas de caixa que se referem a obrigações que já foram reconhecidas como passivos (por exemplo, contas a pagar, passivos de planos de pensão e provisões).

e) as projeções de saídas de caixa que são necessariamente incorridas para gerar as entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo e que podem ser diretamente alocadas, em base consistente e razoável, ao ativo.

Este, por fim, é o nosso gabarito.

39. As estimativas de fluxos de caixa futuros devem incluir:

- (a) projeções de entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo;
- (b) projeções de saídas de caixa que são necessariamente incorridas para gerar as entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo (incluindo as saídas de caixa para preparar o ativo para uso) e que podem ser diretamente atribuídas ou alocadas, em base consistente e razoável, ao ativo; e**
- (c) se houver, fluxos de caixa líquidos a serem recebidos (ou pagos) quando da baixa do ativo ao término de sua vida útil.

Gabarito → E.

26. (FGV/Analista/DPE/MT/2015)

Em 30/06/2011, uma entidade adquiriu um carro para utilizar em seus negócios por R\$ 50.000,00. No momento da compra, o carro tinha vida econômica de oito anos, no entanto, a entidade pretendia utilizá-lo por seis anos e depois vendê-lo por R\$ 8.000,00. Em 31/12/2014, a administração da entidade observou fatores externos negativos e realizou o teste de recuperabilidade do carro.

Nesta avaliação, ela determinou que o valor de uso do carro era de R\$ 20.000,00 e o valor de venda de R\$ 27.000,00, sendo que, para vender, a entidade precisaria pintar o carro, o que lhe custaria R\$ 2.000,00. O valor contábil do carro, em 01/01/2015, era de

- (A) R\$ 20.000,00.
- (B) R\$ 22.000,00.
- (C) R\$ 25.000,00.
- (D) R\$ 25.500,00.
- (E) R\$ 27.000,00.



Comentários:

Com os dados da questão, temos:

Valor original:	50.000
(-) Valor Residual:	8.000
= Valor Depreciável	42.000

A depreciação deve ser feita por 6 anos, pois é o prazo durante o qual a empresa pretendia utilizar o veículo.

A depreciação acumulada entre 30/06/2011 e 31/12/2014 fica assim:

Valor depreciável 42.000 / 6 anos = 7.000 por ano.

O prazo é de 3 anos e meio, portanto a depreciação acumulada pode ser calculada assim:

$$7000 \times 3,5 \text{ anos} = 24.500$$
$$\text{Valor contábil em 31/12/2014} = 50.000 - 24.500 = 25.500.$$

Vejamos agora o valor recuperável, que é o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

$$\text{Valor em uso} = 20.000$$

$$\text{Valor líquido de venda} = 27.000 - 2.000 = 25.000$$

O valor recuperável é de 25.000. Como é menor que o valor contábil, o ativo ficará registrado pelo valor recuperável. OU seja, a empresa deverá reconhecer uma perda com o teste de recuperabilidade no valor de 500.

Gabarito → C.

27. (FGV/TCM SP/Contador/2015)

A Armazéns Gerais Épsilon S.A. é proprietária de diversas instalações ao redor do Brasil. Uma dessas instalações está localizada próximo a uma rodovia que dá acesso a um porto, e foi inaugurada em 1º de março de 2008, quando se estimava que essa instalação teria uma vida útil de 30 anos e nenhum valor residual. Desde então essas estimativas não se modificaram, nem tampouco houve o reconhecimento de quaisquer ajustes para perdas, e a Armazéns Gerais Épsilon S.A. vem depreciando o custo de R\$60.000.000 da instalação pelo método da linha reta. Porém, em fevereiro de 2015, foi anunciado que o porto ao qual a rodovia próxima a essa instalação da companhia dá acesso deverá passar por uma longa reforma.

Considerando desde a licitação do projeto até a conclusão das obras, o processo de reforma do porto poderá se estender por mais de 5 anos. Em virtude disso, a administração da Armazéns Gerais Épsilon S.A. acredita que o volume de negócios dessa instalação será comprometido, e decidiu aplicar um teste de redução ao valor recuperável desse ativo. O teste foi concluído em 1º de março de 2015, data em que o valor justo da instalação foi avaliado em R\$47.000.000, e o valor em uso foi avaliado em R\$40.000.000. Como a



administração da Armazéns Gerais Épsilon S.A. estima que a venda dessa instalação acarretaria despesas de R\$3.000.000, o valor líquido pelo qual esse ativo deve ser apresentado em 1º de março de 2015 é de:

- (A) R\$40.000.000;
- (B) R\$43.000.000;
- (C) R\$44.000.000;
- (D) R\$46.000.000;
- (E) R\$47.000.000.

Comentários:

Vamos começar pelo valor contábil. Para isso, precisamos calcular a depreciação acumulada.

$\$ 60.000 / 30 \text{ anos} = \$ 2.000$ por ano de depreciação.

De 1º de março de 2008 a 1º de março de 2015 temos 7 anos, portanto a depreciação acumulada é de: $\$2.000 \times 7 \text{ anos} = \14.000

Valor contábil = $\$60.000 - \$14.000 = \$46.000$

Agora o valor recuperável. É o maior entre o valor em uso e o valor de venda.

Valor em uso = $\$40.000$

Valor justo = $\$47.000 - \text{despesas de venda } \$3.000 = \$44.000$

Como o Valor Contábil é de $\$46.000$ e o Valor Recuperável é $\$44.000$, o valor do ativo deve ser reduzido, será apresentado pelo valor de $\$44.000$.

Se o Valor Recuperável fosse maior que o Valor Contábil, não haveria necessidade de ajuste.

Gabarito → C

28. (FGV/TCM SP/Contador/2015)

No exercício de 20x4, a Cia. Norte apurou perdas de R\$12.000,00 por redução ao valor recuperável de um ativo imobilizado, cujo custo de aquisição foi de R\$80.000,00 e estava 40% depreciado. Os lançamentos contábeis da Cia. Norte ao final do exercício de 20x4 relativos à redução do imobilizado ao seu valor recuperável são os seguintes:

- (A) D – Perda por desvalorização (resultado do exercício) –R\$12.000,00
C – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzora do Ativo) –R\$12.000,00;
- (B) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzora do Ativo) – R\$12.000,00
C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R\$12.000,00;
- (C) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzora do Ativo) – R\$ 36.000,00



C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R\$ 36.000,00

(D) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzora do Ativo) – R\$20.000,00

C – Depreciação acumulada – R\$ 8.000,00

C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R\$12.000,00

(E) D – Perda por desvalorização (resultado do exercício) –R\$ 44.000,00

C – Depreciação acumulada – R\$32.000,00

C – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzora do Ativo) – R\$ 12.000,00

Comentários:

A contabilização da perda por teste do valor recuperável deve ser debitada no Resultado do Exercício e creditada em conta redutora do Ativo.

Assim, já podemos descartar as letras B, C e D, as quais debitam a conta redutora do ativo (nesse caso, o valor do ativo iria aumentar, já que o ativo aumenta com lançamentos a débito e diminui com lançamentos a crédito).

E a letra E também está errada, pois mistura a despesa de depreciação com a perda por desvalorização. Além disso, com os dados da questão, não podemos afirmar que toda a depreciação ocorre no exercício de 20X4.

A resposta correta é a letra A:

D – Perda por desvalorização (Resultado)	12.000
C – Perdas estimadas (reduzora do Ativo)	12.000

Gabarito → A

29. (FGV/Auditor Fiscal da Receita Estadual/SEFAZ/RJ/2009)

Em 01.04.2009, a Cia. Platina adquiriu um equipamento para ser utilizado em sua fábrica no valor de \$ 113.000. Os seguintes custos adicionais são diretamente relacionados ao ativo:

Frete:.....	\$5.000;
Seguro do transporte:.....	\$2.000;
Seguro anual:.....	\$12.000.

O equipamento tem vida útil estimada em 12 anos. Após esse período, o valor residual é estimado em zero. Para atendimento do CPC 01, aprovado pelo CFC, deve ser efetuada em 31.12.2009 a avaliação do valor recuperável do ativo.

As informações obtidas nesta data são as seguintes:



Valor líquido de venda:.....	\$90.000;
Valor presente dos benefícios futuros em uso:	\$140.000.

Em 31.12.2009, o valor líquido do equipamento que deve ser apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Platina será:

- (A) \$ 120.063.
- (B) \$ 112.500.
- (C) \$ 111.500.
- (D) \$ 140.000.
- (E) \$ 90.000.

Comentários

O ativo irá a estoque com valor de: $113.000 + 5.000 + 2.000 = \mathbf{R\$ 120.000,00}$

O seguro deverá ser computado como **despesa de seguro** no exercício, de acordo com o princípio da competência.

O valor recuperável do ativo é o maior valor entre o valor de venda e o valor em uso. Neste caso, é de R\$ 140.000,00.

Assim, em homenagem ao princípio da prudência, nenhum ajuste há que ser feito.

A depreciação do equipamento será de: $120.000 / 12 = \mathbf{R\$ 10.000,00}$ por ano.

Como o equipamento foi posto em uso em abril, devemos depreciá-lo pelo período de 9 meses no exercício de 2009.

$10.000,00 \times 9/12 = \mathbf{R\$ 7.500,00}$ (Depreciação de 2009).

Logo, deverá ser levado a balanço o valor de $\mathbf{R\$ 120.000,00 - 7.250,00 = R\$ 112.500,00}$.

Gabarito → B

20.3 - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

30. (ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)

Avalie as seguintes proposições.

I. Ativos Intangíveis com vida útil indefinida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade (impairment test).

II. Ativos Intangíveis com vida útil definida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade (impairment test).



III. O "Goodwill" (ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura) gerado internamente não deve ser reconhecido como um ativo.

Assinale a opção correta.

- a) I e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Nenhuma proposição está correta.

Comentários:

Comentemos item a item...

I. Ativos Intangíveis com vida útil indefinida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade (impairment test).

II. Ativos Intangíveis com vida útil definida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade (impairment test).

Existem dois métodos distintos para a mensuração do ativo intangível trazidos pelo CPC 04, Método de Custo e Método de Reavaliação, a saber:

Método de Custo: Posteriormente ao reconhecimento inicial o ativo intangível deve ser apresentado ao custo, menos a amortização acumulada e a perda acumulada (se houver).

Método de reavaliação: Após o reconhecimento, se permitido legalmente, um ativo intangível pode ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao valor justo na data da reavaliação. Apesar do CPC 04 trazer as duas definições, ressaltamos que a contabilização pela reavaliação não mais existe no ordenamento pátrio, portanto, não deve ser aplicada nas demonstrações contábeis.

Após a mensuração, a companhia deverá avaliar se se trata de um ativo intangível de **vida útil indefinida ou definida**. Para os ativos intangíveis de vida útil indefinida a amortização torna-se proibida, afinal, não temos um prazo para calcular, não saberemos apurar a amortização senão de forma arbitrária (como utilizamos para achar o valor de depreciação no imobilizado, exemplo: 10 anos de depreciação sem valor residual = 10% ao ano).

Contudo, falar que um ativo intangível tem vida útil indefinida não significa dizer que ele tenha vida útil infinita, eterna. Esses ativos estarão sujeitos à análise de *impairment* anual.

Já para os intangíveis de vida útil determinada mantém-se a prática de alocar seu custo de aquisição ao resultado com base no período determinado e se houver meios de determinar o valor residual para fins de amortização este deverá ser utilizado. Além disso, há sujeição também ao teste de recuperabilidade, como previsto no CPC 01.

Portanto, os dois itens estão corretos.



III. O "Goodwill" (ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura) gerado internamente não deve ser reconhecido como um ativo.

Segundo o CPC 04:

O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo (item 48). Em alguns casos incorre-se em gastos para gerar benefícios econômicos futuros, mas que não resultam na criação de um ativo intangível que se enquadre nos critérios de reconhecimento estabelecidos. Esses gastos costumam ser descritos como contribuições para o ágio (goodwill) gerado internamente, o qual não é reconhecido como ativo porque não é um recurso identificável (ou seja, não é separável nem advém de direitos contratuais ou outros direitos legais) controlado pela entidade que pode ser mensurado com segurança ao custo.

Gabarito → D.

31. (ESAF/Auditor Fiscal da Receita Federal/2014)

Com relação à Redução ao Valor Recuperável de Ativos, pode-se afirmar que:

- A) a esta técnica estão sujeitos à aplicação desse processo todos os ativos sem qualquer tipo de exceção.
- B) é esse tipo de procedimento aplicável somente aos ativos intangíveis e aos ativos resultantes de Contratos de Construção.
- C) apenas aos ativos resultantes de Contratos de Construção e aqueles sujeitos à aplicação do valor justo como os ativos biológicos são passíveis da aplicação dessa redução.
- D) tem como objetivo assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por valor maior do que o passível de ser recuperado por uso ou venda.
- E) não é aplicada aos imobilizados em razão dos mesmos já estarem sujeitos à depreciação, amortização ou a exaustão que cobrem possíveis divergências no valor de custo do ativo e o seu valor recuperável.

Comentário:

Vamos analisar as alternativas:

A) ERRADA. Conforme o Pronunciamento CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos:

3. Este Pronunciamento Técnico não se aplica a estoques, ativos advindos de contratos de construção, ativos fiscais diferidos, ativos advindos de planos de benefícios a empregados ou ativos classificados como mantidos para venda (ou incluídos em grupo de ativos que seja classificado como disponível para venda) em decorrência de os Pronunciamentos Técnicos do CPC vigentes aplicáveis a esses ativos conterem disposições orientadoras para reconhecimento e mensuração desses ativos.



- B) ERRADA. Não se aplica a ativos resultantes de contratos de construção.
- C) ERRADA. Conforme o item 3 transcrito acima, não se aplica a contratos de construção e nem a ativos sujeitos à aplicação do valor justo, como os ativos biológicos.
- D) CERTA. Conforme o Pronunciamento CPC 01:

1. O objetivo deste Pronunciamento Técnico é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo.

- E) ERRADA. O Teste de Recuperabilidade deve ser aplicado aos ativos imobilizados. Confira a Lei 6404/76:

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam:

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

Gabarito → D

32. (ESAF/Auditor Fiscal da Receita Federal/2012)

A empresa Highlith S.A. implantou nova unidade no norte do país. Os investimentos na unidade foram de R\$ 1.000.000,00, registrados no ativo imobilizado. No primeiro ano, a empresa contabilizou um ajuste de perda de valor recuperável de R\$ 15.000,00. No segundo ano, o valor da unidade, caso fosse vendida para o concorrente e único interessado na aquisição, seria de R\$ 950.000,00. Ao analisar o valor do fluxo de caixa descontado da unidade, apurou-se um valor de R\$ 980.000,00. Dessa forma, deve o contador da empresa:

- a) manter o valor do investimento, visto não haver perda de valor recuperável.
- b) reconhecer um complemento de perda de valor recuperável de R\$ 5.000,00.
- c) reverter parte da perda de valor recuperável no valor de R\$ 25.000,00.
- d) registrar um complemento de perda de valor recuperável de R\$ 15.000,00.
- e) estornar o total da perda de valor recuperável de R\$ 50.000,00.

Comentários

O ativo imobilizado, após o reconhecimento da primeira perda por teste de recuperabilidade, estava assim apresentado:



Ativo imobilizado	1.000.000,00
<u>(-) Ajuste ao valor recuperável</u>	<u>(15.000,00)</u>
= Valor contábil	985.000,00

No segundo ano, ao realizar o teste de recuperabilidade, encontramos:

Valor de uso: 980.000,00	Valor de venda: 950.000,00
--------------------------	----------------------------

Logo, o valor recuperável é de R\$ 980.000,00.

Como o ativo está avaliado pelo valor de R\$ 985.000,00 podemos dizer que não recuperaremos deste montante o total de R\$ 5.000,00 (985.000 – 980.000), sendo este, pois, o valor que devemos lançar no resultado como perda por redução ao valor recuperável.

O ativo imobilizado, após o registro, ficará assim:

Ativo imobilizado	1.000.000,00
<u>(-) Ajuste ao valor recuperável</u>	<u>(20.000,00)</u>
= Valor contábil	980.000,00

Gabarito → B.

20.4 - CESPE

33. (CESPE/Analista/STM/2018)

A respeito de avaliação de itens patrimoniais diversos, julgue o item subsequente.

A provisão para perda de valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) só será revertida, em período posterior ao de sua constituição, se ficar comprovado que houve recomposição das expectativas de rentabilidade.

Comentários:

Segundo o CPC 01:

124. A perda por desvalorização reconhecida para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) não deve ser revertida em período subsequente.

Reverter a perda por recuperabilidade do goodwill seria equivalente à reconhecer o goodwill gerado internamente, o que é vedado pelos CPCs, pois não há independência na avaliação.

Gabarito → Errado.

34. (CESPE/Analista/STM/2018)

A respeito de avaliação de itens patrimoniais diversos, julgue o item subsequente.



Situação hipotética: Um equipamento industrial em uso foi adquirido, pela indústria Alfa, por R\$ 300 mil e, no final do exercício de 20XX, o equipamento já tinha sofrido depreciação de 60% de seu valor depreciável. A indústria considera um valor residual de 10% para esse equipamento. No final do exercício de 20XX, o valor em uso do equipamento foi estimado em R\$ 136 mil, e seu valor para venda estimado em R\$ 120 mil.

Assertiva: Nessa situação, a indústria Alfa deveria contabilizar, para esse equipamento, no encerramento do exercício de 20XX, uma provisão para perda de valor recuperável superior a R\$ 5 mil.

Comentários:

Depreciação Acumulada = $(300.000 - 30.000) \times 0,60 = 162.000$

Valor Contábil = $300.000 - 162.000 = 138.000$

O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de venda, isto é, R\$ 136.000.

O valor recuperável é menor do que o valor contábil, portanto, a empresa deverá reconhecer uma perda de valor recuperável de $138.000 - 136.000 = 2.000$

O erro da assertiva é que essa “provisão” para perda não é superior, mas inferior a R\$ 5 mil.

Gabarito → Errado.

35. (CESPE/Analista/EBSERH/2018)

A constatação de que o valor de mercado das ações de uma empresa é inferior ao seu valor patrimonial é um indicativo externo de que seus ativos podem estar sobreavaliados, sinalizando a necessidade de realização de teste de recuperabilidade do valor patrimonial desses ativos.

Comentários:

O item está correto. Geralmente, como a empresa trabalha com seus ativos em sinergia, o valor de mercado da companhia é maior do que o valor patrimonial.

Quando isso não acontece, superando o valor patrimonial ao valor de mercado, pode ser um indicativo de que a empresa passar por um “problema”, estando os seus ativos superavaliados ou sobreavaliados. Nesta hipótese, é possível a realização do teste de recuperabilidade.

Gabarito – Correto.

36. (CESPE/Analista/Contabilidade/TRE/PE/2017)

O Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE/PE) possui, no rol de seus ativos imobilizados, um bem de custo histórico igual a R\$ 50.000 e cuja depreciação acumulada equivale a 30% desse valor. Para esse ativo, o TRE/PE apurou um valor justo líquido de despesas de venda de R\$ 20.000 e um valor de uso de R\$ 28.000.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a NBC TG 01 (redução ao valor recuperável de ativos).



A Na contabilização da depreciação do ativo imobilizado, faz-se necessário deduzir a perda por desvalorização do ativo, que na situação apresentada é igual a R\$ 28.000.

B Na situação apresentada, o custo histórico do ativo equivale a R\$ 15.000.

C O tribunal deverá registrar como perda por desvalorização do ativo o valor de R\$ 7.000.

D Por ser o custo histórico superior ao valor recuperável, a perda não deve ser contabilizada.

E O valor recuperável do ativo é igual ao valor mínimo entre o valor justo e o valor de uso, ou seja, R\$ 20.000 nessa situação

Comentários:

Valor de aquisição	50.000,00
(-) Depreciação acumulada	(15.000,00)
Valor contábil	35.000,00

Valor justo líquido de despesa de venda 20.000,00

Valor em uso 28.000,00

Logo, o valor recuperável é de R\$ 28.000,00.

Como está acima do valor contábil, devemos reconhecer uma perda por ajuste ao valor recuperável no valor de R\$ 7.000,00.

Gabarito → C.

37. (CESPE/Analista/TRT 7ª/2017)

Determinada empresa adquiriu um equipamento produtivo, com vida útil estimada de dez anos, pelo valor de R\$ 250 mil. A empresa trabalha com um valor residual de 10% para todos os seus ativos produtivos. Ao final do quinto ano de uso, após apurada e contabilizada a depreciação correspondente de todos os ativos da empresa, avaliou-se o valor em uso do referido equipamento produtivo em R\$ 125 mil, e o seu valor justo, líquido das despesas de venda, em R\$ 135 mil.

Nessa situação hipotética, a empresa deverá reconhecer uma perda por desvalorização do equipamento no valor de

- a) R\$ 2,5 mil.
- b) R\$ 10,0 mil.
- c) R\$ 12,5 mil.
- d) R\$ 22,5 mil.

Comentários:

Valor de aquisição: R\$ 250.000,00

Vida útil: 10 anos



Valor residual: R\$ 25.000,00

Valor depreciável: R\$ 225.000,00

Depreciação anual (valor depreciável/10): R\$ 22.500,00

Depreciação acumulada em 5 anos: R\$ 112.500,00

Valor contábil (250 – 112,5): R\$ 137.500,00

Valor recuperável (maior entre valor em uso e valor justo): R\$ 135.000,00

Perda por desvalorização: R\$ 2.500,00

Gabarito: 2.500,00

Gabarito → A.

38. (CESPE/SEDF/Analista de Gestão Educacional - Contabilidade/2017)

Julgue o item subsequente, a respeito dos procedimentos para registro, mensuração e avaliação de ativos.

Situação hipotética: Um ativo que possui valor contábil líquido de R\$ 100.000 pode ser alienado em mercado concorrencial por R\$ 95.000, livre de despesas de venda, ou pode ser mantido em atividade, quando então gerará um fluxo de caixa a valor presente de R\$ 102.000.

Assertiva: Nessas condições, cabe à entidade detentora do referido ativo constituir uma provisão para perda de valor recuperável.

Comentários:

Na questão apresentada temos as seguintes informações:

Valor contábil líquido: 100.000,00

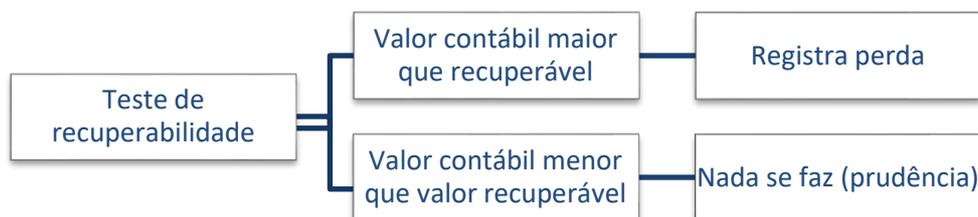
Valor em uso: 102.000,00

Valor Líquido de Venda 95.000,00

Valor Recuperável → o MAIOR entre o Valor em uso e o Valor Líquido de Venda: 102.000,00.

Como o valor recuperável do ativo é maior que o seu valor contábil, nenhum registro há que ser feito, em homenagem ao princípio contábil da prudência, portanto, a assertiva está errada; não cabe à entidade detentora do referido ativo constituir uma provisão para perda de valor recuperável.

Esquematizemos:



Gabarito → Errado.

39. (CESPE/SEDF/Analista de Gestão Educacional - Contabilidade/2017)

Julgue o item subsequente, a respeito dos procedimentos para registro, mensuração e avaliação de ativos.

Caso tenha sido reconhecida uma perda de valor realizável em um goodwill e se constate, em exercício subsequente, que houve recuperação do valor realizável, a perda reconhecida deverá ser revertida até o montante do valor originalmente reconhecido como perda.

Comentários:

Segundo o CPC 01, temos que:

124. A perda por desvalorização reconhecida para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) **não deve ser revertida** em período subsequente.

O Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível **proíbe** o **reconhecimento** de ágio por expectativa de rentabilidade futura (**goodwill**) **gerado internamente**. Qualquer aumento no valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) nos períodos subsequentes ao reconhecimento de perda por desvalorização para esse ativo é equivalente ao reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado internamente (goodwill gerado internamente) e não reversão de perda por desvalorização reconhecida para o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

Gabarito → Errado.

20.5 - OUTRAS BANCAS

40. (Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)

Uma indústria adquiriu três máquinas para compor a linha de produção de um dos seus produtos, pelo valor total de R\$ 27 milhões. A vida útil estimada das máquinas adquiridas é de doze anos, com valor residual de 5% do valor de aquisição. Ao final do sétimo ano de uso, a indústria apurou indícios internos de desvalorização decorrentes de baixo desempenho e optou por realizar o teste de recuperabilidade das máquinas componentes daquela linha de produção. A companhia estimou um fluxo de caixa descontado para os próximos cinco anos associado à operação das máquinas de R\$ 10 milhões, enquanto o valor justo das máquinas em suas condições atuais é de R\$ 8 milhões, com 5% de custos associados

Considerando, exclusivamente, essas informações, o valor recuperável e a perda a ser reconhecida para o conjunto das máquinas, representam, respectivamente, em reais

- (A) 7.600.000,00 e 3.087.500,00
- (B) 7.600.000,00 e 4.437.500,00
- (C) 8.000.000,00 e 4.037.500,00



(D) 10.000.000,00 e 687.500,00

(E) 10.000.000,00 e 2.037.500,00

Comentários:

Valor de aquisição	27.000.000,00
Valor residual	(1.350.000,00)
Valor depreciável	25.650.000,00
Vida útil	12 anos

Para encontrarmos o valor da depreciação acumulada, temos de fazer:

$$25.650.000,00 \times 7/12 = R\$ 14.962.500,00$$

Valor aquisição	27.000.000,00
(-) Depreciação acumulada	(14.962.500,00)
Valor	12.037.500,00

Valor recuperável

Valor em uso	10.000.000,00	Valor justo	7.600.000,00
--------------	---------------	-------------	--------------

O valor recuperável é R\$ 10.000.000,00 e a perda reconhecida de R\$ 2.037.500,00

Gabarito → E

41. (Cesgranrio/Petrobrás/Contador/2018)

A empresa Produz&Vende S.A. possui uma máquina em sua fábrica de produção, que foi comprada em 02/01/2014 por R\$ 300.000,00. Sabe-se que a depreciação acumulada da máquina é de R\$ 50.000,00. O valor justo da máquina em 31/12/2017 era de R\$ 200.000,00, ao passo que os custos e despesas de venda foram estimados em 20% do valor justo. Seu valor em uso, correspondente ao Fluxo de Caixa Descontado era de R\$ 255.000,00 na mesma data.

Com base nas informações, a empresa Produz&Vende S.A. ao analisar seus dados com relação ao valor recuperável dos ativos, deve

- (A) não registrar a perda por impairment no período, visto que o valor em uso é maior do que o valor contábil.
- (B) não registrar a perda por impairment no período, visto que o valor justo líquido das despesas de venda é menor do que o valor contábil.
- (C) registrar a perda por impairment de R\$ 90.000,00, pois o valor justo líquido das despesas de venda é menor do que o valor contábil.
- (D) registrar a perda por impairment de R\$ 5.000,00, visto que o valor em uso é maior do que o valor contábil.



(E) registrar a perda por impairment de R\$ 140.000,00, pois o valor contábil de R\$ 300.000,00 excede o valor recuperável, que é de R\$ 160.000,00.

Comentários:

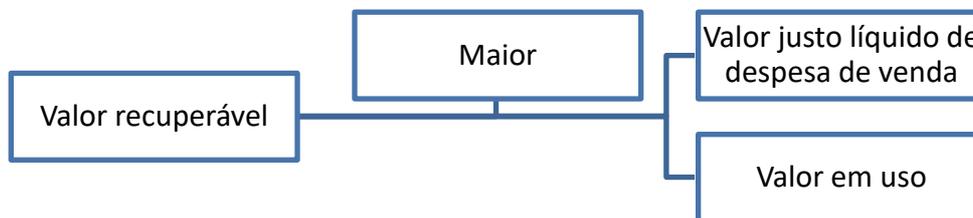
Aplicação direta do Teste de Recuperabilidade – CPC 01.

Valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o **maior (repita-se: maior)** valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

É simples!

Inicialmente faremos alguns cálculos e análises para achar o valor líquido de venda de um ativo e, também, o seu valor em uso. Após, o maior, dentre esses dois valores, será utilizado como valor recuperável.

Esquematizemos:



Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. **(Ver CPC 46 – Mensuração do Valor Justo). (Alterada pela Revisão CPC 03)**

Vamos reunir as informações apresentadas na questão e realizar o teste de recuperabilidade:

Custo de aquisição = R\$ 300.000,00
(-) Depreciação acumulada = R\$ 50.000,00
Valor Contábil Líquido = 250.000,00

Valor em uso = R\$ 255.000,00

Valor Líquido de Venda = R\$ 200.000 – 20% = 200.000 – 40.000 = R\$ 160.000,00

Valor Recuperável é o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda, isto é, R\$ 255.000,00.

Visto que o valor recuperável é MAIOR do que o valor contábil líquido, a entidade não registrar a perda por impairment no período

Gabarito → A



42. (Cesgranrio/Liquigás/Contador/2018)

O Pronunciamento CPC 01 aborda questões relacionadas à contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de ativos. Um dos ativos, cuja desvalorização pode ser reconhecida no âmbito das disposições do CPC 01, é:

- (A) estoques
- (B) ativos intangíveis
- (C) ativos biológicos relacionados à atividade agrícola
- (D) ativos relativos a planos de benefícios a empregados
- (E) propriedade para investimento mensurada ao valor justo

Comentários:

De acordo com o CPC 01:

Este Pronunciamento Técnico deve ser aplicado na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de todos os ativos, exceto:

- (a) estoques (ver Pronunciamento Técnico CPC 16(R1) – Estoques);
- (b) ativos de contrato e ativos resultantes de custos para obter ou cumprir contratos que devem ser reconhecidos de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente;
- (c) ativos fiscais diferidos (ver Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro);
- (d) ativos advindos de planos de benefícios a empregados (ver Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados);
- (e) ativos financeiros que estejam dentro do alcance do CPC 48 – Instrumentos Financeiros;
- (f) propriedade para investimento que seja mensurada ao valor justo (ver Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedade para Investimento);
- (g) ativos biológicos relacionados à atividade agrícola dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola que sejam mensurados ao valor justo líquido de despesas de vender; **(Alterada pela Revisão CPC 08)**
- (h) custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis advindos de direitos contratuais de companhia de seguros contidos em contrato de seguro dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguro; e
- (i) ativos não circulantes (ou grupos de ativos disponíveis para venda) classificados como mantidos para venda em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Portanto, infelizmente, é necessário que vocês saibam o seguinte: o CPC 01 não se aplica a:

CPC 01 - Não se aplica a:

Estoques



Ativos de Receitas de Contratos de Clientes
Ativos fiscais diferidos
Benefícios a empregados
Instrumentos financeiros
Propriedade para investimento mensurada ao valor justo
Ativos biológicos ao valor justo
Contratos de seguro
Ativos não circulantes mantido para venda

Portanto, nosso gabarito é “B”. Só deve ficar claro que isso não significa que os ativos relacionados não estão sujeitos ao teste de recuperabilidade. Não se aplica o CPC 01, mas outras normas específicas.

Gabarito → B

43. (IESES/Contador/Gas Brasileiro/2017)

Com relação a mensuração do valor recuperável indique as afirmações corretas:

I. Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses montantes exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor.

II. Se não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor contábil, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor justo líquido.

III. A melhor evidência do valor justo líquido de despesas de venda de um ativo é o preço de contrato de venda firme em transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas adicionais que seriam diretamente atribuíveis à venda do ativo.

- a) Apenas a afirmação III está correta.
- b) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmações estão corretas.

Comentários:

Vamos lá! Comentando item a item...

I. Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses montantes exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor.

Este item está correto! De fato, se estamos fazendo o teste de recuperabilidade e um dos valores supera o valor contábil, então não há perda por teste de recuperabilidade.

Item 19 do CPC 01:



19. Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses montantes exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor.

II. Se não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor contábil, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor justo líquido.

Este item contém um erro.

Veja o que prega o CPC 01, item 21:

21. Se não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor justo líquido de despesas de venda, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu **valor recuperável**. Esse será frequentemente o caso para um ativo que é mantido para alienação. Isso ocorre porque o valor em uso de ativo mantido para alienação corresponderá principalmente às receitas líquidas da baixa, uma vez que os futuros fluxos de caixa do uso contínuo do ativo, até sua baixa, provavelmente serão irrisórios.

III. A melhor evidência do valor justo líquido de despesas de venda de um ativo é o preço de contrato de venda firme em transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas adicionais que seriam diretamente atribuíveis à venda do ativo.

Item correto. Segundo o CPC 01:

6. A melhor evidência do preço líquido de venda de ativos é obtida a partir de um contrato de venda formalizado. Caso não exista contrato formal, o preço poderá ser obtido a partir do valor de negociação em um mercado ativo, menos as despesas necessárias de venda. Se essas fontes também não estiverem disponíveis, o preço deve ser baseado na melhor informação disponível para refletir o valor que uma entidade possa obter, na data do balanço, para a alienação do ativo em negociação com parte conhecedora, interessada e independente, sem que corresponda a uma transação compulsória ou decorrente de um processo de liquidação, após deduzir as despesas da baixa. Ao determinar esse valor, a entidade pode considerar o resultado de transações recentes para ativos semelhantes, dentro do mesmo setor em que opera.

Gabarito → C.



27 - LISTA DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA



1. (FCC/Prefeitura de São Luís /Auditor de Tributos Municipais/2018)

Uma empresa adquiriu o direito sobre uma tecnologia e definiu que a vida útil esperada pela sua utilização será de 15 anos. O valor pago foi R\$ 30.000.000,00 e, quando terminar o prazo de vida útil, o ativo não apresentará valor para negociação. O início de utilização do direito foi em 31/12/2014 e no final de 2015 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment"), utilizando-se das seguintes informações:

- Valor em uso da tecnologia R\$ 25.700.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da tecnologia R\$ 24.000.000,00.

Na demonstração do resultado do ano de 2015 a empresa

- (A) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 2.300.000,00.
- (B) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.000.000,00.
- (C) não reconheceu nenhuma despesa de amortização e reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.700.000,00.
- (D) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 2.000.000,00, apenas.
- (E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.300.000,00, apenas.

2. (FCC/AL-SE/Analista Legislativo/Contabilidade/2018)

A Cia. Papa Legus possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida, cujo valor contábil de R\$ 1.200.000,00 era composto dos seguintes valores em reais:

Custo de Aquisição	1.500.000,00
Perda por Desvalorização	(300.000,00)

Em dezembro de 2017, a Cia. realizou novamente o teste de recuperabilidade do ativo (Teste de Impairment) e obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Valor em uso	1.100.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	1.600.000,00

As evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida.



Com base nestas informações, a Cia. Papa Legus, em dezembro de 2017,

- (A) não fez nenhum registro.
- (B) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 100.000,00.
- (C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 400.000,00.
- (D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 300.000,00.
- (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 100.000,00

3. (FCC/SABESP/Analista Contabilidade/2018)

A Cia. de Águas Marítimas adquiriu um estoque de mercadorias para revenda no valor de R\$ 500.000,00. A compra foi realizada no dia 30/12/2017, o prazo para pagamento concedido pelo fornecedor foi de 300 dias e sabe-se que o preço das mercadorias seria R\$ 453.000,00 se a compra fosse efetuada à vista. A Cia. de Águas Marítimas pagou, adicionalmente, R\$ 7.000,00 referente a frete e seguro para retirada das mercadorias junto ao fornecedor. A Cia. possui um estudo estatístico confiável e auditado por empresa independente e avalia, por este modelo, que as perdas de estoque, em função do seu processo de armazenagem e distribuição, representa 2% do valor total de cada compra. Com base nestas informações, os valores líquidos reconhecidos pela Cia. de Águas Marítimas nas demonstrações contábeis de 2017 foram:

- (A) Estoque = 453.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00; Despesa com Frete = 7.000,00; Despesa Financeira = 47.000,00.
- (B) Estoque = 443.940,00; Fornecedores a Pagar = 453.000,00; Despesa com Frete = 7.000,00; Despesa com Impairment = 9.060,00.
- (C) Estoque = 507.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00.
- (D) Estoque = 450.800,00; Fornecedores a Pagar = 453.000,00; Despesa com Impairment = 9.200,00.
- (E) Estoque = 460.000,00; Fornecedores a Pagar = 500.000,00; Despesa Financeira = 47.000,00.

4. FCC/Analista/TRT 2ª/2018)

A Cia. dos Direitos possuía, em 31/12/16, um ativo intangível com vida útil indefinida correspondente a ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 730.000,00 composto por:

- Custo de aquisição: R\$ 880.000,00
- Perda por desvalorização reconhecida em 2016: R\$ 150.000,00

Em 31/12/17, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 900.000,00



– Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 700.000,00

Com base nas informações acima, a Cia. dos Direitos, em 31/12/17,

- (A) manteve o valor contábil de R\$ 730.000,00.
- (B) reconheceu um ganho no valor de R\$ 150.000,00.
- (C) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 30.000,00.
- (D) reconheceu um ganho no valor de R\$ 170.000,00.
- (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 20.000,00.

5. (FCC/SABESP/Analista Contabilidade/2018)

Em 31/12/2015 uma empresa adquiriu uma patente por R\$ 10.000.000,00 e poderá explorá-la pelo prazo de 20 anos. No final do prazo de exploração a patente passa a ser de domínio público e, portanto, não terá valor residual para a empresa. No final do ano de 2016 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (teste de “impairment”) e obteve as seguintes informações sobre a patente:

- Valor em uso da patente R\$ 8.750.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da patente R\$ 8.000.000,00.

Na demonstração do resultado do ano de 2016, a empresa deveria

- (A) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00, apenas.
- (B) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.250.000,00, apenas.
- (C) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 750.000,00.
- (D) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.500.000,00.
- (E) não reconhecer nenhuma despesa por se tratar de ativo intangível que não deve ser amortizado.

6. (FCC/DRE-RS/Analista Judiciário – Contabilidade/2017)

A Cia. Industrial possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida. Os valores evidenciados para este ativo, nesta data, são apresentados a seguir:

Custo de aquisição	R\$ 800.000,00
(-) Ajuste por “impairment” (calculada em 2015)	(R\$ 300.000,00)
(=) Valor contábil do ativo	R\$ 500.000,00

Ao realizar o teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de “impairment”), a Cia. obteve as seguintes informações a respeito desse ativo em 31/12/2016:

Valor em uso	R\$ 650.000,00
--------------	----------------



Valor justo líquido das despesas de venda R\$ 550.000,00

O valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 para este ativo foi, em reais,

- a) 600.000,00
- b) 650.000,00
- c) 550.000,00
- d) 500.000,00
- e) 800.000,00

7. (FCC/Analista/TRF 5ª/2017)

A Cia. Investidora possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida – ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 550.000,00, o qual era composto por:

Custo de aquisição: R\$ 740.000,00

Perda por desvalorização reconhecida (em 2015): R\$ 190.000,00

Em 31/12/16, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ágio (teste de impairment) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso: R\$ 580.000,00.

Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 480.000,00.

O valor que a Cia. Investidora apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016, para este ativo (ágio) foi, em reais,

- (A) 450.000,00.
- (B) 580.000,00.
- (C) 550.000,00.
- (D) 480.000,00.
- (E) 740.000,00.

8. (FCC/Especialista/ARTESP/2017)

A Cia. Débito e Crédito S.A. possuía um imobilizado para suas atividades operacionais. Os saldos das contas referentes ao ativo, em 31/12/2016, estão demonstrados abaixo.

Imobilizado (custo total de aquisição): R\$ 400.000,00

(-) Depreciação acumulada: R\$ 100.000,00

(=) Valor do ativo: R\$ 300.000,00

Em 31/12/2016 foi realizado o teste de impairment, obtendo os seguintes valores:

Valor em uso do ativo: R\$ 350.000,00



Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 320.000,00

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2016, a empresa

- (A) reconheceu um ganho por valorização no valor de R\$ 20.000,00.
- (B) reconheceu um ganho por valorização no valor de R\$ 50.000,00.
- (C) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 80.000,00.
- (D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 50.000,00.
- (E) não reconheceu perda ou ganho por impairment.

9. (FCC/Contador/AL MS/2016)

A Cia. Só Ativos possuía, em 30/06/2016, uma patente classificada como ativo Intangível com vida útil indefinida cujo valor contábil era R\$ 1.300.000,00, o qual era composto por:

Custo de aquisição R\$ 1.500.000,00.

Perda por desvalorização (reconhecida em junho 2015) R\$ 200.000,00.

Em junho de 2016, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

Valor em uso R\$ 1.550.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda R\$ 1.280.000,00.

Complementarmente, as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continuava indefinida. Com base nestas informações, a Cia. Só Ativos, em junho de 2016,

- a) não fez qualquer registro.
- b) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 20.000,00.
- c) reconheceu uma receita no valor de R\$ 250.000,00.
- d) reconheceu uma receita no valor de R\$ 200.000,00.
- e) reconheceu uma receita no valor de R\$ 50.000,00.

10. (FCC/Auditor Tributário/SEFAZ PI/2015)

Em 30/09/2012, uma empresa adquiriu veículos pelo valor de R\$ 180.000,00. Todos os veículos têm vida útil econômica de 5 anos para a empresa e o valor residual estimado para todos os veículos, em conjunto, no final do 5º ano é R\$ 30.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2012, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo ("impairment") para os bens do ativo imobilizado e identificou os valores disponíveis, conforme a tabela a seguir, referentes aos veículos adquiridos em 30/09/2012:

Data	Valor Justo	Valor em uso
------	-------------	--------------

31/12/2012	R\$ 155.000,00	R\$ 170.000,00
------------	----------------	----------------

O valor contábil dos veículos, considerados em conjunto, evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2012 foi, em reais:

- a) 172.500,00
- b) 180.000,00
- c) 155.000,00
- d) 170.000,00
- e) 171.000,00

11. (FCC/Auditor de Controle Externo/TCM – GO/2015)

A Cia. PAR possuía, em 31/12/2013, um ativo imobilizado para o qual as seguintes informações, após o reconhecimento da despesa de depreciação para o ano de 2013, eram conhecidas:

Custo de aquisição	R\$ 700.000,00
(-) Depreciação acumulada	-R\$ 300.000,00
(=) Valor contábil do ativo	R\$ 400.000,00

Nesta mesma data (31/12/2013) a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo (teste de impairment) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso do ativo	R\$ 380.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	R\$ 350.000,00

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2013, o valor contábil deste ativo que a Cia. PAR evidenciou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- a) 400.000,00.
- b) 380.000,00.
- c) 350.000,00.
- d) 700.000,00.
- e) 370.000,00.

12. (FCC/CNMP/Controle Interno/2015)

Um equipamento foi adquirido por uma empresa pelo valor de R\$ 1.000.000,00 e o pagamento foi realizado à vista. A aquisição ocorreu em 30/06/2013, a empresa definiu sua vida útil em 5 anos e o valor líquido de venda do equipamento no final do 5º ano foi estimado em R\$ 400.000,00. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação, tendo em vista que o equipamento é utilizado 24 horas por dia, ininterruptamente. Sabe-se, ainda, que para fins fiscais a vida útil é definida em 10 anos. No final de 2013 a empresa realizou o teste de recuperabilidade do custo (*impairment*) para o

equipamento, utilizando-se dos seguintes valores disponíveis em 31/12/2013:
– Valor justo líquido das despesas de venda = R\$ 930.000,00

– Valor em uso = R\$ 945.000,00

O valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

- a) 950.000,00.
- b) 940.000,00.
- c) 945.000,00.
- d) 930.000,00.
- e) 970.000,00.

13. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT/16/2014)

A empresa Marcas & Patentes S.A. possuía, em 31/12/12, um ativo intangível com vida útil indefinida (correspondente ao ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura), cujo valor contábil de R\$ 280.000,00 era composto por:

- Custo de aquisição: R\$ 320.000,00.

- Perda por desvalorização (impairment) reconhecida em 2012: R\$ 40.000,00.

Em 31/12/13, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo (impairment) e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 240.000,00.

- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 330.000,00.

Com base nas informações acima, a empresa Marcas & Patentes, em 31/12/13,

- a) não fez nenhum registro contábil.
- b) reconheceu um ganho no valor de R\$ 50.000,00.
- c) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 40.000,00.
- d) reverteu a perda por desvalorização reconhecida no valor de R\$ 40.000,00.
- e) reverteu a perda por desvalorização reconhecida no valor de R\$ 40.000,00 e reconheceu um ganho no valor de R\$ 10.000,00.

14. (FCC/Analista Judiciário/STJ/2012)

Uma determinada empresa apresentava, em 31/12/2011, as seguintes informações a respeito de um imobilizado:

Custo de aquisição:	R\$ 200.000,00
Depreciação acumulada:	R\$ 50.000,00
Perda por Impairment:	R\$ 40.000,00



A empresa decidiu vender este imobilizado, em 31/12/2011, por R\$ 100.000,00 à vista. Com base nestas informações, o resultado obtido com a venda do imobilizado foi, em reais,

- a) 100.000 de lucro.
- b) 50.000 de prejuízo.
- c) 60.000 de prejuízo.
- d) 10.000 de prejuízo.
- e) 0 (zero).

15. (FCC/TCE – CE/Auditor/2015)

Em 10/10/2009, uma empresa adquiriu uma marca pelo valor de R\$ 14.000.000,00. Em 31/12/2011, registrou para esta marca uma perda por desvalorização (“*impairment*”) no valor de R\$ 4.000.000,00. Em 31/12/2014, a empresa realizou novamente o teste de recuperabilidade (“*impairment*”) para a mesma marca e obteve as seguintes informações:

Valor em uso da marca: R\$ 10.800.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda da marca: R\$ 9.400.000,00.

Como a marca apresenta naturalmente uma vida útil indefinida, a empresa, nas Demonstrações Contábeis do ano de 2014, deveria

- A) reconhecer, no resultado do ano de 2014, um ganho no valor de R\$ 800.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.
- B) manter o valor contábil de R\$ 10.000.000,00 no balanço patrimonial de 31/12/2014.
- C) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 600.000,00 no resultado do ano de 2014.
- D) reconhecer, no resultado do ano de 2014, um ganho no valor de R\$ 4.000.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização.
- E) reconhecer, no resultado do ano de 2014, uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.200.000,00.

16. (FCC/MANAUSPREV/Contabilidade/2015)

A Cia. Sofitel possuía, em 31/12/2014, em seu ativo intangível, uma patente com vida útil indefinida, com as seguintes informações em reais:

Custo de aquisição.....	1.200.000,00
(-) Perda por <i>impairment</i>	200.000,00
(=) Valor contábil do ativo.....	1.000.000,00



Ao realizar o Teste de Recuperabilidade do Ativo (teste de impairment) em 31/12/2014, a Cia. obteve as seguintes informações em reais:

Valor em uso do Ativo	1.050.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	900.000,00

Com base nestas informações, em 31/12/2014, a Cia. Sofitel reconheceu

- A) um ganho por reavaliação de R\$ 50.000,00.
- B) uma perda por impairment de R\$ 150.000,00.
- C) uma reversão da perda por impairment de R\$ 50.000,00.
- D) uma perda por impairment de R\$ 100.000,00.
- e) uma reversão da perda por impairment de R\$ 200.000,00.

17. (FCC/SABESP/Contabilidade/2014)

Atenção: Para responder à questão, considere as informações abaixo.

A empresa Boas Ideias adquiriu, em 02/01/2013, uma Marca por R\$ 300.000 à vista. Adicionalmente, a empresa incorreu em gastos de R\$ 50.000 para registro dessa Marca. Na data da aquisição, a empresa Boas Ideias estimou que a vida útil da Marca era indefinida.

Em 31/12/2013, ao realizar o teste de recuperabilidade do ativo (impairment), a empresa Boas Ideias obteve as seguintes informações:

Valor em uso da Marca: R\$ 320.000.

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 290.000.

Pela análise do teste de impairment, a empresa Boas Ideias

- A) não fez nenhum ajuste.
- B) reconheceu uma perda de R\$ 10.000.
- C) reconheceu um ganho de R\$ 20.000.
- D) reconheceu uma perda de R\$ 60.000.
- E) reconheceu uma perda de R\$ 30.000.

18. (FCC/Agente Fiscal de Rendas/ICMS/SP/2013)

O Balanço Patrimonial da Cia. Conservadora, apurado em 31/12/2012, após o reconhecimento da depreciação do exercício social de 2012 e antes de proceder aos testes de recuperabilidade de seus ativos, apresentou:



Ativo Imobilizado	R\$
Máquina	45.000,00
Depreciação Acumulada	(25.000,00)
Valor Contábil	20.000,00

Para realizar o teste de recuperabilidade da máquina, foram identificados:

- Valor justo da máquina em 31/12/2012: R\$ 19.000,00
- Gastos estimados para a retirada e venda da máquina (despesa de venda em 31/12/2012: R\$ 2.000,00)
- Tempo de vida útil remanescente estimado para a máquina em 31/12/2012: 3 anos
- Valor em uso em 31/12/2012: R\$ 18.000,00
- Valor de venda estimado da máquina, no final de sua vida útil: R\$ 1.500,00
- Gastos estimados para a retirada e venda da máquina (despesa de venda), no final de sua vida útil: R\$ 500,00. - Taxa de desconto: 10% a.a.

Nessas condições, o valor registrado como perda por redução ao valor recuperável foi, em 31/12/2012, em R\$,

- A) 0,00
- B) 1000,00
- C) 1.248,69
- D) 2.000,00
- E) 3.000,00

19. (FCC/Analista Contábil/DPE/RS/2013)

A Cia. Inoxidável possuía, em 31/12/2012, em seu ativo imobilizado, um Auto Forno utilizado na produção de aço, com as seguintes informações, após o reconhecimento da despesa de depreciação referente ao exercício de 2012:

Custo de aquisição:	R\$ 1.000.000,00
(-) Depreciação acumulada:	R\$ 200.000,00
(=) Valor contábil do ativo:	R\$ 800.000,00

Ao realizar o teste de impairment, a Cia. obteve as seguintes informações:

Valor em uso do Auto Forno:	R\$ 720.000,00.
Valor justo líquido de despesas de venda:	R\$ 500.000,00.

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício financeiro de 2012, a Cia. Inoxidável:

- (A) não fez nenhum ajuste (não reconheceu perda por impairment).
- (B) reconheceu uma perda por impairment no valor de R\$ 80.000,00.



- (C) reconheceu uma perda por impairment no valor de R\$ 280.000,00.
- (D) reconheceu uma perda por impairment no valor de R\$ 300.000,00.
- (E) reconheceu uma perda por impairment no valor de R\$ 500.000,00.

20. (FCC/TRT 19/Contabilidade/2014)

Determinada empresa adquiriu, em 31/12/2010, um equipamento por R\$ 300.000,00, à vista. A vida útil econômica estimada do equipamento, na data da aquisição, foi de 10 anos e o valor residual esperado era R\$ 20.000,00. Em 01/01/2012, a empresa reavaliou a vida útil do equipamento e determinou que a vida útil remanescente era de 6 anos e o valor residual reestimado de R\$ 41.000,00. Em 31/12/2012, antes de encerrar o exercício social, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 230.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 225.000,00.

Com base nestas informações, o valor da Perda por Desvalorização (*impairment*) reconhecida em 2012 e o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2012, foram, respectivamente, em reais,

- A) zero; 233.500,00.
- B) 3.500,00; 230.000,00.
- C) 8.500,00; 225.000,00.
- D) zero; 226.000,00.
- E) zero; 192.500,00.

21. (FGV/Auditor Fiscal/SEFIN RO/2018)

Em 01/01/2013, a Cia. K iniciou a pesquisa e o desenvolvimento do projeto de um sistema capaz de gerar maior controle sobre as suas atividades. O projeto durou três anos, tendo os seguintes gastos:

- 2013- R\$ 200.000.
- 2014- R\$ 300.000.
- 2015- R\$ 500.000.

Além disso, sabe-se que:

- Em 2013, o projeto ainda estava na fase inicial da pesquisa e a empresa considerava a possibilidade de não ter sucesso com ele.
- Em 2014, a empresa iniciou a fase de desenvolvimento. Ao efetuar uma pesquisa de mercado, percebeu que não haveria demanda para o sistema, devido ao preço. No entanto, decidiu manter o projeto em curso normal, esperando que mudanças pudessem ocorrer.
- Em 2015, há repercussão mundial e a empresa consegue projetar uma demanda suficiente para justificar a produção em larga escala. Além disso, todos os critérios de reconhecimento



dos gastos com desenvolvimento do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível foram atendidos. No final do ano o projeto é concluído.

- Em 2016, o projeto é lançado ao mercado. Na data, a empresa estima que o sistema irá trazer benefícios econômicos durante os cinco anos seguintes, a partir de 01/01/2016. Em 31/12/2016, a empresa efetua um teste de recuperabilidade e constata que o valor recuperável na data é de R\$ 550.000.

- Em 2017, as vendas melhoraram e no teste de recuperabilidade, de 31/12/2017, a empresa considera que terá retorno de R\$ 600.000 nos anos remanescentes de venda.

Assinale a opção que indica o valor contábil do sistema, em 01/01/2018.

- (A) R\$ 200.000.
- (B) R\$ 300.000.
- (C) R\$ 412.500.
- (D) R\$ 440.000.
- (E) R\$ 600.000.

22. (FGV/SEFIN-RO/Contador/2018)

Em 01/07/2014, um clube de futebol adquiriu os direitos federativos de um jogador por R\$ 200 milhões, assinando um contrato de 4 anos.

Em 31/12/2014, o clube recebeu uma oferta de R\$ 400 milhões pelo jogador. O clube, no entanto, recusou a oferta.

Em 2015, o jogador sofreu uma contusão. Em 31/12/2015 os diretores do clube se reuniram e constataram que não havia certeza sobre uma transferência. No entanto, o clube poderia ganhar R\$ 100 milhões até o final do contrato com publicidade, caso o jogador permanecesse no clube.

Em 2016, o jogador se recuperou. Em 31/12/2016, o clube recebeu uma proposta formal, pela compra dos direitos federativos do jogador, de R\$150 milhões.

Assinale a opção que indica o valor contábil do jogador, em 01/01/2017.

- a) R\$ 60 milhões.
- b) R\$ 75 milhões.
- c) R\$ 90 milhões.
- d) R\$ 100 milhões.
- e) R\$ 150 milhões.

23. (FGV/Contador/Caruaru/2015)

Em 01 de janeiro de 2012, um restaurante adquiriu uma moto, no valor de R\$ 22.000,00, para otimizar o serviço de entregas.



O restaurante pretendia utilizar a moto durante cinco anos e depois vendê-la por R\$ 2.000,00. No momento da compra, o sócio do restaurante estimava que, por meio das entregas, a moto poderia trazer retorno de R\$ 4.500,00 (a valor presente) em cada ano de uso.

Em 31 de dezembro de 2012, o restaurante refez suas projeções, estimando que, em cada um dos anos seguintes, os retornos trazidos pela moto seriam de R\$ 2.750,00. Além disso, o valor da moto no mercado era de R\$ 9.000,00. Após os anos de uso, o restaurante não mais pretendia ter retorno com a moto.

Considerando que, em 31 de dezembro de 2013, não havia indícios de perdas adicionais, o valor contábil da moto era de:

- a) R\$ 7.000,00.
- b) R\$ 8.250,00.
- c) R\$ 11.250,00.
- d) R\$ 14.000,00.
- e) R\$ 15.250,00.

24. (FGV/Contador/Caruaru/2015)

Em 01/01/2011, um banco comprou, por R\$ 180.000,00, o direito de processar a folha de pagamentos de uma empresa por seis anos. Em 31/12/2012, o banco constatou que os funcionários da empresa não estavam utilizando os serviços do banco e verificou que poderia ter retorno total de R\$ 100.000,00 com a folha de pagamento nos anos remanescentes. Já em 31/12/2013, o banco realizou um novo estudo e verificou que, nos anos seguintes, poderia obter retorno total de R\$ 80.000,00. Em 31/12/2014, o valor contábil do direito era de

- (A) R\$ 50.000,00.
- (B) R\$ 53.333,00.
- (C) R\$ 60.000,00.
- (D) R\$ 75.000,00.
- (E) R\$ 83.333,00

25. (FGV/Analista/DPE MT/2015)

Para mensurar o valor em uso no teste de impairment, uma entidade deve fazer estimativas de fluxos de caixa futuros.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, as estimativas de fluxos de caixa futuros devem incluir:

- a) os recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda.
- b) as entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento
- c) as saídas de caixa que se referem a obrigações que já foram reconhecidas como passivos, como contas a pagar.



d) as entradas de caixa advindas de ativos que geram outras entradas de caixa que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa do ativo sob revisão.

e) as projeções de saídas de caixa que são necessariamente incorridas para gerar as entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo e que podem ser diretamente alocadas, em base consistente e razoável, ao ativo.

26. (FGV/Analista/DPE/MT/2015)

Em 30/06/2011, uma entidade adquiriu um carro para utilizar em seus negócios por R\$ 50.000,00. No momento da compra, o carro tinha vida econômica de oito anos, no entanto, a entidade pretendia utilizá-lo por seis anos e depois vendê-lo por R\$ 8.000,00. Em 31/12/2014, a administração da entidade observou fatores externos negativos e realizou o teste de recuperabilidade do carro.

Nesta avaliação, ela determinou que o valor de uso do carro era de R\$ 20.000,00 e o valor de venda de R\$ 27.000,00, sendo que, para vender, a entidade precisaria pintar o carro, o que lhe custaria R\$ 2.000,00. O valor contábil do carro, em 01/01/2015, era de

(A) R\$ 20.000,00.

(B) R\$ 22.000,00.

(C) R\$ 25.000,00.

(D) R\$ 25.500,00.

(E) R\$ 27.000,00.

27. (FGV/TCM SP/Contador/2015)

A Armazéns Gerais Épsilon S.A. é proprietária de diversas instalações ao redor do Brasil. Uma dessas instalações está localizada próximo a uma rodovia que dá acesso a um porto, e foi inaugurada em 1º de março de 2008, quando se estimava que essa instalação teria uma vida útil de 30 anos e nenhum valor residual. Desde então essas estimativas não se modificaram, nem tampouco houve o reconhecimento de quaisquer ajustes para perdas, e a Armazéns Gerais Épsilon S.A. vem depreciando o custo de R\$60.000.000 da instalação pelo método da linha reta. Porém, em fevereiro de 2015, foi anunciado que o porto ao qual a rodovia próxima a essa instalação da companhia dá acesso deverá passar por uma longa reforma.

Considerando desde a licitação do projeto até a conclusão das obras, o processo de reforma do porto poderá se estender por mais de 5 anos. Em virtude disso, a administração da Armazéns Gerais Épsilon S.A. acredita que o volume de negócios dessa instalação será comprometido, e decidiu aplicar um teste de redução ao valor recuperável desse ativo. O teste foi concluído em 1º de março de 2015, data em que o valor justo da instalação foi avaliado em R\$47.000.000, e o valor em uso foi avaliado em R\$40.000.000. Como a administração da Armazéns Gerais Épsilon S.A. estima que a venda dessa instalação acarretaria despesas de R\$3.000.000, o valor líquido pelo qual esse ativo deve ser apresentado em 1º de março de 2015 é de:

(A) R\$40.000.000;



- (B) R\$43.000.000;
- (C) R\$44.000.000;
- (D) R\$46.000.000;
- (E) R\$47.000.000.

28. (FGV/TCM SP/Contador/2015)

No exercício de 20x4, a Cia. Norte apurou perdas de R\$12.000,00 por redução ao valor recuperável de um ativo imobilizado, cujo custo de aquisição foi de R\$80.000,00 e estava 40% depreciado. Os lançamentos contábeis da Cia. Norte ao final do exercício de 20x4 relativos à redução do imobilizado ao seu valor recuperável são os seguintes:

- (A) D – Perda por desvalorização (resultado do exercício) –R\$12.000,00
C – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzora do Ativo) –R\$12.000,00;
- (B) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzora do Ativo) – R\$12.000,00
C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R\$12.000,00;
- (C) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzora do Ativo) – R\$ 36.000,00
C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R\$ 36.000,00
- (D) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzora do Ativo) – R\$20.000,00
C – Depreciação acumulada – R\$ 8.000,00
C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R\$12.000,00
- (E) D – Perda por desvalorização (resultado do exercício) –R\$ 44.000,00
C – Depreciação acumulada – R\$32.000,00
C – Perdas estimadas por valor não recuperável (reduzora do Ativo) – R\$ 12.000,00

29. (FGV/Auditor Fiscal da Receita Estadual/SEFAZ/RJ/2009)

Em 01.04.2009, a Cia. Platina adquiriu um equipamento para ser utilizado em sua fábrica no valor de \$ 113.000. Os seguintes custos adicionais são diretamente relacionados ao ativo:

Frete:	\$5.000;
Seguro do transporte:.....	\$2.000;
Seguro anual:.....	\$12.000.

O equipamento tem vida útil estimada em 12 anos. Após esse período, o valor residual é estimado em zero. Para atendimento do CPC 01, aprovado pelo CFC, deve ser efetuada em 31.12.2009 a avaliação do valor recuperável do ativo.

As informações obtidas nesta data são as seguintes:



Valor líquido de venda:.....	\$90.000;
Valor presente dos benefícios futuros em uso:	\$140.000.

Em 31.12.2009, o valor líquido do equipamento que deve ser apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Platina será:

- (A) \$ 120.063.
- (B) \$ 112.500.
- (C) \$ 111.500.
- (D) \$ 140.000.
- (E) \$ 90.000.

30. (ESAF/Especialista em Regulação/ANAC/2016)

Avalie as seguintes proposições.

- I. Ativos Intangíveis com vida útil indefinida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade (impairment test).
- II. Ativos Intangíveis com vida útil definida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade (impairment test).
- III. O "Goodwill" (ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura) gerado internamente não deve ser reconhecido como um ativo.

Assinale a opção correta.

- a) I e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Nenhuma proposição está correta.

31. (ESAF/Auditor Fiscal da Receita Federal/2014)

Com relação à Redução ao Valor Recuperável de Ativos, pode-se afirmar que:

- A) a esta técnica estão sujeitos à aplicação desse processo todos os ativos sem qualquer tipo de exceção.
- B) é esse tipo de procedimento aplicável somente aos ativos intangíveis e aos ativos resultantes de Contratos de Construção.
- C) apenas aos ativos resultantes de Contratos de Construção e aqueles sujeitos à aplicação do valor justo como os ativos biológicos são passíveis da aplicação dessa redução.
- D) tem como objetivo assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por valor maior do que o passível de ser recuperado por uso ou venda.



E) não é aplicada aos imobilizados em razão dos mesmos já estarem sujeitos à depreciação, amortização ou a exaustão que cobrem possíveis divergências no valor de custo do ativo e o seu valor recuperável.

32. (ESAF/Auditor Fiscal da Receita Federal/2012)

A empresa Highlith S.A. implantou nova unidade no norte do país. Os investimentos na unidade foram de R\$ 1.000.000,00, registrados no ativo imobilizado. No primeiro ano, a empresa contabilizou um ajuste de perda de valor recuperável de R\$ 15.000,00. No segundo ano, o valor da unidade, caso fosse vendida para o concorrente e único interessado na aquisição, seria de R\$ 950.000,00. Ao analisar o valor do fluxo de caixa descontado da unidade, apurou-se um valor de R\$ 980.000,00. Dessa forma, deve o contador da empresa:

- a) manter o valor do investimento, visto não haver perda de valor recuperável.
- b) reconhecer um complemento de perda de valor recuperável de R\$ 5.000,00.
- c) reverter parte da perda de valor recuperável no valor de R\$ 25.000,00.
- d) registrar um complemento de perda de valor recuperável de R\$ 15.000,00.
- e) estornar o total da perda de valor recuperável de R\$ 50.000,00.

33. (CESPE/Analista/STM/2018)

A respeito de avaliação de itens patrimoniais diversos, julgue o item subsequente.

A provisão para perda de valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) só será revertida, em período posterior ao de sua constituição, se ficar comprovado que houve recomposição das expectativas de rentabilidade.

34. (CESPE/Analista/STM/2018)

A respeito de avaliação de itens patrimoniais diversos, julgue o item subsequente.

Situação hipotética: Um equipamento industrial em uso foi adquirido, pela indústria Alfa, por R\$ 300 mil e, no final do exercício de 20XX, o equipamento já tinha sofrido depreciação de 60% de seu valor depreciável. A indústria considera um valor residual de 10% para esse equipamento. No final do exercício de 20XX, o valor em uso do equipamento foi estimado em R\$ 136 mil, e seu valor para venda estimado em R\$ 120 mil.

Assertiva: Nessa situação, a indústria Alfa deveria contabilizar, para esse equipamento, no encerramento do exercício de 20XX, uma provisão para perda de valor recuperável superior a R\$ 5 mil.

35. (CESPE/Analista/EBSERH/2018)

A constatação de que o valor de mercado das ações de uma empresa é inferior ao seu valor patrimonial é um indicativo externo de que seus ativos podem estar sobreavaliados, sinalizando a necessidade de realização de teste de recuperabilidade do valor patrimonial desses ativos.

36. (CESPE/Analista/Contabilidade/TRE/PE/2017)



O Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE/PE) possui, no rol de seus ativos imobilizados, um bem de custo histórico igual a R\$ 50.000 e cuja depreciação acumulada equivale a 30% desse valor. Para esse ativo, o TRE/PE apurou um valor justo líquido de despesas de venda de R\$ 20.000 e um valor de uso de R\$ 28.000.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a NBC TG 01 (redução ao valor recuperável de ativos).

A Na contabilização da depreciação do ativo imobilizado, faz-se necessário deduzir a perda por desvalorização do ativo, que na situação apresentada é igual a R\$ 28.000.

B Na situação apresentada, o custo histórico do ativo equivale a R\$ 15.000.

C O tribunal deverá registrar como perda por desvalorização do ativo o valor de R\$ 7.000.

D Por ser o custo histórico superior ao valor recuperável, a perda não deve ser contabilizada.

E O valor recuperável do ativo é igual ao valor mínimo entre o valor justo e o valor de uso, ou seja, R\$ 20.000 nessa situação.

37. (CESPE/Analista/TRT 7ª/2017)

Determinada empresa adquiriu um equipamento produtivo, com vida útil estimada de dez anos, pelo valor de R\$ 250 mil. A empresa trabalha com um valor residual de 10% para todos os seus ativos produtivos. Ao final do quinto ano de uso, após apurada e contabilizada a depreciação correspondente de todos os ativos da empresa, avaliou-se o valor em uso do referido equipamento produtivo em R\$ 125 mil, e o seu valor justo, líquido das despesas de venda, em R\$ 135 mil.

Nessa situação hipotética, a empresa deverá reconhecer uma perda por desvalorização do equipamento no valor de

- a) R\$ 2,5 mil.
- b) R\$ 10,0 mil.
- c) R\$ 12,5 mil.
- d) R\$ 22,5 mil.

38. (CESPE/SEDF/Analista de Gestão Educacional - Contabilidade/2017)

Julgue o item subsequente, a respeito dos procedimentos para registro, mensuração e avaliação de ativos.

Situação hipotética: Um ativo que possui valor contábil líquido de R\$ 100.000 pode ser alienado em mercado concorrencial por R\$ 95.000, livre de despesas de venda, ou pode ser mantido em atividade, quando então gerará um fluxo de caixa a valor presente de R\$ 102.000.

Assertiva: Nessas condições, cabe à entidade detentora do referido ativo constituir uma provisão para perda de valor recuperável.



39. (CESPE/SEDF/Analista de Gestão Educacional - Contabilidade/2017)

Julgue o item subsequente, a respeito dos procedimentos para registro, mensuração e avaliação de ativos.

Caso tenha sido reconhecida uma perda de valor realizável em um goodwill e se constate, em exercício subsequente, que houve recuperação do valor realizável, a perda reconhecida deverá ser revertida até o montante do valor originalmente reconhecido como perda.

40. (CESGRANRIO/Transpetro/Contador/2018)

Uma indústria adquiriu três máquinas para compor a linha de produção de um dos seus produtos, pelo valor total de R\$ 27 milhões. A vida útil estimada das máquinas adquiridas é de doze anos, com valor residual de 5% do valor de aquisição. Ao final do sétimo ano de uso, a indústria apurou indícios internos de desvalorização decorrentes de baixo desempenho e optou por realizar o teste de recuperabilidade das máquinas componentes daquela linha de produção. A companhia estimou um fluxo de caixa descontado para os próximos cinco anos associado à operação das máquinas de R\$ 10 milhões, enquanto o valor justo das máquinas em suas condições atuais é de R\$ 8 milhões, com 5% de custos associados.

Considerando, exclusivamente, essas informações, o valor recuperável e a perda a ser reconhecida para o conjunto das máquinas, representam, respectivamente, em reais

- (A) 7.600.000,00 e 3.087.500,00
- (B) 7.600.000,00 e 4.437.500,00
- (C) 8.000.000,00 e 4.037.500,00
- (D) 10.000.000,00 e 687.500,00
- (E) 10.000.000,00 e 2.037.500,00

41. (CESGRANRIO/Petrobrás/Contador/2018)

A empresa Produz&Vende S.A. possui uma máquina em sua fábrica de produção, que foi comprada em 02/01/2014 por R\$ 300.000,00. Sabe-se que a depreciação acumulada da máquina é de R\$ 50.000,00. O valor justo da máquina em 31/12/2017 era de R\$ 200.000,00, ao passo que os custos e despesas de venda foram estimados em 20% do valor justo. Seu valor em uso, correspondente ao Fluxo de Caixa Descontado era de R\$ 255.000,00 na mesma data.

Com base nas informações, a empresa Produz&Vende S.A. ao analisar seus dados com relação ao valor recuperável dos ativos, deve

- (A) não registrar a perda por impairment no período, visto que o valor em uso é maior do que o valor contábil.
- (B) não registrar a perda por impairment no período, visto que o valor justo líquido das despesas de venda é menor do que o valor contábil.
- (C) registrar a perda por impairment de R\$ 90.000,00, pois o valor justo líquido das despesas de venda é menor do que o valor contábil.



(D) registrar a perda por impairment de R\$ 5.000,00, visto que o valor em uso é maior do que o valor contábil.

(E) registrar a perda por impairment de R\$ 140.000,00, pois o valor contábil de R\$ 300.000,00 excede o valor recuperável, que é de R\$ 160.000,00.

42. (CESGRANRIO/Liquigás/Contador/2018)

O Pronunciamento CPC 01 aborda questões relacionadas à contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de ativos. Um dos ativos, cuja desvalorização pode ser reconhecida no âmbito das disposições do CPC 01, é:

- (A) estoques
- (B) ativos intangíveis
- (C) ativos biológicos relacionados à atividade agrícola
- (D) ativos relativos a planos de benefícios a empregados
- (E) propriedade para investimento mensurada ao valor justo

43. (IESES/Contador/Gas Brasileiro/2017)

Com relação a mensuração do valor recuperável indique as afirmações corretas:

I. Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses montantes exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor.

II. Se não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor contábil, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor justo líquido.

III. A melhor evidência do valor justo líquido de despesas de venda de um ativo é o preço de contrato de venda firme em transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas adicionais que seriam diretamente atribuíveis à venda do ativo.

- a) Apenas a afirmação III está correta.
- b) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmações estão corretas.



28 - GABARITO DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA



GABARITO

QUESTÃO	GABARITO	QUESTÃO	GABARITO
1	A	23	B
2	D	24	B
3	D	25	E
4	A	26	C
5	C	27	C
6	B	28	A
7	C	29	B
8	E	30	D
9	D	31	D
10	D	32	B
11	B	33	E
12	B	34	E
13	A	35	C
14	D	36	C
15	A	37	A
16	C	38	E
17	E	39	E
18	D	40	E
19	B	41	A
20	B	42	B
21	B	43	C
22	B		



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.